

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL**

IDA CRISTINA REBELLO MOTTA

**EM NOME DO FILHO!
UM ESTUDO SOBRE O MOVIMENTO DE
“MULHERES GUERREIRAS”: *MÃES DOS MENINOS DO DEGASE***

**UNIVERSIDADE
FEDERAL
FLUMINENSE**

**Niterói
2017**

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL**

IDA CRISTINA REBELLO MOTTA

**EM NOME DO FILHO!
UM ESTUDO SOBRE O MOVIMENTO DE
“MULHERES GUERREIRAS”: *MÃES DOS MENINOS DO DEGASE***

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Política Social.

Linha de Pesquisa: Sujeitos Sociais e Proteção Social

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Nivia Valença Barros

**Niterói
2017**

M921 Motta, Ida Cristina Rebello.

Em nome do Filho! Um estudo sobre o Movimento de “Mulheres Guerreiras”: Mães do Meninos do DEGASE/ Ida Cristina Rebello Motta. - Niterói, 2017.

122 f.

Orientador: Nívia Valença Barros.

Dissertação (Mestrado - Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social) – Universidade Federal Fluminense, 2017.

Bibliografia: f 112-117.

1. Criminalização da pobreza. 2. Garantia de direitos. 3. História oral. 4. Mães em luta. 5. Maternidade.

I. Barros, Nívia Valença. II. Universidade Federal Fluminense. III. Título.

CDD 305.4

**EM NOME DO FILHO!
UM ESTUDO SOBRE O MOVIMENTO DE
“MULHERES GUERREIRAS”: *MÃES DOS MENINOS DO DEGASE***

APROVADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Nivia Valença Barros
Orientadora / UFF

Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia dos Santos Freitas
1^a Examinadora / UFF

Prof.^a Dr.^a Carla Cristina Lima de Almeida
2^a Examinadora / UERJ

Prof.^a Dr.^a Maria Euchares de Senna Motta
Suplente / PUC-RJ

*Dedicamos este estudo
Às “Mães Guerreiras” que continuam na
luta, levando as vozes de seus filhos,
mesmo após a perda deles!*

AGRADECIMENTOS

É muito nítida a lembrança de como tudo isso começou: estávamos num curso sobre Famílias, na Escola Socioeducativa Paulo Freire e acabávamos de conhecer as Professoras Rita Freitas e Josélia Reis que nos indagaram porque não tínhamos feito mestrado, possuindo uma larga experiência na área socioeducativa e também na política de assistência social no município do Rio de Janeiro. Aquela indagação ficou por algum tempo martelando em nossa cabeça. Porque, não? Tínhamos muitas justificativas para não o ter feito, mas porque não agora? Elas foram insistentes ao longo do curso, o tempo suficiente para nos fazerem perceber que desejávamos tentar esta possibilidade: fazer o mestrado!

Não existem palavras que possam traduzir o nosso agradecimento eterno a essas duas pessoas (queridas!) que nos impulsionaram neste desafio...obrigada, muito obrigada, por nos provocarem!

A ideia cresceu e o que era uma possibilidade foi se tornando uma concretude: trouxemos para discussão junto da família, como se precisássemos do aval deles nessa empreitada! Nosso eterno companheiro escutou a ideia e nos perguntou: “você acha que dará conta? O que isso poderá te trazer em termos profissionais? Será que não é hora de você descansar, afinal, já trabalhou tanto na vida, com jornadas tão pesadas! Mas, se isto te faz feliz, acho que você deve tentar! ”

Aleixo, obrigada pela cumplicidade e respeito...nossos destinos foram realmente “...traçados na maternidade...risos”! Não existem palavras para agradecer essa parceria de vida...

Mas, como fazer tudo isso?

Na busca de nos preparar para o processo de seleção, tivemos com nossa caçula, Thaís, uma das maiores provas de amor de uma filha: além da ajuda para montar nosso currículo lattes, nosso projeto de pesquisa e realizar nossa inscrição no processo de seleção. Ela nos ensinou que precisamos ter nossos próprios sonhos, em qualquer etapa de nossa caminhada e viver nossas próprias vidas, permitindo que eles, filhos, também tenham os seus!

Tata, como você foi e é importante nessa conquista...obrigada, filha!

Clarissa e Lucas, ambos com suas objetividades e seus mundos, nos disseram indiretamente:

“se isso é bom para você, siga em frente! ”

E seguimos, e eles nos acompanharam nesta loucura, pois tiveram muita paciência nos momentos difíceis, principalmente a Cla que respeitou nossas ausências para estudar e fazer trabalhos do mestrado...foram dois anos de muita ausência de mãe!

E os filhos já estavam em idade de alçar os próprios voos. Lucas havia conquistado Joice para nossa família e ela se tornou uma grande companheira nesta nossa caminhada...eles dois tecendo o sonho deles de viverem juntos, e nós superando cada etapa desse grande desafio assumido...

Lucas e Joice, obrigada por cada momento de cuidado que vocês tiveram comigo.

Clarissa, obrigada pela preocupação eterna em perguntar diariamente:

“Mãe como foi seu dia na UFF? Está tudo bem com você?”

Conseguimos realizar nossos sonhos no mesmo período: Lucas e Joice se casaram com direito a celebração e tudo, e nós estamos na reta final para nos tornar Mestre!

Não podia deixar de agradecer a fiel e dedicada Adriana, pessoa que cuida de nossa família com muito zelo e carinho.

Adri, obrigada pelo apoio incondicional nos momentos mais difíceis desse desafio. Suas comidinhas foram fundamentais para nos energizar. Obrigada pela força!

Depois do aval da família, buscamos as amigas da vida e do mundo acadêmico para serem nosso porto seguro...Beth Salvador, Conceição Robaina, Maria Helena Tavares e Sandra Siqueira foram esse porto, mais do que seguro. Aliás, Beth foi incansável, lendo meu projeto de pesquisa nas madrugadas da vida para dar conta do prazo. Kon, sempre atenta com seus pequenos e valiosos toques. Mary Helen, a referência de maturidade acadêmica, e Sandroca, dicas de cunho científico. Não tenho como agradecer tanta gratidão em relação a essas amigas...irmãs que vibraram a cada conquista conseguida e sempre, sempre estiveram presentes nesse desafio.

Como somos movidas por afeto e emoções, contamos com o apoio incondicional de nossa amiga...irmã...comadre, Tania Mara, nos momentos mais difíceis vividos neste período e ela esteve sempre pronta para nos apoiar não só afetivamente, mas como revisora “número um” de nossos artigos. Taninha, espero poder retribuir tudo isso com a mesma prontidão, firmeza e disponibilidade que você merece...nosso eterno obrigado!

Nossas amigas de longas datas, “As Meninas” na pessoa de Lucy, Nanci, Perciliana, Maria Rita, Denise, Claudia Baracho, Angela Virgínia, Norma Sá e Valéria Torres, por todo fortalecimento emocional que esse grupo provoca em nossas vidas...muito obrigada!

À nossa querida Silvia Maria, amiga...filha mais velha, pelo carinho e apoio afetivo apesar da vida ter nos deixado mais distante no dia-a-dia...nosso muito obrigado por tudo!

Aos amigos “ufeanos” que conquistamos e que levaremos para o resto de nossas vidas: Glauber Lucas, nosso professor de inglês. Pessoa querida e amada que nos acolheu e teve a maior paciência conosco para retomar o inglês que estava muito distante (adolescência!).

Nosso eterno carinho a você, Glauber, amigo que sempre foi muito cuidadoso e respeitoso
nessa relação conosco...

Às amigas...Giovanna Cinacchi e Juliana Lobo, pelos desabados, desesperos, apoios mútuos,
identificações, sonhos comuns, respeito, carinho, aconchego e muita, muita Cantareira e Praça
da Cruz Vermelha juntas, para superar todas as dificuldades vividas durante as disciplinas,
qualificação e defesa....

Gio e Ju, que bom que a vida reservou esta grata surpresa
de nos conhecermos e nos tornado amigas!

À companheira Meimei Alessandra, pelas trocas e apoio mútuo durante todo esse processo
enquanto mestradas...obrigada!

À companheira de trabalho Beatriz Barra pelo apoio e compreensão de nosso afastamento
para realização de um sonho profissional...Bia, nosso obrigado pela cumplicidade e
fortalecimento tão necessários nesse momento!

À nossa chefe Janaína Abdalla e equipe da Escola de Gestão pela compreensão infinita da
necessidade dos nossos afastamentos oficiais, ora por férias, ora por licença especial para que
pudéssemos atingir a meta de concluir o mestrado...

Jana, nosso agradecimento pela generosidade, paciência e confiança!

Às nossas professoras que tivemos o prazer de conhecer nessa pós-graduação:
Mônica Senna, Lenaura Lobato, Luciene Burlandy...nossa gratidão por todo o aprendizado!
À nossa banca de qualificação e de defesa... Professoras Rita Freitas e Carla Almeida, pela
disponibilidade, pelas provocações e desafios colocados, e por terem acreditado que era
possível...obrigada por partilharem seus conhecimentos!

Por último, mas acima de tudo, por ter sido fundamental nesta conquista...

À Nivia Valença Barros...

Que teve muita sabedoria ao lidar com esta orientanda, sendo cuidadosa e respeitosa na
construção dessa relação, nos fortalecendo nos momentos mais difíceis e delicados, além de
apostar em nossa capacidade.

A você Nivia, nossa gratidão pelo carinho que nos acolheu, pela cumplicidade na relação, pela
disponibilidade que se colocou e pelas inúmeras contribuições dadas para que pudéssemos
alcançar esse título!!!!

Nosso eterno, muito obrigada...

RESUMO

O presente estudo apresenta uma análise do processo organizativo do Movimento de Mães dos Meninos do Degase, as ações desse movimento e os desdobramentos junto a Política de Atendimento Socioeducativo para as famílias, nos tempos atuais e, a articulação desse movimento com o Departamento Geral e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, visando o enfrentamento das situações adversas em relação aos seus filhos. Os anos 2000 foi marcado pela organização dessas mães, na busca por atendimento digno e baseado nos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, buscando uma política socioeducativa pautada na garantia dos direitos humanos. A questão que impulsionava a organização dessas mulheres em grupos e entidades sociais, centrava-se nas condições de maus tratos pelas quais seus filhos constantemente eram submetidos nas unidades de privação de liberdade do Degase. No primeiro capítulo apresentamos parte da abordagem teórica adotada nesse estudo, privilegiando o entendimento da categoria “maternidade” como eixo central do mesmo, cabendo analisá-la a partir de dois conceitos – gênero e identidade. Também apresentamos o debate teórico dos movimentos sociais, com um breve histórico do “Movimento Feminista” e sua importância para o “Movimento de Mulheres”. No capítulo II apresentamos o conceito de Família, estabelecendo uma discussão com o conceito de gênero, assim como o conceito de proteção social, focalizando o modelo de proteção social onde a família é o elemento central das políticas sociais, com a desresponsabilização do Estado e culpabilização da família. Abordamos a criminalização da pobreza, tendo como referência a criminologia crítica, e os movimentos sociais como ações de resistência às políticas instituídas. Identificamos o perfil dos sujeitos sociais de nosso campo de estudo: famílias monoparentais, negras, pobres e periféricas, utilizando também dados estatísticos para subsidiar nossas análises. No terceiro capítulo, discorremos sobre a pesquisa desenvolvida que privilegiou a metodologia qualitativa, com a perspectiva da história oral e com base em entrevistas nas quais utilizamos questionário semiestruturado, com quatro representantes do Movimento de Mães. Trabalhamos como instrumental de registro o diário de campo e o relato etnográfico como aproximação desse campo. Apresentamos as análises de nosso estudo, baseadas nas narrativas colhidas e nas histórias orais das mulheres e do movimento de mães. Trazemos também neste capítulo o relato etnográfico realizado, a partir da participação desta pesquisadora em uma atividade desenvolvida, por uma entidade social que compõe o movimento de mães. Nos apontamentos finais da presente pesquisa, traçamos um panorama de como encontram-se organizados atualmente, os grupos que compõem o Movimento das Mães dos Meninos do Degase e como efetivamente, estão ou não, exercendo o controle social da política socioeducativa. Apresentando análises pertinentes para a sustentabilidade desses grupos enquanto resistência e fortalecimento dessa política.

Palavras-Chave: Criminalização da pobreza. Garantia de direitos. História Oral. Maternidade. Mães em luta.

ABSTRACT

The present study presents an analysis of the organizational process of the Movement of Mothers of the Boys of the Degase, the actions of this movement and the developments with the Socio-Educational Assistance Policy for the families in the present times and the articulation of this movement with the General Department and with the other organs of the System of Guarantee of Rights, aiming to confront the adverse situations in relation to their children. The years 2000 were marked by the organization of these mothers, in the search for decent service and based on the principles of the Statute of the Child and Adolescent - ECA, seeking a socio-educational policy based on the guarantee of human rights. The issue that led to the organization of these women into social groups and entities focused on the conditions of mistreatment by which their children were constantly being subjected to the deprivation of liberty of Degase. In the first chapter we present part of the theoretical approach adopted in this study, privileging the understanding of the category "maternity" as the central axis of the same, and analyze it from two concepts - gender and identity. We also present the theoretical debate of social movements, with a brief history of the "Feminist Movement" and its importance for the "Women's Movement". In Chapter II we present the concept of Family, establishing a discussion with the concept of gender, as well as the concept of social protection, focusing on the model of social protection where the family is the central element of social policies, with the State's lack of responsibility and blame of the family. We address the criminalization of poverty, with reference to critical criminology, and social movements as actions of resistance to instituted policies. We identified the profile of the social subjects of our field of study: single-parent, black, poor and peripheral families, also using statistical data to subsidize our analyzes. In the third chapter, we discuss the developed research that privileged the qualitative methodology, with the perspective of oral history and based on interviews in which we used a semi-structured questionnaire, with four representatives of the Mothers' Movement. We work as an instrument for recording the field diary and the ethnographic report as an approximation of this field. We present the analyzes of our study, based on the narratives collected and in the oral histories of women and the movement of mothers. We also present in this chapter the ethnographic report made, from the participation of this researcher in a developed activity, by a social entity that composes the movement of mothers. In the final notes of the present research, we present an overview of how the groups that make up the Mothers' Movement of the Degase are currently organized, and how they are effectively exercising social control over socio-educational policy. Presenting pertinent analyzes for the sustainability of these groups as resistance and strengthening of this policy.

Keywords: Criminalization of poverty. Guarantee of rights. Oral History. Maternity. Mothers in struggle.

LISTA DE GRÁFICOS

	P.
Gráfico 1 Jovens segundo grau de parentesco/relação com moradores do domicílio.....	63
Gráfico 2 Jovens por arranjo familiar.....	64
Gráfico 3 Distribuição percentual das pessoas residentes em domicílios particulares, por tipo de arranjo e de núcleo familiar, segundo os grupos de idade – Brasil 2015.....	65
Gráfico 4 Percentual da população por raça e cor no sistema prisional e na população geral.....	67
Gráfico 5 Jovens, por cor ou raça, segundo unidade de internação – 2016.....	68
Gráfico 6 Renda média domiciliar por unidade.....	69
Gráfico 7 Jovens que moram em domicílios com média superior a três moradores por dormitório, por unidade – 2016.....	70

LISTA DE TABELAS

	P.
Tabela 1 Jovens, por benefício, aposentadoria ou pensão recebido no domicílio – 2016.....	70
Tabela 2 Jovens, segundo Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB) – 2015.....	71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAAPAI	- Auto de Apreensão de Adolescentes com a Prática de Ato Infracional
ABCD	- Associação Brasileira de Busca e Defesa à Criança Desaparecida
ABEP	- Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas
ALERJ	- Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
AMÃES	- Associação de Mães com Filhos em Conflito com a Lei
AMAR	- Associação de Mães e Amigos da Criança e do Adolescente em Risco
BPC	- Benefício de Prestação Continuada
CCEB	- Critério de Classificação Econômica Brasil
CECAP	- Centro de Capacitação Profissional
CEDCA	- Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
CEMSE	- Coordenação de Execução de Medidas Socioeducativas
CENSE	- Centro de Socioeducação
CNDM	- Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CNJ	- Conselho Nacional de Justiça
CREAS	- Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRIAAD	- Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente
CRIAM	- Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor
DEGASE	- Departamento Geral de Ações Socioeducativas
DEPE	- Divisão de Estudos Pesquisas e Estágio
DIPRO	- Divisão de Profissionalização
ECA	- Estatuto da Criança e do Adolescente
EJLA	- Escola João Luiz Alves
ESE	- Educandário Santo Expedito
ESGSE	- Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire

FCBIA	-	Fundação Centro Brasileiro para Infância e Adolescência
FUNABEM	-	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
GCA	-	Professor Gelso Carvalho do Amaral
GT	-	Grupo de Trabalho
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INFOPEN	-	Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
IPP	-	Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos
LA	-	Liberdade Assistida
MBA	-	Mandado de Busca e Apreensão
MSE	-	Medida Socioeducativa
NOB	-	Norma Operacional Básica
ONG	-	Organização Não Governamental
ONU	-	Organização das Nações Unidas
PACGC	-	Professor Antônio Carlos Gomes da Costa
PASE	-	Plano de Atendimento Socioeducativo do Rio De Janeiro
PBF	-	Programa Bolsa Família
PETI	-	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAS	-	Plano Nacional de Assistência Social
PPP	-	Projeto Político Pedagógico
SGD	-	Sistema de Garantia dos Direitos
SINASE	-	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SL	-	Semiliberdade
SUAS	-	Sistema Único de Assistência Social
TAC	-	Termo de Ajustamento de Conduta
TCLE	-	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNICEF	-	Fundo das Nações Unidas para Infância

SUMÁRIO

	P.
<i>PRELÚDIO</i>	14
<i>DO OUTRO LADO DA MESA</i>	15
<i>A TRAJETÓRIA</i>	18
<i>TECENDO A PESQUISA</i>	23
1 MÃES, MULHERES, SUJEITOS SOCIAIS E SUAS ORGANIZAÇÕES	28
1.1 Refletindo sobre a Maternidade.....	29
1.2 Falando de Mães, Mulheres, Sujeitos Sociais, suas Identidades e Organizações.....	31
1.3 Os Movimentos Sociais.....	35
1.3.1 Movimento Feminista no Brasil: uma breve abordagem.....	40
1.3.2 O Movimento Feminista enquanto protagonista para o Movimento de Mulheres.....	45
2 POLÍTICAS E PROTEÇÃO SOCIAL	50
2.1 Famílias e Proteção Social.....	51
2.2 Criminalização da pobreza e ações de enfrentamento – Os Movimentos Sociais.....	55
2.3 Famílias Monoparentais, Negras, Pobres e Periféricas.....	61
3 MÃES DOS MENINOS DO DEGASE – “MULHERES GUERREIRAS”	73
3.1 A pesquisa desenvolvida.....	73
3.2 Relatos, entrevistas e o diário de campo.....	78
3.2.1 O relato etnográfico - aproximação com o campo de estudo.....	78
3.2.1.1 A preparação para o encontro com as mães.....	79
3.2.1.2 O primeiro encontro.....	83
3.2.2 As Mulheres Guerreiras.....	86
3.2.3 As Histórias Orais.....	93
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS	112
ANEXOS	118
Anexo A - Roteiro da entrevista	119
Anexo B - Termo de consentimento livre e esclarecido	120

PRELÚDIO

Podemos afirmar que várias razões nos fizeram debruçar sobre essa temática de pesquisa – o estudo sobre o movimento de organização das mães dos adolescentes a quem se atribui autoria de ato infracional ao qual intitularemos de *Movimento das Mães dos Meninos do Degase*, pois assim essas mães se identificam, se denominam. Entretanto, uma das coisas que marcou nossa trajetória como profissional, dentro do sistema socioeducativo, foram os depoimentos colhidos dessas mães ao longo do tempo, dentre eles, destaco um muito impactante que lembro como se tivesse acabado de escutar, passados alguns anos:

Eu não vou perder meu filho para o tráfico...não posso perder meu filho...ele é meu! Nem que eu tenha que dar a vida por ele! (RIBEIRO, Sílvia Maria¹, 2007)².

São falas impregnadas de sentimento de dor, muitas pelas perdas, ao longo de suas histórias:

[...] a gente já estava numa luta de dois anos porque foi feito em São Paulo pelas Mães de Maio, que é a Semana de Familiares de Vítimas do Estado [...] isso já existe em São Paulo, as Mães de Maio pediram lá, virou lei e a gente conseguiu agora maio... conseguiu agora aqui no Rio! [...] que é uma semana de doze (12) à dezenove (19) de maio todo ano... a gente não celebra não, a gente não comemora porque não tem nada para comemorar, ninguém vai celebrar e comemorar o seu filho que morreu. E sim, é mostrar pro Estado... acaba a gente juntando mães de outros Estados, né, ano passado foi em São Paulo, esse ano foi no Rio... é mostrar pro mundo, entendeu, o quanto resistimos mesmo quando não temos mais nossos filhos e a gente tá provando todos os dias que nossos filhos existiram...eles não foram qualquer coisa, eles morreram, mas nós somos a voz deles pra continuar lutando pela vida de outros e dizer que no Brasil não tem pena de morte, então nossos filhos não mereciam morrer da forma que morreram (Mônica Cunha, 2017).³

Relatos como estes, ora colhidos no diário de campo por uma estagiária de serviço social de uma unidade do Degase, ora nos registros desta pesquisadora durante “o fazer” da presente pesquisa, aparecem em destaque no presente texto. Afinal, eles permearam esta história!

¹ Não seguimos as regras da ABNT no que diz respeito a referências bibliográficas de autoras e sim as orientações apontadas pelo Encontro de Educação e Mídia, realizado pela UFF MULHER e PROEX em outubro de 2017, onde direciona para o destaque do nome da autora após o seu sobrenome, como forma de dar visibilidade as referências bibliográficas femininas.

² Relato do diário de campo da estagiária de serviço social da Equipe de Família do Projeto Nossa Casa, datado de 2007 e registrado em seu TCC que consta nas referências bibliográficas do presente estudo.

³ Entrevista realizada com Mônica Cunha uma representante das organizações que compõem o *Movimento das Mães dos Meninos do Degase*, na presente pesquisa. Rio de Janeiro, julho de 2017.

DO OUTRO LADO DA MESA

O cenário desta pesquisa tem como pano de fundo a história institucional do Departamento Geral de Ações Socioeducativas – Novo Degase - assim intitulado desde 2007.

Teria essa instituição atualmente uma prática voltada para a socioeducação? Em que bases foram moldadas as novas diretrizes estabelecidas para o Novo Degase? Que tipo de prática socioeducativa vem sendo desenvolvida nessa instituição? Poderíamos afirmar que é uma instituição onde ainda se depara com uma prática pautada no viés do castigo, na linha correcional, no atendimento de massa, longe da garantia dos direitos humanos, com ações incipientes de socioeducação? Um lugar institucional onde ainda não é desenvolvido um trabalho sistemático com as famílias - mães - dos “adolescentes a quem se atribui autoria de ato infracional”, passados vinte e quatro anos da criação desse espaço institucional?

Iniciamos algumas dessas abordagens contando um pouco dessa história a partir do olhar do *Movimento de Mães dos Meninos do Degase*.

Tivemos inúmeros desafios e dentre eles, um foi o exercício de desvelar esta instituição - Degase, não com o olhar da profissional que atua na mesma, e sim, da pesquisadora a partir do lugar desse movimento de mães, isto é, *do outro lado da mesa*.

E uma das coisas que para as mães é importante, é ela saber que não é só ela que está passando por isso. Não é só uma mãe, porque outras já passaram, sobreviveram, então se ela está passando até hoje, [...], eu não sei porque a gente tem que passar por essas coisas. Se eu fosse olhar para mim [...] eu sempre pedi a Deus para isso nunca acontecer comigo, mas aconteceu e aconteceu em dose tripla. Três vezes aconteceu a mesma coisa e eu fico sempre perguntando porque essas coisas acontecem, o porquê. Só que no meio de tudo isso eu olho para mim e vejo que eu ainda estou viva, estou viva, estou bem, não estou mal, tão mal assim a ponto de ter ficado assim dependente de um remédio, minha pressão está bem, não tenho diabetes, não tenho doença nenhuma, então eu passei por isso e eu sobrevivi. Às vezes eu acho até que é um milagre, mas eu sobrevivi, eu estou aqui, então se eu sobrevivi, o que é que eu vou dizer para ela? “Você também pode sobreviver” (Glória, 2017).⁴

Que instituição é essa que marca tão significativamente a vida das pessoas? Como descrever esse lugar? Quem nunca ouviu falar do Instituto Padre Severino?

Poucos cidadãos conhecem o Degase, mas muitos o associam ao antigo Instituto Padre Severino. Lugar temido por muitos e completamente ignorado por outros. Por vezes, lembrado

⁴ Entrevista realizada com Glória uma representante das organizações que compõem o *Movimento das Mães dos Meninos do Degase*, na presente pesquisa. Rio de Janeiro, julho de 2017.

quando vivenciamos situações de comoção pública, envolvendo assassinatos brutais com adolescentes ou com incidentes bárbaros atingindo números expressivos desses jovens.

Quando em 2007 o Degase torna-se o “Novo Degase” (assim intitulado até os tempos atuais), se apresenta com uma proposta de romper com essa lógica - de ser reconhecido como um lugar carregado de estigmas e de histórias de vida marcadas por violência.

Dessa forma, abarca novas produções conceituais que são elaboradas: a construção do Plano de Atendimento Socioeducativo do Rio de Janeiro – PASE; o Projeto Pedagógico Institucional do Novo Degase – PPI; os Projetos Políticos Pedagógicos de todas as unidades – os novos Centros de Socioeducação. Caracteriza-se, nesse período, um direcionamento sociopolítico ao sistema socioeducativo; uma era de avanços nas referências teóricas, trabalhando novos conceitos pertinentes à socioeducação.

Esse “avançar” estará respaldado no contexto nacional, como no documento da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, baseado na matéria⁵ do Professor Antônio Carlos Gomes da Costa - um dos expoentes da socioeducação no país; como também, na aprovação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, em 2006.

Assim, dentro dessa linha, são elaborados em 2013 os “Cadernos de Referência de Atuação das Categorias no âmbito do Novo Degase” - Assistente Social, Psicólogo, Pedagogo e Agentes socioeducativos, através de Grupos de Trabalhos das respectivas categorias; alicerçado pelos projetos de intervenção profissional, no caso, do Assistente Social. Também é produzido por um Grupo de Trabalho de profissionais, o Programa de Atenção às Famílias do Degase concluído em 2016.

Estamos falando de um novo caminhar institucional, baseado em diretrizes da socioeducação, em uma perspectiva sociopedagógica, dentro da Doutrina de Proteção Integral, demandando novas metodologias, novos paradigmas e equipes qualificadas com esse perfil diferenciado. Esta proposta teria como meta o processo da construção de um novo “fazer” profissional, deixando para trás o “viés da punição” num cenário de espaços precarizados, superlotados e totalmente sucateados, passando para uma prática pautada numa visão crítica/reflexiva, de co-responsabilização, da construção de um sujeito de direitos.

Devendo deixar no passado a sua origem: a herança das concepções com base na Doutrina da Situação Irregular, preconizada pelo Código de Menores, com um histórico de ações coercitivas e violentas, numa linha correcional e punitiva.

⁵ As bases éticas da Ação Socioeducativa; Socioeducação: estrutura e funcionamento da comunidade educativa; Parâmetros para formação do socioeducador; os regimes de atendimento do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Passados vinte e quatro anos nos deparamos com uma instituição que ainda vive o seu grande desafio: como colocar em prática uma nova proposta metodológica, com base nos preceitos da socioeducação, delineando uma política pública de atendimento aos adolescentes autores de atos infracionais? Como fazer parte de um Sistema de Garantia de Direitos com práticas coercitivas? De que forma desenvolver uma prática socioeducativa quando atendemos maciçamente? As indagações são inúmeras, pois estamos falando de uma instituição que ainda não conseguiu avançar além do papel, que apresenta iniciativas pontuais de práticas dentro da socioeducação e que precisa responder a uma demanda de atendimento onde a superlotação é a sua realidade; uma instituição que precisa romper com estigmas, através de ações que sejam humanizadas e efetivamente com base nos direitos humanos e sociais.

Uma instituição onde o confinamento é a palavra de ordem, com iniciativas incipientes de ações socioeducativas. ZAFFARONI (1990) traz contribuições fundamentais e, dentre elas, sua visão sobre o confinamento, destacando o quanto essa condição – confinamento - tira das pessoas o seu poder de autonomia, de ser responsável por seus atos do dia-a-dia, do cotidiano. Assim, os adolescentes institucionalizados e, conseqüentemente confinados por um longo período não estabelecem por eles mesmos suas rotinas. Esses adolescentes estão enfadados e submetidos às rotinas institucionais, a uma disciplina que determina a sua hora de se alimentar, de dormir, de tomar sol, de receber visitas, etc.; dificultando o processo de autonomia e maturidade desses jovens. O quanto a institucionalização interfere no desenvolvimento desse sujeito de direitos.

A TRAJETÓRIA

As bases deste estudo foram construídas e alicerçadas por longo tempo. Há cerca de vinte e três anos este processo teve início, contudo, somente agora está sendo possível ser delineado e escrito.

Afirmamos que suas bases vêm sendo construídas há tanto tempo, por entendermos a escolha em focar nossa atuação como assistente social, junto às famílias no sistema socioeducativo. Destacamos também a preocupação sistemática em relação a importância do atendimento familiar, que nos provocou a buscar uma especialização na área de família que contribuiu para um olhar mais cuidadoso com esse segmento – família – no Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Estado do Rio de Janeiro. Entendemos, portanto, que o caminho institucional percorrido, enquanto profissional, propiciou algumas escolhas e dentre elas o campo da pesquisa definido para esta dissertação.

Passamos, então, a discorrer um pouco sobre essa trajetória e os fatos que contribuíram para que pudéssemos nos aventurar na construção desta pesquisa.

Em 1994 fomos uma das primeiras profissionais concursadas do Degase, órgão recém-criado no ano anterior. As unidades de atendimento recebidas como heranças da Fundação Centro Brasileiro para Infância e Adolescência (FCBIA) e da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), estavam todas sucateadas e possuíam uma arquitetura que privilegiava uma linha correcional e punitiva, afinal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) acabava de ser promulgado (1990). Exigiam que novas concepções fossem formuladas e construídas, calcadas em bases e diretrizes na fundamentação dos direitos humanos: os adolescentes passavam a ser considerados sujeitos de direitos, com ações ancoradas em novos paradigmas, como a “Doutrina da Proteção Integral”⁶, surgindo assim o Degase.

Iniciamos nossa trajetória neste processo e tivemos a oportunidade de começar nossa experiência no sistema socioeducativo numa unidade bastante estigmatizada: o Instituto Padre Severino (IPS). Na época, unidade de triagem e recepção, bem como de internação provisória⁷ de adolescentes autores de atos infracionais.

Vivenciamos a experiência de atuarmos juntos com os profissionais oriundos da FCBIA, com larga trajetória no trabalho com os jovens da antiga FUNABEM. Tivemos a

⁶ Artigo 1º do ECA e Art. 227 da CF de 1988.

⁷ Considera-se internação provisória enquanto o adolescente estiver acautelado pelo Estado, aguardando audiência para aplicação de Medida Socioeducativa – MSE.

possibilidade de formular, junto com a equipe, instrumentais técnicos e pensar procedimentos; dentre eles os relativos à visitação aos adolescentes por seus familiares.

Uma das questões que sempre nos incomodou ao assumir esse trabalho, foram as condições a que as famílias desses jovens eram submetidas na porta do antigo IPS⁸. Fato esse que até os tempos atuais ainda podemos verificar: filas intermináveis de mulheres aguardando para serem atendidas!

Permanecemos por três anos no IPS, onde tentamos desenvolver e implementar procedimentos, implantar fluxos de trabalho e estabelecer ações voltadas para essas famílias e seus respectivos adolescentes, seja no dia-a-dia institucional ou nos atendimentos individuais e grupais, bem como no atendimento familiar. Estabelecemos rotinas, visando minimizar essas condições em relação às famílias; o trabalho era árduo, uma vez que requeria quebrar barreiras e preconceitos estabelecidos dentro da própria equipe, que trazia uma experiência calcada em antigos paradigmas e pressupostos.

O dia-a-dia institucional era muito pesado e nos deparávamos muitas vezes com situações limites como evidências de maus tratos aos adolescentes dentro da instituição e falta de estrutura mínima para o funcionamento da unidade. Enfim, situações graves que provocavam um posicionamento de parte da equipe técnica, a partir da denúncia do que vinha ocorrendo através da elaboração de um documento entregue ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MP); fato esse que acarretou a nossa transferência e de demais profissionais para uma unidade de cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade⁹ - Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor (CRIAM)¹⁰, no bairro da Penha.

Ao chegar no CRIAM Penha identificamos de imediato a possibilidade de implantar um trabalho de grupo com as famílias dos adolescentes que cumpriam medida socioeducativa. Assim, adaptamos nosso horário de trabalho de forma que atendesse aos nossos interesses profissionais e pessoais, como também a demanda institucional que estabelecia o dia de sábado para saída dos jovens nos fins de semana, devendo os mesmos retornarem às segundas feiras para unidade. Portanto, no momento em que esses jovens eram entregues aos respectivos responsáveis, realizávamos grupo e atendimentos individuais com as famílias, objetivando orientá-las em relação ao acompanhamento da medida socioeducativa e a importância da participação dessas famílias no processo socioeducativo de seus filhos.

⁸ Atualmente Centro de Socioeducação Dom Bosco.

⁹ Semiliberdade é a medida socioeducativa em que os adolescentes cumprem dentro de uma unidade do Degase, podendo sair para escola, curso profissionalizante, atividades laborativas (condição de aprendiz) e nos fins de semana.

¹⁰ Atualmente denominado Centro de Recursos Integrado de Atendimento ao Adolescente – Criaad.

Estávamos numa unidade onde podíamos desenvolver um trabalho mais sistemático e contínuo, onde convivíamos com os jovens e suas famílias e estabelecíamos com os mesmos as regras de convivência, delineando o que hoje intitulamos de regimento interno da instituição. A unidade tinha a capacidade para atender cerca de 32 (trinta e dois) adolescentes e nosso trabalho era baseado na articulação para construção de rede com demais entidades e serviços no território. A proposta era vanguarda para a época.

Entretanto, o Degase mesmo sendo uma instituição jovem apresentava um histórico marcado por violência, recebendo como herança os estigmas oriundos da FUNABEM e FCBIA.

Os anos 2000 foram marcados com situações de denúncias das condições indignas em que os jovens eram submetidos, culminando num Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado junto ao MP, onde o Degase se comprometeria em ampliar suas unidades, bem como adequá-las a uma nova proposta metodológica, a partir de 2007, surgindo assim, o Novo Degase.

Esse contexto propiciou um processo de organização das famílias atendidas pela instituição Degase, surgindo ao longo dos anos 2000 a Associação de Mães com Filhos em Conflito com a Lei (AMÃES), o Movimento de Mães pela Garantia dos Direitos dos Adolescentes no Sistema Socioeducativo (Movimento Moleque), posteriormente, a implantação no Rio de Janeiro da Associação de Mães e Amigos da Criança e do Adolescente em Risco (AMAR RJ).

No ano de 2001 tivemos a possibilidade de participar de um projeto que estava sendo implantado no Degase – Projeto Nossa Casa. A proposta era voltada para um atendimento ambulatorial de adolescentes com histórico de uso ou abuso de drogas. O espaço físico do projeto era muito acolhedor: uma casa com jardim, varanda e um bom espaço externo; o local estava desativado e requereu que a própria equipe, recém-constituída, adaptasse todos os espaços de forma que se tornasse acolhedor e atraente para o atendimento. Permanecemos nesse trabalho por oito anos e compusemos uma equipe¹¹ voltada para o trabalho com as famílias dos adolescentes que eram atendidos naquele ambulatório.

Foi exatamente nesse período que conhecemos as mulheres representantes da AMÃES que participaram inicialmente do “Trabalho com Famílias” desenvolvido no Nossa Casa. As atividades eram desenvolvidas principalmente aos sábados e contávamos na equipe com a participação de um agente terapêutico, duas assistentes sociais e uma psicóloga com formação em educação e especialização em arte terapia, além de estagiárias de Serviço Social.

¹¹ Intitulada “Equipe de Famílias”.

Podemos afirmar que foram bons anos de aprendizagem: conviver com aquelas famílias, desenvolver atividades com elas e aprender, aprender muito com suas histórias de vida e com a troca de experiências com aquelas mulheres; sim, mulheres! Poucos foram os pais que passaram por aquele trabalho.

Com o término do Projeto Nossa Casa a equipe foi desfeita e fomos compor uma equipe de saúde mental no Instituto Padre Severino; local onde permanecemos por dois longos anos. Foram longos porque não nos identificávamos com o trabalho que era desenvolvido: avaliação dos adolescentes em relação ao uso e abuso de drogas.

O contato com as famílias era pontual e nosso trabalho precisava ser rápido e produtivo para dar respostas ao poder judiciário. Afinal, era baseado nessa avaliação que o adolescente era internado ou não para tratamento de drogas. Na verdade, o que mais nos contrariava era a falta de um atendimento mais aprofundado, envolvendo as famílias desses adolescentes. A unidade era de internação provisória, portanto, esses jovens teoricamente só poderiam permanecer no máximo por quarenta e cinco dias. Os atendimentos eram pontuais e a unidade vivia superlotada e a rotatividade era imensa. Durante esse tempo perdemos o contato com a AMÃES, até porque a entidade havia passado por questões internas entre seus representantes, acarretando que as mulheres que conhecemos fossem compor novas entidades: a AMAR do RJ e o Movimento Moleque.

Retomamos esse contato com uma das representantes da AMAR quando fomos atuar no Centro de Capacitação Profissional do Degase (CECAP)¹², também situado no sub-bairro do Galeão, Ilha do Governador, no mesmo quarteirão onde está localizada a Escola João Luiz Alves (EJLA), unidade de aplicação da medida socioeducativa de internação, onde os adolescentes estão privados de liberdade. Fomos convidadas a implantar um trabalho com as famílias dos adolescentes que estavam inseridos em cursos profissionalizantes nesse Centro de Capacitação Profissional e tivemos a possibilidade de assim o fazer durante cinco anos.

A proposta era levar as famílias para atividades de acompanhamento de seus filhos que estavam se qualificando profissionalmente, mas também estavam cumprindo medida socioeducativa, principalmente os que estavam internados na EJLA. O trabalho rendeu excelentes frutos, assim posso dizer. Contava com um número significativo de famílias participando das atividades que desenvolvia, sendo perceptível a relação direta da participação dessas famílias com o fortalecimento dos jovens no que tange a qualificação profissional e cumprimento de medida socioeducativa.

¹² Atualmente intitulado Divisão de Profissionalização – DIPRO.

A tônica de nossa intervenção sempre passou pela abordagem familiar por entendermos a importância que essa instituição – família – representa na história de vida de todo e qualquer cidadão.

Entendemos, portanto, que todas essas experiências institucionais serviram de base para que hoje nos aventurássemos em ter pesquisado sobre o movimento que intitulamos Movimento de “Mulheres Guerreiras”: *Mães dos Meninos do Degase*¹³; a inserção desse movimento junto a política socioeducativa, bem como as ações desenvolvidas por essas organizações do movimento.

Nossa inserção atual, dentro da instituição Degase, está direcionada para estudos e pesquisas, o que nos oportunizou aguçar o interesse em torno desse tema. Atualmente fazemos parte da Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire, mais precisamente da Divisão de Estudo, Pesquisa e Estágio; fato esse que nos permitiu participar de alguns grupos de trabalho voltados para temáticas importantes dentro do sistema socioeducativo, dentre eles, o grupo de trabalho responsável pela elaboração do Programa de Atenção às Famílias do Degase em 2016 e que ainda não foi implantado nas unidades. Esse trabalho também propiciou verificarmos a necessidade de se pensar em ações que abarquem o atendimento dessas famílias, seja dentro ou fora do Degase.

Nosso grande desafio vivido, como bem salientou DIAS (Mônica, 2007), foi o exercício desta profissional em ser a pesquisadora, conseguindo abstrair dos preceitos e de imagens pré-estabelecidas sobre o campo que foi investigado, bem como conseguir estar *DO OUTRO LADO DA MESA*, a partir do olhar e no lugar do “*Movimento das Mães dos Meninos do Degase*”.

¹³ Adotamos este título ao nos referirmos a essas mães, em respeito à forma como elas se identificam: *Mães dos Meninos do Degase* – “Mulheres Guerreiras”.

TECENDO A PESQUISA

Os fins da década de 1990 e o início dos anos de 2000 foram marcados pela organização das mães dos adolescentes do sistema socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro, na busca por atendimento digno e baseado nos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

A questão que impulsionava a organização dessas mulheres centrava-se nas condições de maus tratos pelas quais seus filhos constantemente eram submetidos nas unidades de privação de liberdade dentro do Degase (LIRA, VÍlnia, 2006).

Em decorrência das ações, conforme já explicitado, surgiram na época, a AMÃES, o Movimento Moleque, posteriormente, a implantação da AMAR.

O objeto de estudo pensado é o “Movimento das Mães dos Adolescentes a quem se atribui autoria de ato infracional” – *Mães dos Meninos do Degase*, isto é, analisar como estes sujeitos sociais (Mães) encontram-se organizados para o enfrentamento das situações adversas em relação aos seus filhos, atendidos pelo Degase, dentro do Estado do Rio de Janeiro. Buscou-se entender como o desdobramento desse movimento repercutiu em outras ações desenvolvidas, principalmente aquelas que envolvem as famílias acompanhadas pela Política de Atendimento Socioeducativo desenvolvida por esse Departamento Geral.

Passaram-se cerca de dezesseis anos da implantação de algumas entidades sociais, sendo fundamental verificarmos como está sendo processado o movimento de organização dessas “Mães” junto a Política de Atendimento Socioeducativo que vem sendo desenvolvida, como se dá a articulação desse “Movimento de Mães” não só com o Degase, mas com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos - SGD.

Sabemos que algumas entidades fundadas são organizações da sociedade civil e consequentemente deveriam exercer o papel de controle social das ações do Estado, portanto, nosso estudo objetivou analisar o processo organizativo desse “Movimento de Mães”, suas ações e desdobramento junto a Política de Atendimento Socioeducativo para as famílias; verificar de que forma elas vêm acompanhando a execução dessa política socioeducativa, como e de que forma efetivamente estão exercendo o papel de controle social junto a essa Política. Assim como, no decorrer do processo de estudo, observamos como está sendo estabelecida a articulação desse “Movimento de Mães” junto aos demais órgãos do SGD. Por fim, verificamos a existência de ações de trabalho construídas a partir desse “Movimento de Mães” para

atendimento das famílias oriundas desse sistema socioeducativo e conhecermos algumas dessas ações.

Buscamos caminhos - a metodologia - para o desenvolvimento do presente estudo, sendo fundamental que privilegiássemos compreender o nosso objeto a partir de seu contexto social e do lugar do *Movimento de Mães dos Meninos do Degase*. Para isso, a partir de um levantamento bibliográfico e documental pudemos identificar as referências de dados e estatísticas, e as fundamentações teóricas que permitiram embasar as análises desenvolvidas.

Apresentamos no capítulo I parte da abordagem teórica adotada nesse estudo, que propiciou o entendimento da categoria “maternidade” como eixo central do mesmo, cabendo analisá-la a partir de dois conceitos que iremos abordar – identidade e gênero. Identificamos no debate teórico dos movimentos sociais e consequentemente “O Movimento Feminista” e “O movimento de Mulheres”, a motivação para implantação do *Movimento das Mães dos Meninos do Degase*. Para tanto, entendemos essas “mães” como sujeitos sociais, que estabelecem suas identidades e ocupam espaços na sociedade, sendo a maternidade o grande elo da “rede de significados” (GEERTZ, 1989). Buscamos na filosofia de BADINTER (Elisabeth, 1985) o suporte para a discussão polêmica sobre o amor materno, isto é, seria ele – o amor materno - inerente a figura feminina? Trabalhamos com os conceitos de “maternidade partilhada” apontada por FREITAS (Rita de Cássia, 2010) e sobre “circulação de crianças” adotado por FONSECA (Cláudia, 2002), visando entender um pouco mais a realidade dessas mulheres - *Mães dos Meninos do Degase*. Trabalhamos, também, com a história das mulheres do ocidente de PERROT (Michelle, 1999), na busca dos espaços públicos e na construção de uma consciência de gênero. Assim como, a abordagem de SCOTT (Joan, 1990) em teorizar gênero, considerando que pretendíamos estudar o movimento de organização dessas mulheres, implicando necessariamente na discussão de papéis masculinos e femininos na sociedade. Lançamos mão também, do conceito de identidade de CASTELLS (1999) e de Hall (2006), visando entender o processo de organização dessas mulheres. Trabalhamos também neste capítulo, o conceito de Movimentos Sociais de GOHN (Maria da Glória, 1997) como também uma breve abordagem da história do Movimento Feminista relacionando a importância desse para o Movimento de Mulheres.

No capítulo II do presente estudo apresentamos o conceito de Famílias (FREITAS et al, Rita de Cássia, 2010) que adotamos. Trabalhamos também com o conceito de proteção social (CARLOTO, Cássia Maria, 2010) e política social (PEREIRA, Potyara, 2006), apresentando os modelos de proteção social no Brasil com o enfoque na Família, trazendo a análise da culpabilização das Famílias e desresponsabilização do Estado. Abordamos a

criminalização da pobreza (WACQUANT, 2001) e o processo de resistência dos Movimentos Sociais. Trazemos neste capítulo, em seu último bloco os dados estatísticos como referência para o presente estudo, onde nossa hipótese inicial é confirmada: nosso estudo é sobre uma parcela da população que possui gênero, raça, cor e classe social e cuja o acesso às políticas sociais é bem restrito; falamos de mães que vivenciam a desigualdade econômica e social, de mulheres que se organizaram a partir da dor, de terem seus filhos acusados de autores de atos infracionais, que enfrentam a dura realidade como a do relato abaixo:

Com a miséria que a gente vive, sem dinheiro para nada, nem para comer, muitas vezes prefiro que ele esteja fora da cadeia, pois aqui fora ele sempre arruma alguma coisa (RIBEIRO, Sílvia Maria, 2007).¹⁴

Dando sequência ao caminho que foi trilhado para o presente estudo, trouxemos no capítulo III a pesquisa desenvolvida, com a escolha da metodologia na perspectiva da história oral como a forma de captar “a palavra escrita e não-escrita” (CALVINO, 2006), a subjetividade que encontramos nas narrativas que colhemos a partir das entrevistas realizadas com as representantes do Movimento de Mães, fazendo uso do diário de campo para o registro das observações desta pesquisadora. Traçamos também neste capítulo as análises elaboradas com base nas falas dessas representantes e nas fundamentações teóricas apontadas nos capítulos anteriores. Em sequência, neste mesmo capítulo trouxemos um relato etnográfico que elaboramos, como forma de aproximação do campo de nosso objeto de estudo e com base na participação de uma atividade desenvolvida por uma das entidades que fazem parte do Movimento de Mães.

Como já evidenciado, nosso interesse e envolvimento com a temática de estudo é de longa data, quando de nossa inserção como assistente social no sistema socioeducativo, propiciando uma prática voltada para o trabalho com as mães dos adolescentes desse sistema. Afirmamos que a referência familiar desses adolescentes em sua grande maioria são suas respectivas mães, considerando o que é constatado na prática, pois são poucos os pais que comparecem nas unidades de cumprimento de medida socioeducativa.

Enquanto profissional, sempre nos chamou atenção a importância da participação das mães atendidas no Degase dentro do processo de acompanhamento da medida socioeducativa e como referência de família dos adolescentes a quem se atribui autoria de ato infracional, propiciando um questionamento do porquê da participação dessas mulheres ser apenas pontual,

¹⁴ Relato do diário de campo da estagiária de serviço social da Equipe de Família do Projeto Nossa Casa, datado de 2007 e registrado em seu TCC que consta nas referências bibliográficas do presente estudo.

como forma de subsidiar a elaboração de relatórios e pareceres emitidos pela equipe técnica, para respaldar as decisões do Poder Judiciário, referente ao “destino” de seus filhos.

Assim hoje, como pesquisadora, entendemos o quanto foi importante nos debruçarmos sobre a organização dessas *Mães dos Meninos do Degase* nos tempos atuais, considerando que as primeiras entidades fundadas no Rio de Janeiro datam de 2001 e que se passaram dezesseis anos de atuação de algumas organizações. Identificamos estudos e pesquisas que foram desenvolvidos na área socioeducativa, entretanto, sobre esse objeto de estudo especificamente não encontramos registros relativos ao Estado do Rio de Janeiro, na presente década.

Importante ainda destacar a pertinência da presente pesquisa, ao consideramos o número significativo de famílias e no caso, de mães que são atendidas anualmente pelo Degase. Assim, tomando por base os dados apresentados no Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro, 9.503 (nove mil, quinhentos e três) adolescentes estavam em cumprimento de medidas socioeducativas em 2012, sendo que desse montante 5.820 (cinco mil, oitocentos e vinte) adolescentes com privação de liberdade no Degase¹⁵ (CEDCA, 2014). Entretanto, no ano de 2015 circularam por esse mesmo Departamento Geral cerca de 24.169 (vinte e quatro mil, cento e sessenta e nove) adolescentes¹⁶, considerando que passaram pela Secretaria de Estado de Segurança Pública, de acordo com os dados do Instituto de Segurança Pública 11.590 (onze mil, quinhentos e noventa) adolescentes¹⁷ apreendidos por Auto de Apreensão de Adolescentes com a Prática de Ato Infracional - AAAPAI e Mandados de Busca e Apreensão – MBA, além de registros de 10.262 (dez mil, duzentos e sessenta e duas) apreensões por guia de adolescentes infratores.

Podemos afirmar que foram atendidas por essa instituição, ao longo do ano de 2015, um número crescente e significativo de mães¹⁸, dentro do processo de acompanhamento da medida socioeducativa desses jovens apreendidos e com determinação judicial, nas diversas unidades do Degase.

Frente a esse crescimento no atendimento de adolescentes e conseqüentemente de suas mães dentro da Política Socioeducativa do Estado do Rio de Janeiro, tomando por base os dados fornecidos pela CEMSE/DEGASE, bem como a importância do trabalho com essas mulheres dentro desse sistema, em 2015 foi instituído um Grupo de Trabalho, intitulado GT de Famílias

¹⁵ Fonte: CEMSE/DEGASE.

¹⁶ Considerando entrada, saída, acautelamento, internação provisória, privação e restrição de liberdade. FONTE: CEMSE/DEGASE, 2016.

¹⁷ Fonte: Instituto de Segurança Pública.

¹⁸ Não encontramos uma estatística oficial de atendimento de famílias dentro do DEGASE.

visando a elaboração de um Programa de Atenção às Famílias do Degase que se encontra pronto, aguardando sua implantação.

Tivemos a oportunidade de participar desse GT que tomou por base a pesquisa realizada por LOPES (Elis Regina, 2015), cujos dados apontam que das vinte e cinco unidades do Degase, apenas oito desenvolviam ações não sistematizadas com as famílias dos adolescentes. Considerando esses dados, podemos afirmar que a rede de atendimento familiar institucional se apresenta de forma precária, pautada em ações pontuais, a partir da iniciativa de alguns profissionais e não baseado nas diretrizes de um programa da política socioeducativa.

Por fim, trazemos em nossas considerações finais da presente pesquisa, um panorama de como encontram-se organizados atualmente, os grupos que compõem o *Movimento das Mães dos Meninos do Degase* e como efetivamente, estão ou não, interferindo na Política de Atendimento Socioeducativo que vem sendo desenvolvida nesse estado. Trazendo ainda algumas análises pertinentes para o fortalecimento desses grupos enquanto resistência e controle dessa política.

1 MÃES, MULHERES, SUJEITOS SOCIAIS E SUAS ORGANIZAÇÕES

Olha moça, lá onde eu moro você não tem direito de enterrar seu filho, eles cortam seu filho em pedaços. Vocês têm que me ajudar, por favor... (chora). (RIBEIRO, Sílvia Maria, 2007).¹⁹

O som dessas palavras ecoa como se tivesse acabado de ser pronunciado. Passaram-se dez anos e ainda é muito nítido! São Marias, Antônias, Joanas, Clarices e muitas outras mulheres, mães, cada uma de sua forma, ecoando um som de busca de novos caminhos de ajuda; um som de luta, de acesso a direitos, de garantia de vida!

Mulheres que se perguntam “onde foi que errei? ”, “o que faltou na educação de meu filho, para que cometesse um ato infracional? ”, apontando inflexões sobre o lugar dessas mulheres na família, na sociedade e nas relações sociais.

As abordagens aqui explicitadas tomaram por base o entendimento que estamos falando de mães... mulheres, enquanto sujeitos sociais, do processo de construção de suas identidades dentro de uma sociedade, culturalmente emanada por significados onde a maternidade se apresenta como um grande elo dessa “rede de significados” (GEERTZ, 1989).

Buscou-se, portanto, reflexões e estudos para entender o processo de maternidade dessas mulheres: a maternidade é algo intrínseco à mulher? O amor materno é próprio da condição de ser mulher? Como essas mulheres vivenciam o exercício da maternidade junto aos filhos privados de liberdade? Como expressam suas lutas na garantia desse direito? De que forma a expressão dessas lutas vem se constituindo, se organizando? O que motiva essas mães a permanecerem na luta por tanto tempo, como é o caso de algumas lideranças?

Procuramos também entender o debate teórico em torno dos Movimentos Sociais sobre o contexto social que surge o Movimento de Mulheres na América Latina e mais especificamente no Brasil, assim como a importância do Movimento Feminista e o Movimento de Mulheres neste processo.

Ainda sobre essas mulheres, continuamos indagando o que leva essas “mães” suportarem uma rotina de se desnudarem frente a desconhecidos? Seja fisicamente numa “revista” dentro de uma unidade, ou seja, diante de um “atendimento técnico”, quando revelam as histórias de suas vidas. Talvez ainda não tenhamos respostas concretas para isso e sim

¹⁹ Relato do diário de campo da estagiária de serviço social da Equipe de Família do Projeto Nossa Casa, datado de 2007 e registrado em seu TCC que consta nas referências bibliográficas do presente estudo.

hipóteses que vão desde o amor materno, passando pela moral, pelos valores sociais e religiosos, chegando até ao desespero em ter a certeza de que seus filhos estejam vivos.

1.1 Refletindo sobre a Maternidade

As pessoas que transitam nos quarteirões das ruas do bairro da Ilha do Governador, mais precisamente no sub-bairro do Galeão, onde estão instaladas algumas unidades²⁰ do Novo Degase - recepção e triagem, internação provisória e internação²¹ - comumente verificam um cenário com filas de mulheres (das mais diversas idades), sentadas nos meios fios das calçadas à porta desses espaços, esperando atendimento ou a hora da visita. São mães, tias, avós, muitas consanguíneas outras chamadas “de consideração”, por fazerem parte da história de vida daqueles adolescentes que ali estão, privados de liberdade.

Nos dias de visitas, podemos observar que muitas estão carregadas de pacotes: biscoitos, materiais de higiene e demais objetos que são permitidos entrar nessas unidades. Algumas vêm de lugares longínquos, chegando cedo para não atrasar o horário da visita, uma vez que passam por um procedimento de “revista” onde precisam se desnudar se quiserem estar por algumas horas ao lado de seu “filho” (LOPES, Elis Regina, 2015).

O que impulsiona essas mulheres a se submeterem a esse total constrangimento em prol de seus filhos? Podemos afirmar que é o instinto do amor materno que determina isso? Ou o exercício da maternidade é o que prevalece?

Encontramos na filosofia, mais precisamente na discussão polêmica levantada por BADINTER (Elisabeth), a explicação sobre “O Mito do Amor Materno”. Para a autora, o amor materno é um sentimento como outro qualquer da condição humana, não sendo inerente a figura feminina e sequer um determinismo, podendo se adquirir ou não:

Quanto a mim, estou convencida de que o amor materno existe desde a origem dos tempos, mas não penso que exista necessariamente em todas as mulheres, nem mesmo que a espécie só sobreviva graças a ele. Primeiro, qualquer pessoa que não a mãe (o pai, a ama, etc.) pode "maternar" uma criança. Segundo, não é só o amor que leva a mulher a cumprir seus "deveres maternais". A moral, os valores sociais, ou religiosos, podem ser incitadores tão poderosos quanto o desejo da mãe (BADINTER, Elisabeth, 1985, p. 17).

²⁰ Centro de Socioeducação Gelso de Carvalho Amaral – CENSE GCA (recepção e triagem masculina); Centro de Socioeducação Dom Bosco – CENSE Dom Bosco (internação provisória masculina); Centro de Socioeducação Professor Antônio Carlos Gomes da Costa – CENSE PACGC (triagem, internação provisória e internação feminina); Escola João Luiz Alves – EJLA (internação provisória e internação).

²¹ Internação é a MSE que pode variar de três meses a três anos de privação de liberdade.

A autora apresenta uma evolução da conduta materna, comprovada através de sua extensa pesquisa histórica ao longo dos tempos, demonstrando alterações de acordo com a época e o contexto societário. Na verdade, sua constatação é de que a variabilidade do sentimento é muito grande, dependendo da cultura e dos anseios dessas “mães”.

As reflexões apresentadas por BADINTER têm uma relação direta com a nossa realidade descrita, podendo afirmar que algumas situações nas unidades socioeducativas evidenciam essa variabilidade do sentimento – amor materno: quando identificamos a presença das “mães/tias/avós de consideração” como substituição pela ausência da “mãe biológica” ou quando é necessário resgatar algum familiar (ausência da figura materna), para que seja entregue um adolescente. Ainda, quando a reinserção familiar é impossível de ser realizada, sendo necessária a reinserção comunitária através de Unidades de Reinserção Social²², como forma de garantir o direito de ir e vir desse adolescente que foi “liberado” pelo poder judiciário e não possui uma referência familiar para sair da condição de privação de liberdade.

Essa análise apresenta uma desmistificação da visão de que o amor materno só pode ser exercido por uma figura feminina, assim como, a condição de que toda mulher deve ser mãe (BADINTER, Elisabeth, 1985).

O que está em pauta é o que BADINTER caracteriza como “deveres maternos” que pode ser exercido por diferentes figuras protetivas sejam elas femininas ou não, veiculadas a pessoas ou até mesmo a instituições, na ausência de uma referência familiar. Para autora (BADINTER, Elisabeth, 1985, p. 18) “[...] não é certo que todas as mães humanas sejam predestinadas ao oferecer-lhe esse amor de que ela necessita”. Na verdade, ela polemiza a função materna predeterminada de conceber, dar à luz e ainda cuidar até que aquele indivíduo se torne adulto.

Estudo sobre a maternidade de adolescentes autores de atos infracionais, tomando por base BADINTER apontam dois significados para análise da maternidade como categoria: uma em que a figura materna é tomada como legítima para exercer a função dos “deveres maternos” e outra em que essa função acarreta na figura materna enormes sofrimentos na medida que é considerada a “mãe má”, pois não consegue evitar que seu filho se envolva com os chamados atos infracionais (LIRA, VÍlnia, 2006, p. 23).

²² “[...] é uma modalidade de acolhimento institucional de famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, provocados por situações de violação de direitos. Como abandono, maus tratos físicos/ou psíquicos, diversas formas de abuso, situação de rua, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medida socioeducativa, dentre outras, visando garantir proteção integral a esses cidadãos”. (MOTTA, Ida Cristina; GONÇALVES, Tania Mara, 2016, p. 369).

Encontramos também nos estudos de FONSECA (Cláudia, 2002) e em outras reflexões antropológicas o termo de “circulação de crianças”, caracterizando a realidade encontrada na história de vida dos adolescentes atendidos pelo Degase – a transferência dos cuidados maternos de uma criança, de uma família para outra, seja temporariamente ou como forma de adoção.

FREITAS et al (Rita de Cássia, 2010) também traz contribuições importantes nesse campo, quando discute a noção de “maternidade partilhada”:

Este é um fenômeno de longa duração histórica e pode ser localizado na circulação de crianças por outras casas, mas, principalmente, dentro das casas onde sempre podemos encontrar a empregada, ou aquela pessoa “que dá uma ajudazinha”, a tia solteirona ou a avó que nos ajuda a partilhar as responsabilidades de criação dos filhos e de manutenção das casas (FREITAS et al, Rita de Cássia, 2010, p. 24).

São as “tias de consideração”, as “avós de consideração”, ou quem sabe, uma vizinha muito próxima, ou uma irmã mais velha; permitindo que essa “maternidade partilhada” seja exercida por vezes por pessoas consanguíneas, outras pela relação de afeto ou por afinidade.

FREITAS et al (Rita de Cássia, 2009) também exemplifica “as novas formas de maternidade” quando essas mulheres, no caso, “Mães dos Meninos do Degase”, buscam na organização enquanto grupo de mães, a luta por um melhor atendimento de seus filhos, transformando suas tristezas e questionamentos em bandeiras de luta e implicando numa nova realidade para essas mulheres.

Foi com a expressão dessa maternidade que nos deparamos em nosso estudo: ora exercida efetivamente por uma figura de mãe biológica, ora por uma tia ou avó consanguínea, outras vezes por tias e avós “de consideração”, raras vezes pela figura do pai biológico ou ainda, pelos ditos “abrigos da vida”. Maternidade que se apresenta com novas formas a partir da realidade vivenciada por essas mulheres.

1.2 Falando de Mães, Mulheres, Sujeitos Sociais, suas Identidades e Organizações

Como mencionado anteriormente, refletir sobre o exercício da maternidade dentro de uma instituição onde temos a privação de liberdade por parte dos filhos, nos leva a entender o lugar dessas mulheres como sujeitos sociais, participantes do processo de construção de suas identidades enquanto grupo, bem como compreender o espaço que vem sendo ocupado por elas na família, na sociedade e nas relações sociais. Significa entender o papel social que essa maternidade se coloca para esses sujeitos – mães, mulheres.

Podemos hipoteticamente dizer que essas mulheres apresentam algo em comum: fortalecer o direito de exercerem a maternidade junto aos seus filhos que estão privados de liberdade, lutando por atendimento socioeducativo que deve estar pautado na convivência familiar e comunitária. Como já explicitado, é identificar a maternidade como um elo na “rede de significados” apontado por GEERTZ (1989).

Nos reportaremos, então, ao que GEERTZ conceitua como cultura:

O conceito de cultura que eu defendo, e cuja utilidade os ensaios abaixo tentam demonstrar, é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. É justamente uma explicação que eu procuro, ao construir expressões sociais enigmáticas na sua superfície (GEERTZ, 1989, p. 4).

Sua percepção é de que a cultura é uma “rede significados”, um conjunto de valores e crenças que sistematicamente estão sendo modificadas pelas pessoas que fazem parte de uma determinada sociedade. Analisando a inserção das mulheres na sociedade, devemos levar em consideração o aspecto cultural, a “teia de significados” que foi tecida por essas mulheres nos diferentes tempos.

Verificamos isso na história das mulheres do ocidente ao longo do século XIX, quando nos deparamos com um movimento de apropriação por parte dessas mulheres dos espaços públicos, na busca de um lugar na sociedade, de uma posição política, buscando um “tecer de significados”, de uma nova cultura, na construção de uma consciência de gênero (PERROT, Michelle, 1999).

As *Mães dos Meninos do Degase* exemplificam o que PERROT aponta em seu estudo sobre a história dessas mulheres do ocidente, apresentando um histórico de construção de lutas, marcadas por episódios de perdas nos diferentes contextos, culminando em formas de organização como as instituições AMÃES, AMAR e o Movimento Moleque e demais formas com as quais vêm se fortalecendo, como sujeitos sociais, constituindo-se como grupo a partir de suas identidades.

Sujeitos sociais que no mundo pós-moderno apresentam não uma identidade fixa, mas uma variedade de identidades, indo para além das apontadas enquanto classe social, de acordo com HALL (2006). Ele destaca a importância do movimento feminista, trazendo para o campo político e público temas próprios da esfera privada, como a família, o trabalho doméstico e a sexualidade.

Para as mulheres, mais especificamente para esse grupo – *Mães dos Meninos do Degase*, a maternidade aparece como uma categoria de identidade que permitiu a instituição organizada politicamente de grupo, entretanto, como uma identidade possível de mutações e variações (LIRA, VÍL尼亚, 2006, p. 24), podendo em nossa análise, modificar a formatação desse grupo - AMÃES, AMAR, Movimento Moleque e demais movimentos organizativos que estudamos. Portanto, a construção da identidade permite que os sujeitos sociais possam redefinir os significados, podendo mudá-los ou ressignificá-los. Entendendo como identidade, o conceito de CASTELLS (1999, p. 22) “[...] processo de construção de significado com base num atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o (s) qual (ais) prevalece (m) sobre outras fontes de significados”.

As mulheres, *Mães dos Meninos Do Degase*, são mães e possuem isso como uma de suas formas de identidade: ser mãe; mas também são mães que lutam; outra forma de identidade: mães que se organizam para lutar. Elas possuem o que CASTELLS (1999, p. 23) define como identidades: “[...] são fontes mais importantes de significado do que papéis, por causa do processo de autoconstrução e individuação que envolvem [...] pode-se dizer que identidades organizam significados, enquanto papéis organizam funções”.

Estamos falando de sujeitos sociais que apresentam uma história de luta para garantia do exercício da maternidade, do seu espaço na família e na sociedade, buscando novas formas de relações sociais, com alicerces nos direitos humanos e sociais. Falamos de mulheres, mães que encontraram uma nova forma de exercer a maternidade (FREITAS et all, Rita de Cássia, 2009) indo para as ruas, para a vida pública, através da luta e dos seus movimentos de grupos, transformando suas angústias, tristezas e incertezas – suas dores - em plataformas de organização.

Ao falarmos dessas mulheres e suas organizações nos reportamos inicialmente ao conceito de gênero adotado por Scott (Joan, 1990) quando afirma que o núcleo essencial dessa definição está baseado em duas proposições inter-relacionadas:

[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único (SCOTT, Joan, 1990, p. 21).

Significa trabalharmos com a percepção de que os papéis (masculinos e femininos) são socialmente construídos numa sociedade, podendo se tornar diferente, entre sociedades ou até mesmo dentro de uma mesma sociedade (SAFIOTI, Heleieth Iara, 1994).

Freitas (Rita de Cássia, 2000) fala da imagem criada da mulher - a responsável pelo cuidado dos filhos - com base no comportamento dessa mulher. Durante algum tempo as mulheres permaneceram com a função de cuidadora do lar e dos filhos, dentro de um modelo de família nuclear burguesa, onde a maternidade seria a única condição para essas mulheres. Para Giddens (1993, p. 54) “[...] As ideias do amor romântico estavam claramente associadas à subordinação da mulher ao lar e ao seu relativo isolamento do mundo exterior”.

Imagem essa que perdurou por muito tempo dentro da história dessas mulheres, como abordado por Michelle Perrot (1999) e já mencionado anteriormente - a história do “Sair” dessas mulheres para os lugares públicos, para o mundo do trabalho, constituindo, ao longo dos tempos, novos modelos de famílias na sociedade. O que percebemos são novos deveres e obrigações que vão sendo atribuídos às mulheres.

Vários fatores contribuíram para atuação da mulher no mundo social, dentre eles a decisão de ter ou não filhos com o advento da pílula anticoncepcional, assim como a participação nos diferentes movimentos sociais, como também no mundo do trabalho, desencadeando os novos modelos de família, conforme já explicitado.

As *Mães dos Meninos do Degase* retratam o movimento que Freitas (Rita de Cássia, 2000) denominou “Mães em Luta”, onde a figura materna se destaca como o ator principal das lutas políticas, caracterizando a politização da maternidade. Desta forma, podemos enumerar alguns movimentos sociais mais recentes onde as mulheres estiveram à frente do processo de organização dos grupos, tendo com o grande elo, a maternidade: as Mães de Acari, as Mães da Cinelândia, as Mães de Crianças Desaparecidas de São Paulo²³, as Mães contra a violência²⁴, as “Mães do DEGASE” (assim intitulada pela autora) - através da AMÃES, AMAR/RJ e Movimento Moleque.

Essas mães iniciaram suas histórias de luta há cerca de dezesseis anos atrás, em prol de melhores condições no atendimento socioeducativo de seus filhos que se encontravam privados de liberdade; fato esse que motivou a organização das mães enquanto grupo, denunciando as situações de maus-tratos e buscando o direito desses adolescentes na garantia da convivência comunitária e familiar assegurado, na época pelo ECA.

Mulheres que criam como estratégia uma rede protetiva, como possibilidade de encarar as atividades próprias da vida moderna, onde assumiram os diferentes papéis que lhes foram impostos. Mulheres que “saíram” (PERROT, Michelle, 1999) à luta. Que se organizaram

²³ Associação Brasileira de Busca e Defesa à Criança Desaparecida - ABCD.

²⁴ Associação de Mães e Amigos da Criança e do Adolescente em Risco - AMAR - SP.

através de entidades, na busca de garantir condições mais dignas no atendimento socioeducativo, na busca de seus direitos!

Abordaremos agora as bases teóricas dos Movimentos Sociais, visando subsidiar a compreensão das direções tomadas por esses grupos organizativos do *Movimento de Mães dos Meninos Do Degase*.

1.3 Os Movimentos Sociais

Focalizamos nosso estudo tomando por base pesquisadores que caracterizam esses movimentos como “Novos” Movimentos Sociais - NMS, considerando que seus surgimentos estão diretamente relacionados ao que denominam campo moral e cultural, cujas bandeiras de luta estão diretamente ligadas à valorização dos sujeitos, associadas à subjetividade. Também por entendermos a importância de ater-nos ao debate teórico do contexto que estamos nos propondo a estudar: o período da implantação das organizações do *Movimento de Mães dos Meninos do Degase* - fins da década de 1990 e início de 2000. Desta forma, não pretendemos discorrer nem debater sobre a polêmica existente entre os estudiosos, em torno de “velhos” ou “novos” movimentos sociais.

Alguns elementos são fundamentais para dar uma característica própria aos movimentos sociais, tecendo um caminho socialmente e politicamente próprio, conforme alguns estudiosos da área apontam. Sendo assim, ter ações em oposição ao Estado, ou como alguns autores chamam, ações “de costa” para o Estado; ainda, ter ações que representam um projeto vanguarda ou ações mais culturalistas, a partir de suas identidades, são alguns desses elementos. Assim, avaliamos ser oportuno o estudo da teoria desses movimentos sociais referente ao contexto histórico da implantação do *Mães dos Meninos do Degase*, permitindo uma análise sócio histórica do período.

Historicamente a década de 1980, considerada à nível econômico a “década perdida”, trouxe o crescimento dos direitos sociais com a Constituição de 1988. Podemos identificar vários avanços na luta por desigualdades sociais, como a liberdade de imprensa, de expressão e de organização, de questões trabalhistas, como também a instituição do racismo como um crime inafiançável. Portanto, os anos 1980 foram marcados pela saída das pessoas às ruas na busca por seus direitos, contexto de grande crescimento e fortalecimento dos movimentos sociais.

Dentre alguns autores que estudam os Movimentos Sociais, a socióloga Maria da Glória Gohn traz importantes contribuições nessa área, inclusive sobre a discussão polêmica em relação ao conceito de movimentos sociais. Para a autora (GOHN, Maria da Glória, 1997, p. 12) “[...] Analisar os paradigmas a respeito dos movimentos sociais implica abordar preliminarmente duas difíceis questões: o próprio conceito de movimento social e as teorias a seu respeito”.

GOHN (Maria da Glória, 1997, p. 13) esclarece que não existe um único conceito sobre Movimentos Sociais e sim vários, de acordo com o paradigma²⁵. Quanto as teorias, ela ressalta que existem várias, cada qual com seu entendimento próprio sobre o que eles são, bem como a que tipo de manifestação se referem; sendo tratados ora como fenômenos empíricos e ora como objetos analíticos e teóricos. Contudo, a pesquisadora assume o risco de equívocos ao formular, como ela própria afirma, uma longa e densa conceituação sobre Movimentos Sociais:

[...] são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. Estas contribuições são observadas quando se realizam análises de períodos de média ou longa duração histórica, nos quais se observam os ciclos de protestos delineados. Os movimentos participam, portanto, da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados, em suas densas redes; e dos projetos políticos que constroem com suas ações. Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam (GOHN, Maria da Glória, 1997, p. 251).

Para autora, os Novos Movimentos Sociais questionam a realidade estrutural; possuindo uma identidade, podendo até fazer reivindicações a partir das questões do dia-a-dia, num nível subjetivo; podendo surgir a partir de reflexões da própria existência do movimento. Sobre esses

²⁵ “Para nós um paradigma é um conjunto explicativo em que encontramos teorias, conceitos e categorias, de forma que podemos dizer que o paradigma X constrói uma interpretação Y sobre determinado fenômeno ou processo da realidade social. Esta explicação deve diferir da de outros paradigmas” (GOHN, Maria da Glória, 1997, p. 13).

“Novos” Movimentos Sociais, a autora destaca que eles não visam romper com o modo de produção vigente, nem tão pouco com a luta de classes e, sim, uma organização coletiva que questiona a ordem estabelecida. Esta estudiosa define o novo associativismo, como forma de se organizarem e pensarem numa perspectiva culturalista.

O associativismo predominante nos anos 90 não deriva do processo de mobilização de massa, mas de processo de mobilizações pontuais. Qual a grande diferença? No primeiro caso, a mobilização se faz a partir do atendimento a um apelo feito por alguma entidade plural, fundamentada em objetivos humanitários. Pode ser uma organização internacional (Anistia, Greenpeace), nacional (Campanha contra a Fome) ou local. Mas em todos os casos é no local que se desenvolve as formas de mobilização e sociabilidade. Este tipo de associativismo não demanda dos indivíduos obrigações e deveres permanentes com uma organização. E a mobilização se efetua independentemente de laços anteriores de pertencimento, o que não ocorre com o associativismo de militância político-ideológica. Em suma, o novo associativismo é mais propositivo, operativo e menos reivindicativo – produz menos mobilizações ou grandes manifestações, é mais estratégico. O conceito básico que dá fundamento às ações desse novo associativismo é o de Participação Cidadã²⁶ (GOHN, Maria da Glória, 2007, p. 17-18).

Destaca ainda que os anos 1990 foi marcado por novas formas de organização popular, como o Fórum Nacional pela Moradia, o Fórum Nacional de Participação Popular e demais formas de associativismos. Surgiram novas articulações e parcerias entre o poder público e sociedade civil, como o Orçamento Participativo, Renda Mínima, entre outros; todas essas parcerias envolvendo a chamada “Participação Cidadã” na gestão pública. A Ética na Política, com a deposição – democraticamente - de um Presidente da República, bem como o surgimento da Central dos Movimentos Populares, organizando os diversos movimentos populares no Brasil, também foram determinantes nessa década (GOHN, Maria da Glória, 2007, p. 20). GOHN destaca que a “sociedade” é um sujeito ativo e não um mero coadjuvante dos programas que são impostos pelo Estado. Para autora é fundamental que os sujeitos ativos estejam organizados e mobilizados, permitindo a Participação Cidadã (GOHN, Maria da Glória, 2007, p. 19).

Acrescenta que a partir do avanço das políticas neoliberais, organizam-se outros movimentos sociais, na luta contra as reformas estatais. A exemplo disso surge a Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria, Ações de aposentados ou pensionistas do sistema previdenciário, etc.; eclodem as lutas de categorias profissionais – “perueiros e caminhoneiros”; inclusive atos pela paz e contra a violência urbana (GOHN, Maria da Glória, 2007, p. 21). Para

²⁶ Para Gohn (Maria da Glória, 2007, p. 18) a “Participação Cidadã” é lastreada num conceito amplo de cidadania, que não se restringe ao direito do voto, mas constrói o direito à vida do ser humano como um todo. [...] Há um novo projeto emancipatório e civilizatório por detrás dessa concepção que tem como horizonte a construção de uma sociedade democrática e sem injustiças sociais”.

autora o “novo” dos movimentos sociais se redefine a partir dos anos 90; primeiro, pela mudança no foco das reivindicações populares que anteriormente eram em torno da infraestrutura básica, passando para reivindicações no plano de sobrevivência física das pessoas (Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria); segundo no que é denominado plano moral, pela indignação de ausência de ética na política, eclodindo as lutas sociais em torno da questão de gênero, idade, raça, entre outras (GOHN, Maria da Glória, 1997, p. 309).

O marco da ECO 92 (1992) propiciou um crescente no número das Organizações Não Governamentais – ONG’s - que passaram a ter um destaque maior que os ditos Movimentos Sociais, porque inseridas no Terceiro Setor, vão atuar nos serviços sociais junto com o poder público, na execução de políticas públicas (GOHN, Maria da Glória, 2007, p. 22). Foi um período também marcado pela organização dos grupos de mulheres, na luta desses grupos contra a discriminação e proveniente da inserção desses movimentos no campo da política. Identificamos que é um contexto em que há um certo abandono em relação às teorias macroestruturais²⁷, tendo como pano de fundo a crise das esquerdas, do marxismo, bem como dos modelos socialistas do Leste Europeu. Segundo GOHN, os sujeitos históricos predeterminados, como a categoria dos operários ou a categoria das classes populares, saem de cena, dando lugar aos novos atores sociais - chamados “os excluídos”, como os negros, as mulheres, os pobres, os índios e demais atores que ficam à margem da nova estrutura do mercado de trabalho. Na verdade, para GOHN, quando os cientistas sociais brasileiros incluíram essa nova categoria - “os excluídos” - na análise dos Movimentos Sociais, estavam seguindo uma influência internacional. A pesquisadora critica essa falta de análise mais próxima da realidade, trazendo distorções no olhar desses diferentes contextos. A exemplo disso estão as análises pautadas em que as condições empobrecidas das populações, assim como alguns hábitos das pessoas consideradas “miseráveis e pobres”, são as causas da violência urbana, da aceleração do uso de drogas e o crescimento do narcotráfico, no Rio de Janeiro. É nesse contexto que majoritariamente entra no cenário político a participação das mulheres, apresentando diferenças entre o contexto europeu, do contexto latino-americano: as questões de gênero prevalecem na Europa, enquanto na América Latina o movimento feminista focou um contingente mais intelectualizado, junto aos movimentos populares, demandando melhorias na qualidade de vida e não nos direitos de igualdade entre o masculino e feminino, de acordo com GOHN.

²⁷ “[...] que enfatizavam a problemática das contradições sociais e viam nas lutas e movimentos um dos fatores de acirramento daquelas contradições” (GOHN, Maria da Glória, 1997: 288).

Em estudos mais recentes, GOHN (Maria da Glória, 2012, p. 03) faz uma condensação das novas categorias de análise do Movimentos Sociais no novo milênio: antigas categorias - justiça social, igualdade, cidadania, emancipação, direitos, lutas pelo biopoder; somam-se a novas categorias - capital social, inclusão social, mobilização, empoderamento da comunidade, autoestima, responsabilidade social, compromisso social, sustentabilidade, inclusão social substitui a categoria exclusão. “[...]Na realidade, a maioria dos que utilizam estas categorias não está preocupada com a análise dos movimentos sociais em si, mas sim com as ações solidárias, o destaque ao empoderamento social, e, eventualmente, captar os possíveis conflitos sociais”. Para a pesquisadora não existe apenas uma abordagem teórica sobre os movimentos sociais nesse novo contexto e sim, várias teorias; afirma que é possível observar cinco eixos analíticos nessas teorias²⁸.

GOHN (Maria da Glória, 2012, p. 08) ainda destaca a predominância na atual década de se “[...] realizar estudos sobre trajetórias de lideranças – especialmente de movimentos com maioria de mulheres”. Para autora existem algumas fragilidades em torno desses tipos de estudos: os estudos focam as trajetórias e histórias de vida das lideranças, desfocando o estudo do movimento da qual elas pertencem e, não existe uma contextualização desse período que é muito recente. Contudo, GOHN identifica no debate teórico do pesquisador mexicano ALVAREZ (2000) uma análise da dimensão política dos movimentos sociais a partir da constituição da identidade do sujeito, portanto, “[...] Ele destaca a importância dos projetos sociais²⁹ na constituição do sujeito, não como algo pronto, mas sim processual e tensionado pelas diferenças entre os atores de uma ação coletiva organizada como movimento social” (GOHN, Maria da Glória, 2012, p. 09). A autora enfatiza que “[...]Um movimento social com certa permanência é aquele que cria sua própria identidade a partir de suas necessidades e seus desejos, tomando referentes com os quais se identifica”. Portanto, “[...]O movimento social, enquanto um sujeito social coletivo, não pode ser pensado fora de seu contexto histórico e conjuntural. As identidades são móveis, variam segundo a conjuntura” (GOHN, Maria da Glória 2012, p. 10).

Desta forma, para GOHN “[...] Os sujeitos dos movimentos sociais saberão fazer leituras de mundo, *identificar projetos diferentes ou convergentes se participarem*

²⁸ 1- “[...]Teorias construídas a partir de eixos culturais, relativas ao processo de construção de identidades (atribuídas ou adquiridas); 2- [...] Teorias focadas no eixo da Justiça Social; 3- Teorias que destacam a capacidade de resistência dos movimentos sociais; 4- [...] Teorias Pós-Colonial também denominada por alguns como das racionalidades alternativas; 5 – [...]Teorias que canalizam todas as atenções para os processos de institucionalização das ações coletivas” (GOHN, Maria da Glória, 2012: 04).

²⁹ “[...] Projeto social é entendido aqui como o projeto político-ideológico de um grupo” (GOHN, Maria da Glória, 2012, p. 09).

integralmente das ações coletivas, desde seu início, geradas por uma demanda socioeconômica ou cultural- relativa ao não pelo simples reconhecimento no plano dos valores ou da moral” (GOHN, Maria da Glória, 2012, p. 10).

Assim sendo, encontramos nesse debate teórico os subsídios para análise do *Movimento das Mães dos Meninos do Degase* que estaremos apresentando no Capítulo III do presente estudo, contudo, antes estaremos abordando no próximo bloco um sucinto histórico do Movimento Feminista brasileiro e sua contribuição para o Movimento de Mulheres, como também para a elaboração e garantia de políticas sociais voltadas para mulheres em nosso país.

1.3.1 Movimento feminista no Brasil: uma breve abordagem

O século XIX marcado pela entrada da mulher no cenário político e o surgimento de novos debates teóricos para dar sustentação às relações sociais que foram sendo permeadas, também foi marcado mundialmente pela industrialização e urbanização, mudando radicalmente as sociedades que tiveram alterações significativas em seu modo de produção, de subsistência e de proteção. Impingindo ao novo século respostas a uma realidade demarcada pela pauperização e exclusão social, exigindo por parte do Estado a implantação de um sistema de proteção social próprio, de acordo com nível de mobilização de cada sociedade e correlação de forças da classe trabalhadora; surgem, assim, as políticas sociais como respostas às desigualdades sociais e a pauperização da população, frente ao novo sistema de produção.

Em fins do século XIX, as mulheres brasileiras incorporadas à produção social representavam uma parte significativa da força de trabalho empregada, ocupavam de forma cada vez mais crescente o trabalho na indústria, chegando a constituir a maioria da mão-de-obra empregada na indústria têxtil (COSTA, Ana Alice, 2006, p. 55).

Visando entendermos o contexto que propiciou a construção e constituição de políticas sociais voltadas para as mulheres, discorreremos um pouco mais sobre o movimento feminista e seus diferentes contextos dentro do novo século, buscando assim subsidiar nosso entendimento sobre as contribuições do movimento feminista para o processo de elaboração dessas políticas.

Desta forma, é importante resgatarmos que o século XX trouxe em sua primeira década a constituição de organizações feministas em diversos países da América Latina; sejam elas socialistas, anarquistas ou liberais. Especificamente no Brasil destaca-se a grande mobilização de mulheres, tendo à frente a baiana Leolinda Daltro, com a criação do Partido Republicano Feminista, assim como o surgimento da Associação Feminista, influenciado pelas greves

operárias em São Paulo, em 1918. Ainda, a criação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino com a liderança de Bertha Luz, em 1922; e, a conquista do voto em 24 de fevereiro de 1932 (Decreto nº21.176) e sua incorporação à Constituição de 1934, posteriormente. Para alguns estudiosos, este primeiro momento do movimento feminista é demarcado pelo cunho conservador, focado na “divisão sexual dos papéis de gênero”, como explicitado por COSTA (Ana Alice, 2006, p. 55-56).

Em relação a segunda onda de feminismo na América Latina, para muitos autores³⁰ surge nos anos 1970, no processo de organização e resistência das mulheres ao regime militar, no auge do autoritarismo e repressão da ditadura militar, em meio ao contexto das “falsas democracias”. Segundo Sonia Álvarez:

As mulheres encabeçaram os protestos contra a violação dos direitos humanos por parte do regime; as mulheres pobres e da classe operária buscaram soluções criativas para as necessidades comunitárias como resposta ao total descuido governamental em relação aos serviços básicos urbanos e sociais; as mulheres operárias engrossaram as filas do novo movimento sindical brasileiro; as mulheres rurais lutaram pelos seus direitos à terra, aos quais eram continuamente usurpados pelas empresas agroexportadoras, as mulheres afro-brasileiras se uniram ao Movimento Negro Unificado e ajudaram a forjar outras expressões organizadas de um crescente movimento de consciência negra, antirracistas; as lésbicas brasileiras se uniram aos homens homossexuais para iniciar uma luta contra a homofobia; as mulheres jovens e as estudantes universitárias formaram parte dos movimentos estudantis militantes; algumas tomaram as armas contra o regime militar, outras trabalharam em partidos de oposição legalmente conhecidos (ÁLVAREZ, Sonia, 1994, p. 227).

Assim, destacamos alguns acontecimentos veiculados ao movimento feminista brasileiro, fortalecendo a sua história e sua autonomia, enquanto movimento social, em diferentes contextos; tais como: as várias atividades públicas realizadas em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte em 1975, fazendo parte das comemorações do Ano Internacional da Mulher; a participação das mulheres em mobilizações nos anos 1967 e 1968, com apoio da ONU; o surgimento de grupos de estudos e de reflexão de mulheres em vários países; os grupos de reflexão e ação associados a organizações consideradas de esquerda, na ocasião; criação do jornal *Brasil Mulher*, em 1975, vinculado ao Movimento Feminino pela Anistia³¹; começo de 1976, a publicação do jornal *Nós Mulheres*; a conversão dos dois jornais (*Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*) em principais veículos de comunicação do movimento feminista brasileiro, a partir de 1978; os novos movimentos como os dos negros e dos homossexuais unidos às feministas; os diversos grupos populares de mulheres ligados às associações de moradores e clubes de mães

³⁰ COSTA, 2006; LEON, 1994; JAQUETTE, 1994; MOLYNEUX, 2003.

³¹ Publicado por ex-presas políticas, em Londrina, estado do Paraná.

enfocando temas vinculados a discussão de gênero³²; o movimento feminista aponta bandeiras fincadas na sexualidade, nos direitos de reprodução, no combate à violência contra a mulher; a ampla propagação do feminismo em veículos de comunicação, como a televisão, abordando temas como violência doméstica, sexualidade, direitos de reprodução, etc.

Os anos de 1980 marcam uma nova era no movimento feminista, demandando novos questionamentos e dilemas a serem equacionados por esses movimentos³³. Para alguns estudiosos como COSTA (Ana Alice, 2006) e Elizabete Souza Lobo (1987), a entrada de muitas feministas para o cenário político partidário acarretou uma apropriação dos discursos feministas por esses partidos políticos, ao mesmo tempo que as práticas do movimento feminista foram diluídas:

[...] a reorganização partidária começou a descaracterizar as práticas autônomas dos movimentos, os grupos se dividiram e se desmancharam. Na divisão muitas feministas se concentraram nos partidos, outras permaneceram somente no movimento. Os discursos feministas invadiram os discursos partidários, mas as práticas autônomas se reduziram (LOBO, Elizabete, 1987, p. 50).

Em abril de 1983, a partir das eleições estaduais, é criado “o que muitos intitulam como o primeiro mecanismo de Estado no Brasil, voltado para implementação de *políticas para mulheres*³⁴”- o Conselho Estadual da Condição Feminina. Assim foram criados sequencialmente os Conselhos dos Direitos da Mulher em alguns estados e, posteriormente, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (COSTA, Ana Alice, 2006 e LOBO, Elizabete, 1987). O processo de participação do movimento feminista nas instâncias do Estado foram alvo de muitas discussões e polêmicas dentro do movimento. A exemplo disso, destacamos a incitação dos ânimos durante o VII Encontro Nacional Feminista (Belo Horizonte, 1985), pela participação do movimento feminista no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM, pois, para muitos militantes desse movimento, significava implicações no processo de autonomia do movimento feminista (COSTA, Ana Alice, 2006).

Desta forma, coube ao feminismo com demais organizações da sociedade, o papel de controlar, fiscalizar, pressionar esses aparelhos estatais como formar de definir quais metas deveriam ser atingidas, através da implementação de políticas sociais que garantissem a equidade de gênero e os interesses das mulheres. Para vários autores, dentre eles COSTA, o CNDM, “[...] de fato, se transformou em um organismo estatal responsável por elaborar e propor políticas especiais para as mulheres, e, contrariando o temor de muitas feministas, se

³² Creche, trabalho doméstico, jornada tripla e etc.

³³ Aprofundaremos esses novos dilemas do movimento feminista no próximo bloco.

³⁴ Grifo nosso.

destacou na luta pelo fortalecimento e respeito à autonomia do movimento de mulheres” (2006, p. 63).

O movimento nacional das mulheres propiciou a organização de eventos regionais, congregando cerca de duas mil mulheres num encontro nacional, onde as demandas apontadas por cada região do país foram sinalizadas na Carta das Mulheres à Assembleia Constituinte; período caracterizado como da “invasão do Congresso Nacional” pelas mulheres – camponesas, empregadas domésticas, patroas, brancas, negras, índias, operárias, intelectuais, etc.

Ressalta-se ainda que o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher esteve à frente da campanha nacional “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher”, no período da Assembleia Nacional Constituinte, congregando outras organizações do movimento de mulheres em todo o Brasil. Conhecido como o *lobby do batom*, o convencimento dos parlamentares pelo movimento feminista, permitiu a aprovação de 80% de todas as demandas encaminhadas pelo movimento:

A novidade desse processo foi a atuação conjunta da chamada “bancada feminina”. Atuando como um verdadeiro “bloco de gênero”, as deputadas constituintes, independentemente de sua filiação partidária e dos seus distintos matizes políticos, superando suas divergências ideológicas, apresentaram, em bloco, a maioria das propostas, de forma suprapartidária, garantindo assim a aprovação das demandas do movimento. Essa articulação do CNDM, movimento feminista e bancada feminina, através do *lobby do batom* representou uma quebra nos tradicionais modelos de representação vigentes até então no país, na medida em que o próprio movimento defendeu e articulou seus interesses no espaço legislativo sem a intermediação dos partidos políticos (COSTA, Ana Alice, 2006, p. 64).

Para muitos³⁵ o *lobby do batom* foi um marco no campo político, demarcando uma mudança nos “tradicionais modelos de representação vigentes”, pois permitiu que houvesse uma articulação do CNDM com o movimento feminista e a bancada parlamentar feminina, sem que os partidos políticos intermediassem a negociação, garantindo as metas e os interesses femininos de forma suprapartidária. [...] “Essa se tornou uma prática corrente no movimento feminista na sua relação com o Congresso Nacional. Todas as ações aí conduzidas, em termos de aprimoramento legislativo, são apresentadas de forma suprapartidária” (COSTA, Ana Alice, 2006, p. 65). Podemos exemplificar afirmando que as ações da CFemea (ONG criada em 1990 para fins de articulação do movimento feminista e o Congresso Nacional) foram pautadas em encaminhamentos direto à bancada feminina, independente dos partidos políticos. Entretanto, o CNDM foi destruído a partir de atos autoritários no final do mandato do governo Sarney; segundo COSTA (Ana Alice, 2006, p. 64), o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, “[...]”

³⁵ COSTA (Ana Alice, 2006, p. 65) e PINTO (Celi, 1994, p. 265).

o único órgão federal que tinha o respaldo e respeito popular”, foi sendo esvaziado e perdendo seu fortalecimento político.

Em linhas gerais, os anos de 1980 e 1990 foi um período de transição democrática em diversos países da América Latina, ocorrendo lutas políticas principalmente na América Central, delineando as pressões sociais de vários grupos organizados, inclusive do movimento de mulheres e do feminismo; em sua maioria na busca por alterações constitucionais e abertura política; período onde os temas sociais influenciaram os compromissos governamentais, sendo fortalecido pelas Conferências Mundiais da ONU (PARADIS, Clarice, 2014).

Conforme já evidenciado, na década de 1990 há um crescente de organizações não-governamentais, muitas feministas - chamadas “ONGs feministas” - que vão pressionar o Estado em torno da construção de políticas públicas. Portanto, multiplicam-se as organizações feministas, pois as mulheres pobres de bairros populares, as operárias através dos sindicatos e centrais sindicais, bem como as trabalhadoras rurais também se identificam como feministas, criando as mais variadas modalidades de organizações, caracterizando o “feminismo popular” (COSTA, Ana Alice, 2006). Para algumas autoras, como Sonia Álvarez, “[...] a existência de muitos feminismos era amplamente reconhecida, assim como a diversidade de pontos de vista, enfoques, formas organizativas e prioridades estratégicas feministas nos anos noventa” (1994, p. 278). Álvarez (Sonia, 2000^a, p. 402-403) apresenta uma análise pertinente de que algumas dessas organizações feministas - ONGs - ao assumirem os serviços públicos, substituindo as ações governamentais, elas atuam como intitulado pela própria autora, como organizações “neo” governamentais, isto é, o oposto de “não” governamentais, apesar dos avanços apontados por essas ações na política de gênero. A autora também chama atenção para necessidade do monitoramento e controle social das políticas sociais por parte das organizações de mulheres, de forma a garantir que não haja o que denomina como políticas familistas e restritas ao âmbito privado, como as situações em que o Estado restringiu a violência contra as mulheres, centrando a origem da questão no contexto familiar e não numa análise macro das relações patriarcais e de gênero, explícitas na sociedade. Destaca ainda a importância de o Estado incorporar as demandas do movimento de mulheres, considerando-as efetivamente como sujeitos sociais e políticos.

Contudo, comungamos da ideia que o resgate das mulheres como sujeitos sociais e políticos requer a construção de um processo amplo de debate, a fim da definição das prioridades a serem escolhidas, assim como delinear os caminhos a serem percorridos, dentre as diversas instâncias institucionais, seja à nível nacional, estadual ou municipal, alicerçando as bases da política pública para as mulheres.

Sendo assim, tomando por base a trajetória de lutas da organização das mulheres na América Latina e, especificamente no Brasil, podemos afirmar resumidamente que essa história foi marcada por questionamentos e interrogações ao que denominamos “privilégios patriarcais”, colocando em evidência o papel das mulheres na sociedade moderna, na divisão sexual do trabalho, bem como revendo o lugar das mulheres na família, com sua função de exercer a maternidade, determinando, desta forma, que as políticas públicas sejam definidas a partir dos patamares de igualdade entre homens e mulheres, propiciando uma mudança na história dessas mulheres, seja de forma privada ou de forma pública (PARADIS, Clarice, 2014).

Concluindo, necessariamente ao falarmos de políticas voltadas para mulheres, precisamos abordar políticas públicas que provoquem impactos efetivamente frente as desigualdades, sejam elas de gênero, de classe, de raça, etc. Portanto, essas políticas devem tomar por base a concepção de que as mulheres são os “sujeitos” dessas ações, devendo provocar as modificações necessárias para atingirmos patamares de igualdades sociais, como afirma PARADIS (Clarice, 2014).

1.3.2 O Movimento Feminista enquanto protagonista para o Movimento de Mulheres

O século XIX tem sua história marcada pela “participação feminina”, a participação da mulher, através da luta pelo acesso ao voto e ao cenário político, apontando e solicitando direitos iguais, bem como denunciando as desigualdades e violências vivenciadas, baseadas na divisão dos sexos – masculino e feminino. Novas sustentações teóricas surgem, tomando por base a categoria gênero, visando elucidar as novas relações sociais que serão construídas. “[...] A partir da segunda metade da década de 1970, o conceito de gênero, pensado como construção cultural e arbitrária, variável, de aspectos vinculados ao sexo biológico, tido como natural é imutável, tinha se difundido de maneira extraordinária” (PISCATELLI, Adriana, 2008, p. 264).

Assim, no Brasil, a mulher do século XX buscará seus direitos civis e políticos, através do direito eleitoral (1933), da liberdade sexual e de reprodução com o uso de pílula (1960). No cenário americano e europeu, os anos 1960 e 1970 são delineados pela luta das mulheres ao direito pleno de cidadania. Período demarcado contra a ditadura militar, teve a participação ativa de feministas e militantes políticas na luta pela democracia, pela anistia política, por direito a melhores condições de vida e moradia, bem como igualdade entre os sexos; demarcando o protagonismo do movimento feminista durante o século e a importância deste

para o movimento de mulheres, inserindo-se no mesmo, de uma forma ampla. Para algumas autoras, como Ana Alice Alcântara Costa:

Podemos identificar três padrões de mobilização política dentro dos que se identificam como movimento de mulheres na América Latina pós-regimes militares: (i) os grupos de direitos humanos de mulheres voltados para a luta por anistia política, pelo retorno de exilados, banidos, pela proteção aos presos político e pela denúncia sobre os desaparecidos. Exemplo de destaque dessa prática são o Movimento Feminino pela Anistia no Brasil e as Madres de la Plaza de Mayo; (ii) os grupos e organizações feministas; (iii) as organizações de mulheres urbanas pobres articuladas, geralmente através do bairro, em associações e federações, em torno de demandas como o aumento do custo de vida, a melhoria do transporte, o saneamento básico, as creches, a saúde pública etc. Esses grupos geralmente são frutos da atuação da Igreja Católica (Comunidades Eclesiásticas de Base) ou de partidos políticos vinculados a um pensamento de esquerda (COSTA, Ana Alice, 2006, p. 54).

Assim, para COSTA (Ana Alice, 2006, p. 60) “[...] Em linhas gerais, poderíamos caracterizar o movimento feminista brasileiro dos anos 1970 como fazendo parte de um amplo e heterogêneo movimento que articulava as lutas contra as formas de opressão das mulheres na sociedade com as lutas pela redemocratização”. Para a autora um dos pontos conflitantes e definidores do feminismo nos anos de 1970 foi a questão da autonomia do movimento. O avanço e o fortalecimento do movimento feminista demarcam os anos de 1980 como um período onde os partidos políticos incorporem as principais reivindicações do movimento às suas plataformas políticas. Demandando novos dilemas ao movimento feminista, como explica COSTA (Ana Alice, 2006, p. 62): “[...] A perspectiva de atuar no âmbito do Estado representava, para muitas mulheres, uma brecha na luta pela autonomia do movimento feminista”. Para Ana Alice Alcântara Costa o feminismo brasileiro, e

[...] também o mundial, de fato mudou, e não mudou somente em relação àquele movimento sufragista, emancipacionista do século XIX, mudou também em relação aos anos 1960, 1970, até mesmo aos 1980 e 1990. Na verdade, vem mudando cotidianamente, a cada enfrentamento, a cada conquista, a cada nova demanda, em uma dinâmica impossível de ser acompanhada por quem não vivencia suas entranhas. No movimento feminista a dialética viaja na velocidade da luz (COSTA, Ana Alice, 2006, p. 51).

De acordo com vários estudiosos da área, o pensamento feminista não se apresenta de uma forma unificada, constituindo uma história marcada por categorias e conceitos relevantes em dadas conjunturas. “[...] No debate internacional, o final da década de 1990 está marcado pela emergência de categorias que aludem à multiplicidade de diferenciações que, articulando-se a gênero, permeiam o social” (PISCITELLI, Adriana, 2008, p. 263). Segundo a autora na década de 2000 a utilização de categorias de articulação e as interseccionalidades (*intersectionalities*) foram utilizadas amplamente, apresentando em sua essência conteúdos

diferenciados, de acordo com suas respectivas abordagens teóricas. “[...] A proposta de trabalho com essas categorias é oferecer ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades” (PISCITELLI, Adriana, 2008, p. 266). Uma das autoras referenciadas é Kimberlé CRENSHAW, tornando-se leitura obrigatória nos primeiros anos da década de 1990.

PISCITELLI descreve a visão de CRENSHAW sobre interseccionalidades, retomando a visão de patriarcado:

[...] são formas de capturar as consequências da interação entre duas ou mais formas de subordinação: sexismo, racismo, patriarcalismo. Essa noção de ‘interação’ entre formas de subordinação possibilitaria superar a noção de superposição de opressões. Por exemplo, a ideia de que uma mulher negra é duplamente oprimida, à opressão por ser mulher deve ser adicionada a opressão por ser negra. A interseccionalidade trataria da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, confluindo e, nessas confluências constituiriam aspectos ativos do desempoderamento. A imagem que ela oferece é a de diversas avenidas, em cada uma das quais circula um desses eixos de opressão. Em certos lugares, as avenidas se cruzam, e a mulher que se encontra no entrecruzamento tem que enfrentar simultaneamente os fluxos que confluem, oprimindo-a (PISCITELLI, Adriana, 2008, p. 267).

Para LOURO (Guacira, 1997, p. 51) gênero, classe, raça/etnia e idade/geração não podem “[...] ser percebidas como se fossem ‘camadas’ que se sobrepõem umas sobre as outras como se o sujeito fosse se fazendo ‘somando-as’ ou agregando-as”, sendo fundamental para percepção das diferentes dimensões do sujeito social. Ainda, com a noção de interseccionalidade de CRENSHAW (Kimberlé, 2002) quando aponta a necessidade de serem analisadas essas categorias no seu “entrecruzamento” (a mulher está nesta posição), podendo redefinir essas categorias de uma forma conjunta. Portanto, trabalhando com a definição de CRENSHAW:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, Kimberlé, 2002, p. 177).

Trazendo esta categoria, interseccionalidade, para realidade de nossa pesquisa – o *Movimento das Mães dos Meninos do Degase*, podemos nos aventurar na análise de que focamos um contingente significativo de “mulheres... negras... trabalhadoras... chefes de famílias”, conforme essas próprias “Mães” se identificam:

Então, o DEGASE, o que é que ele compõe? A maioria dele é de mulheres negras nas portas dessas Unidades e a maioria de internos são jovens, são

adolescentes negros. Esse é o... a composição das Unidades socioeducativas do Estado do Rio de Janeiro. Então é sobre isso que a gente tem que falar. E foi sobre isso que eu me deparei, enxerguei e acordei (Mônica Cunha, 2017)³⁶.

É o que Ana Nery Correia Lima afirma em seu estudo sobre as mulheres negras e as “marcações identitárias” que as militantes do Movimento de Mulheres Negras revelam como fundamental nas lutas antirracista e antissexistas:

A interseccionalidade, conceito de certa forma difundido entre a maioria destas mulheres, é nitidamente observado nas construções que elas fazem de si e nas análises que produzem sobre suas movimentações. Pertencer a diversas categorias sociais que exprimem muitas vezes, vários eixos de subordinação, faz dessas mulheres, agentes sociais capazes de ao mesmo tempo, produzir movimentações políticas que atuam no embate direto as discriminações diversas bem como construir seus próprios instrumentos teóricos que embasam suas lutas (LIMA, Ana Nery, 2013, p. 13).

As militantes do *Movimento de Mães dos Meninos do Degase* apresentam no contexto de suas lutas as categorias Mulher/Negra/Chefes de família, além de serem identificadas como as “Mães dos Meninos do Degase”. Apresentam, portanto o que Lima chama de “marcações identitárias” do movimento de luta dessas mulheres: “assegurar a garantia da aplicação de medidas efetivamente socioeducativas aos seus filhos”, isto é, na linha dos direitos humanos, de acordo com o estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Analogamente, é o que Lima (Ana Nery, 2013, p. 13) sintetiza “[...] Esse processo de construção e reconstrução das formas de manifestar suas identidades faz com que essas “mulheres³⁷ [...] fomentem as discussões teóricas em torno das questões raciais e de gênero³⁸, ao mesmo tempo, cuidando para que um processo não seja mais ou menos hierarquizado que o outro”.

Portanto, as militantes do *Movimento de Mães dos Meninos do Degase* apresentam um histórico de luta onde suas “marcações identitárias” não se apresentam de forma hierarquizadas, sendo fundamental entendermos que “[...] a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento” (CRENSHAW, Kimberlé, 2002, p. 177).

Trouxemos no presente capítulo a abordagem teórica que dará suporte a pesquisa desenvolvida, para tanto privilegiamos o entendimento da categoria “maternidade” como eixo central de nosso estudo, cabendo analisá-la a partir de dois conceitos – gênero e identidade. Entendendo a condição de sujeitos sociais que essas mães, mulheres se apresentam, possuindo

³⁶ Entrevista realizada com Mônica Cunha uma representante de organizações que compõem o *Movimento das Mães dos Meninos do Degase* na presente pesquisa. Rio de Janeiro, julho de 2017.

³⁷ No caso, *mulheres/negras/chefes de família/mães de autores de atos infracionais*.

³⁸ Além de outras questões como de classe social, como famílias chefiadas por mulheres, como mães de adolescentes a quem se atribui atos infracionais.

suas identidades e vivenciando um histórico de “saídas” (PERROT, Michelle, 1999) do mundo privado para a vida pública. Apresentamos os conceitos de maternidade partilhada de FREITAS (Rita de Cássia, 2010) e de circulação de crianças de Cláudia FONSECA (2002), relacionando-os com os sujeitos sociais de nosso campo de estudo. Trabalhamos com o conceito de Movimentos Sociais de GOHN (Maria da Glória, 1997), e destacamos a importância do Movimento Feminista para o fomento e organização do Movimento de Mulheres.

2 POLÍTICAS E PROTEÇÃO SOCIAL

Pesquisamos mulheres, negras, chefes de famílias e mães de adolescentes a quem se atribui autoria de atos infracionais... pesquisamos a família pobre brasileira!

Existem ações de proteção social voltadas para essas famílias? As políticas sociais atendem esta parcela da população? Essas famílias conseguem acessar essas políticas públicas?

Então você tem um círculo de não oportunidade, de “não posso”, “não quero você”, então você faz com que este menino volte para o tráfico porque você não está dando oportunidade... você tá jogando... praticamente... praticamente o Estado vai, chama lá o cara... “toma aqui ele novamente”. Pega ele pela mão e entrega. Ele vai fazer o que? Ele conhece o dinheiro... ele quer comprar as coisinhas dele porque a mãe no sacrifício sempre tem outros filhos, muitas das vezes são menores de idade do que aquele adolescente, né, então assim, é...naquele sacrifício ... ele quer comprar as coisas dele... ele tem todo o apelo dos colegas que tão saindo...a namorada, não sei o quê... (Mônica Cunha, 2017, grifo da autora)³⁹.

Este capítulo está constituído por três blocos: Famílias e Proteção Social; a Criminalização da Pobreza e as ações de Enfrentamento – os Movimentos Sociais; Famílias Monoparentais, Pobres e de Periferia.

No primeiro bloco - Famílias e Proteção Social - trabalhamos o conceito de família, entendendo que estamos falando de sujeitos sociais e justificando o porquê de mencionarmos “famílias”, no plural; estabelecendo a discussão de família com a discussão de gênero. Posteriormente apontamos o conceito de Proteção Social que trabalhamos, focalizando os modelos de proteção social no Brasil onde a família é o elemento central das políticas sociais, com a desresponsabilização do Estado e, conseqüentemente, a responsabilização das famílias.

Posteriormente no segundo bloco deste capítulo, abordamos a criminalização da pobreza e as ações de enfrentamento: os movimentos sociais como resistência às políticas instituídas.

Por fim, no terceiro e último bloco deste capítulo estamos apresentando as famílias do Degase - Famílias Monoparentais, Negras, Pobres e Periféricas. É esta realidade que pesquisamos.

³⁹ Entrevista realizada com Mônica Cunha, uma representante das organizações que compõem o Movimento das Mães dos Meninos do Degase, na presente pesquisa. Rio de Janeiro, julho de 2017.

2.1 Famílias e Proteção Social

O que entendemos por Famílias? Como caracterizar a constituição de uma Família? Porque nos expressamos de uma forma plural: “Famílias”? Para se constituir uma Família é necessário que os membros tenham laços consanguíneos? O que é proteção social? A instituição Família sempre fez parte das estruturas e arranjos da proteção social? De que forma? Quais os cuidados em relação ao modelo de proteção social em que as políticas sociais focam a centralidade na família?

Inicialmente podemos afirmar que se tratam de simples indagações, mas entendemos que esses questionamentos nos permitiram delinear as principais referências teóricas com as quais trabalhamos ao longo desse estudo, de forma a respaldar as análises pertinentes que estabelecemos no capítulo III.

Conforme já evidenciado anteriormente, a entrada da mulher em cena pública consolida novas bases nas relações sociais, a partir de sua inserção nas transformações do mundo do trabalho, abalando e fragilizando o modelo de família patriarcal, propiciando aparentemente uma igualdade entre os sexos. Período da democratização no país, as mulheres são elementos fundamentais nas organizações das lutas operárias, de bairros, fortalecendo movimentos organizados em prol de saneamento básico, educação, saúde, entre outros.

Todo esse processo de “sair” (PERROT, Michelle, 1999) das mulheres permitiu a passagem do mundo privado para o mundo público, implicando com que as famílias também desvelassem situações tidas como privadas, em ações no cenário público. O estabelecimento de novos papéis sociais para mulher, assim como a aproximação das relações pais e filhos, o fortalecimento da instituição “família” frente a outras instituições como a igreja e a medicina, demarcam no início do século XVIII, o surgimento da família moderna – a separação entre o mundo privado e público (ARIÉS, 1981; FREITAS *ett all*, Rita de Cássia, 2010).

Portanto, quando pensamos em falar de famílias dentro de uma realidade *moderna*⁴⁰, precisamos compreendê-la em sua complexidade e pluralidade, como sujeitos capazes de mudanças e transformações constantes e contínuas, entendendo que falamos de uma multiplicidade de tipos de famílias; por isso nos referimos “FAMÍLIAS”, no plural “[...] – significa pensá-las em suas relações tanto com a sociedade mais ampla onde se inserem quanto, também, nas formas como estas se atualizam na vida diária das pessoas que lhe dão concretude” (FREITAS *ett all*, Rita de Cássia, 2010, p. 16).

⁴⁰ Grifo nosso.

Entendemos que a família moderna e, conseqüentemente, as famílias que compõem o *Movimento das Mães dos Meninos do Degase* apresentam uma diversidade de arranjos familiares (AFONSO, Maria Lucia e FILGUEIRAS, Cristina, 1995) e, são sujeitos sociais, sendo necessário situá-los historicamente enquanto sujeitos, em um contínuo processo de transformação. Assim, quando pensamos em “famílias” é necessário relacionarmos com as diferentes realidades, para além de “vínculos de parentesco”⁴¹. Por isso, nos reportamos ao que entendemos por este termo, lançando mão do que FREITAS et al (Rita de Cássia, 2010, p. 20) definem “[...] enquanto um processo de articulação de diferentes trajetórias de vida, onde se entrecruzam as relações de classe, gênero, etnia e geração. Além do lugar de reprodução biológica – e também social e afetiva [...]”. Trazendo para realidade de nosso estudo...

Então são famílias compostas por uma pessoa que essa pessoa é a mulher, né, porque a família do adolescente autor de ato infracional, eles na maioria... é muito raro você ver uma família inteira se juntar para ajudar aquele adolescente porque na maioria eles ficam com vergonha, todos ficam com vergonha (Mônica Cunha, 2017).⁴²

São famílias que precisam ser compreendidas a partir das possíveis construções de relações familiares que possam tecer com a base no seu cotidiano e não de uma realidade “nuclearizada” (FREITAS et al, Rita de Cássia, 2010). Cynthia Sarti define bem o que é família para o pobre: “[...] são da família aqueles com quem se pode contar, isto quer dizer, aqueles que se retribuem ao que se dá, aqueles, portanto, para com quem se tem obrigações” (1994, p. 52). Por sua vez, a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social⁴³ (NOB/SUAS, 2005, p. 90) define o conceito de família “[...] como núcleo afetivo, vinculado por laços consanguíneos, de aliança e de afinidade, que circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e gênero”. Podemos entender que a realidade das famílias do Degase, mais ainda - das famílias pobres brasileiras - é da necessidade de coletivizarem o cuidado de seus filhos, caracterizando o que é denominado como “circulação de crianças”⁴⁴ por FONSECA (Cláudia, 1990; 2003), abordado no capítulo I do presente estudo.

⁴¹ “[...] Aprendemos que as relações de parentesco são resultado da combinação de três relações básicas: a descendência entre pais e filhos; a consanguinidade entre irmãos; e a afinidade a partir do casamento, sendo a família considerada como o grupo social por meio do qual se realizam esses vínculos” (FREITAS et al, Rita de Cássia, 2010, p. 17).

⁴² Entrevista realizada com Mônica Cunha uma representante das organizações que compõem o *Movimento das Mães dos Meninos do Degase*, na presente pesquisa. Rio de Janeiro, julho de 2017.

⁴³ É a normativa que oferece parâmetros para gestão e operacionalização da Política de Assistência Social.

⁴⁴ “[...] A expressão “circulação de crianças” denomina a transferência e/ou partilha de responsabilidades de uma criança entre um adulto ou outro. Esse é um exemplo típico de práticas realizadas em todas as partes do mundo, sendo adaptadas a cada realidade sociocultural” (FREITAS et al, Rita de Cássia, 2010: 21).

São famílias que em sua grande maioria apresentam dificuldades econômicas, com novos rearranjos conjugais (novas uniões), contando com uma “rede protetiva” que passa pelo cuidado das crianças pela vizinhança e amigos ou pela própria circulação das crianças nas casas de parentes (FREITAS et al, Rita de Cássia, 2010).

Ao nos reportarmos a história brasileira, verificamos que a família esteve sempre muito distante das intervenções estatais, cabendo a essa instituição a construção de caminhos para sua sobrevivência, sem qualquer suporte de mecanismos e serviços públicos. Para alguns autores como GOIS (s/d) e FREITAS et al (Rita de Cássia, 2010) a família só ocupará uma posição de destaque na proteção social brasileira, a partir do Estado Novo, com ações estatais mais interventivas. O que FREITAS et al (Rita de Cássia, 2010, p. 29) destaca dentro desta análise é o quão foi importante, dentro da história da proteção social brasileira, as solidariedades grupais para as famílias mais pobres, como forma de sobrevivência, como também a instituição família sempre foi e ainda é foco de intervenções estatais. Fato este também evidenciado por CARLOTO (Cássia Maria, 2010, p.15) e PEREIRA (Potyara, 2006, p. 29) “[...] a instituição familiar sempre fez parte integral dos arranjos de proteção social” e ainda, “[...] os governos brasileiros sempre se beneficiaram da participação autonomizada e voluntarista da família na provisão do bem-estar de seus membros”. Mas, o que é proteção social?

Considerando a definição de proteção social utilizado pelo Plano nacional de Assistência Social (PNAS, 2004, p. 31), tomando por base o conceito de DI GIOVANNI, isto é:

As formas institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio, as privações. [...] Neste conceito, também, tanto as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como a comida e o dinheiro), quanto os bens culturais (como os saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas da vida social. Ainda, os princípios reguladores e as normas que, com intuito de proteção, fazem parte da vida das coletividades (1998, p. 10).

CARLOTO conclui sobre o conceito:

[...] proteção social em síntese são formas de proteção institucionalizada em uma dada sociedade, que envolve bens materiais, culturais, cuidados aos membros mais fragilizados e as normativas de proteção. E como já apresentado, a família é parte integrante na garantia desta proteção social aos seus membros, dentro dos desenhos das políticas sociais e seus modelos protetivos no Brasil (Cássia Maria, 2010, p. 16).

Sendo pertinente entendermos dentro dessa análise que a instituição família, elemento fundamental para as intervenções do estado, ganham maior fortalecimento com a entrada das

políticas sociais baseadas em programas de transferência de renda, passando a ser o principal foco da proteção social. A exemplo desses programas, podemos citar o Programa Bolsa-Família, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, assim como o Benefício de Prestações Continuadas – BPC; todos com a família como foco de intervenção ou como referência para sua execução, como é o caso do BPC que atrela o recebimento do benefício ao cálculo da renda familiar⁴⁵. Entendendo-se política social como PEREIRA⁴⁶:

Política de ação que visa, mediante esforço organizado e pactuado, atender necessidades sociais cuja resolução ultrapassa a iniciativa privada, individual e espontânea, e requer deliberada decisão coletiva regida por princípios de justiça social que, por sua vez, devem ser amparados por leis impessoais e objetivas, garantidoras de direitos” (PEREIRA, Potyara, 2006, p. 172).

As famílias de quem falamos, famílias atendidas pelo Degase, constituídas em sua maioria por mulheres, negras e chefes de famílias, apresentam, em sua maioria, um quadro de vulnerabilidade social; isto é, falamos do mesmo contingente populacional que deveria estar sendo atendido pela Política de Assistência Social, através de seus programas e benefícios.

PEREIRA (Potyara, 2008) apresenta contribuições importantes quando sinaliza que a partir dos anos de 1990 as políticas neoliberais trazem um modelo de proteção social onde é veiculada a parceria Estado, mercado e sociedade. Neste esquema o mercado ocupa-se em proteger os que possuem empregos estáveis e com boa remuneração e o Estado “abre mão” do papel de principal provedor de bem-estar social (CARLOTO, Cássia Maria, 2010, p. 17).

É importante entendermos que os modelos protetivos das políticas sociais brasileiras, tendo a família como elemento de intervenção central dessas políticas, deve considerar o que evidenciamos anteriormente quanto a pluralidade e heterogeneidade das “famílias” que apresentam diferentes arranjos e rearranjos familiares, requerendo ações protetivas e estratégias que deem conta de novas demandas sociais que eclodem e causam impacto nessas famílias (SUNKEL, 2006). Portanto, pensar política social com a centralidade na família requer cuidado em relação a essas “complexidades”⁴⁷, de acordo com PEREIRA (Potyara, 2006, p. 15), por parte de todos os atores responsáveis pela política social, de forma a não responsabilizar a família, em especial a mulher “[...] pelas mazelas sofridas, tendo que buscar estratégias de superação por meio da sua rede de sociabilidade e de solidariedade, reforçando a desigualdade de gênero, à medida que aumenta a sobrecarga feminina e reforça os papéis “historicamente” construídos de “cuidadora”. De acordo com CARLOTO (Cássia Maria, 2010, p. 18), este modelo protetivo

⁴⁵ Per capita familiar de ¼ do salário mínimo.

⁴⁶ “[...] não se deve esquecer que, mediante a política social, é que direitos sociais se concretizam e necessidades humanas (leia-se sociais) são atendidas na perspectiva da cidadania ampliada” (PEREIRA, Potyara, 2008, p. 165).

⁴⁷ Grifo da autora.

denominado ‘neoliberalismo familiarista’ por De Martino (2001) “[...]compreende que a proteção social cabe preferencialmente à família e que o Estado pode reduzir os serviços públicos enquanto proteção. E a medida que delega à família em primeira instância a proteção de todos os seus membros”.

O modelo de proteção social onde o pilar central está baseado na família é denominado “modelo familista”⁴⁸; de acordo com MIOTO:

As políticas familiares, de caráter familista, tendem também a reforçar os papéis tradicionais de homens e mulheres na esfera doméstica e condicionar a posição de homens e mulheres no mercado de trabalho. Isso se traduz numa presença ‘secundária’ da mulher nesse mercado, quer seja pela forma (tipo de atividade, salário) como se inserem ou ainda pela dupla jornada de trabalho que as penalizam com o alto custo emocional (Regina Célia, 2008, p. 14).

Importante ressaltarmos que este modelo de proteção social denominado familista, onde cabe ao Estado a intervenção somente a partir da “falha” da família, potencializa e reforça as desigualdades de gênero, aumentando a responsabilidade da mulher na proteção de seu grupo familiar, não contando com o suporte necessário das intervenções estatais; o que caracteriza a desresponsabilização do Estado e a culpabilização das famílias.

Trabalhamos no próximo bloco com o estudo da criminologia crítica⁴⁹, abordando a questão da criminalização da pobreza e os movimentos sociais como resistência a esse processo. Apresentamos um recorte de uma das entrevistas realizadas na presente pesquisa, por entendermos que este fragmento exemplifica de forma ilustre a discussão que tratamos.

2.2 Criminalização da pobreza e ações de enfrentamento - Os Movimentos Sociais

Vivemos um cotidiano em nossa sociedade onde se rotulam e discriminam os jovens, negros e pobres das comunidades...vivemos: “[...] A guerra contra a pobreza é substituída pela guerra contra os pobres...[...]” (WACQUANT apud BATISTA, Vera Malaguti, 2003, p. 09).

Para Loïc Wacquant, sociólogo francês, que estuda segregação racial, pobreza, violência urbana, desproteção social e a criminalização⁵⁰ nos Estados Unidos da América e na França, no neoliberalismo, há um esvaziamento das ações de proteção social estatal no contexto neoliberal e a emergência do que ele intitula de Estado penal, isto é, “[...] continuada conversão de problemas sociais de complexa envergadura no código crime-pena, quando deveriam ser apreendidos e

⁴⁸ Sunkel (2006), Mioto (Regina Célia, 2008) e Saraceno (Chiara, 1997).

⁴⁹ “[...] A Criminologia Crítica é uma concepção teórica de matriz materialista que pretende explicar, a partir das bases estruturais econômicas e sociais, o processo de criminalização e o sistema de justiça criminal, para assinalar a relação entre punição e modo de produção capitalista” (RUSCHE; KIRCHHEIMER, 2004, p. 20).

⁵⁰ “[...] o conceito de criminalização é explicado como o ato de imputar crime ou ato de tomar como crime a ação ou ações de determinados grupos sociais” (FERREIRA, 1995, p. 187).

equacionados no espaço da cidadania” (WACQUANT, 2001, p. 19). Assim, a partir dos anos de 1990, ocorre a “remoção do Estado econômico, o desmantelamento do Estado social⁵¹ e o fortalecimento do Estado penal”, tendo em vista a conversão das classes dominantes na ideologia neoliberal e as pressões ocorridas no âmbito do Estado, acarretando transformações.

Para muitos estudiosos a relação direta da crise contemporânea do capital, assim como a busca pela taxaço de lucro tem provocado profundas alteraçõs nas sociedades capitalistas, principalmente as que apresentam um histórico de profundas desigualdades – em especial, o Brasil. Crise esta (do capital) que impinge a classe trabalhadora sequelas como o desemprego, condições precárias de vida, violência cotidiana crescente, bem como o enquadramento dos cidadãos não funcionais ao capital na criminalizaço, como pertencentes a “classes perigosas”, apresentando contornos raciais e étnicos. A chamada população “disfuncional” - jovens pobres, negros, população de rua -, e os movimentos sociais são os principais alvos da criminalizaço. O que temos ideologicamente reproduzido pelos segmentos dominantes, tendo a mídia como seu maior aliado, é que os negros e pobres são pertencentes a essa “classe perigosa”, portanto, dignos de serem caçados e presos, sendo dessa forma balizada a permissã para criminalizá-los – jovens, negros e pobres são criminosos (BRISOLA, Elisa, 2012). Podemos observar verdadeiras campanhas da sociedade com total apoio da mídia contra os adolescentes que cometem atos infracionais, potencializando e distorcendo as estatísticas⁵², fortalecendo assim alguns argumentos em relaço a reduço da maioria penal.

Na verdade, há um estigma de que os jovens, negros e pobres são uma ameaça pela condiço social e étnica que apresentam: para sociedade são verdadeiras ameaças e para o capital são motivo para desvirtuar o acesso ao direito, à cidadania e à proteço social – [...]“os jovens pobres têm sido alvo de açõs muito repressivas e de extrema visibilidade midiática, quando cometem algum tipo de violência, em detrimento das situaço das quais são vítimas” (BARROS, Nívia, 2008, p. 144).

[...] eu ia passando perto da escola lá no meu bairro e eu vi uma agitaço de alunos e os alunos... tinham uns sete ou oito alunos encostados num muro... esse muro já tá pichado há muito tempo... essas caixinhas de correio bonitinhas, quebrada. Veio um senhor, acusando os alunos de terem pichado o muro dele e quebrado a caixa de correio dele... eu passo por ali há muito tempo todos os dias é o caminho da minha casa e eu percebi que aquilo lá já estava há muito tempo.... Esse senhor, acusava os meninos e mandava eles saírem dali. Dois dos meninos que estavam lá falaram: “eu não vou sair daqui, estou na calçada e o senhor não é dono da calçada, eu não vou sair

⁵¹ “[...] ao modelo estatal de intervenço na economia de mercado que, contrário ao modelo liberal que o antecedeu, fortaleceu e expandiu o setor público e implantou e geriu sistemas de proteço social” (PEREIRA, Potyara, 2008, p. 23).

⁵² Nos referimos ao percentual de crimes que envolvem adolescentes: cerca de 10% dos crimes realizados possuem envolvimento dos adolescentes.

daqui, nós não vamos sair daqui”. – “Ele disse que ia chamar a polícia” e ligou. Quando ele estava no celular eu me aproximei. Ele ligou, falou, falou no celular e desligou e começou a tirar foto dos menores: “olha, estou mandando a foto de vocês, que vocês vão ser presos, não sei o quê...”. Veio uma moça lá de dentro, chamando ele para entrar e ele: “não, vou esperar a polícia, não sei o que...” estava alterado. Eu cheguei perto deles, pedi licença e falei para ele que ele não deveria está tirando fotos daqueles adolescentes e falei para ele: “olha, eu passo por aqui todos os dias, eu conheço o senhor de vista, conheço essa menina é sua nora e eu passo por aqui todos os dias e eu vejo que o seu muro já está pichado há muito tempo, como é que o senhor vai provar que esses adolescentes foram os que picharam o seu muro? Como vai provar que quebraram sua caixinha? Não tem como o senhor provar. A polícia vai vir, vai jogar para dentro do rabecão e vai levar eles. – “Ah, mas por que que a senhora está se metendo?” Falei: “eu trabalho para eles. Sabe por que que eu trabalho para eles? Porque esses aqui não tão fazendo nada demais, eles estão só encostados no seu muro conversando e namorando (tinha até dois que estavam lá agarradinhos namorando), eles não tão fazendo nada demais. O senhor não tem como provar, eles vão levar a pior, vão ficar fichado, você está percebendo o que que o senhor pode estar causando na vida desses adolescentes? Que só querem estudar e fazer uma farra na porta da escola. Eles podiam estar por aí assaltando, eles podiam estar cercando o senhor, botando uma arma em cima do senhor e assaltando o senhor?” Aí a filha dele, a nora dele: “ô, vamos lá para dentro, o senhor está fazendo besteira”. – “Ah, mas eu já chamei a polícia”. - “Pois é, já chamou a polícia e eles disseram que não vão sair daqui então eu vou ter que ficar aqui para servir de testemunha que eles não estavam fazendo nada demais. Eu vou ficar aqui e esperar a polícia chegar para falar com eles”. Ele pegou o telefone, ligou acho que para o DPO e deve ter falado que tinha resolvido. Os meninos, os adolescentes que estavam lá não fizeram mais nada, ficaram lá fazendo o que eles estavam fazendo, conversando, brincando e não saíram de lá aí eu peguei em cima dos meninos e falei: “alivia aí meus filhos... vão, para casa vai... não tem aula... alivia aí...o coroa tá todo exaltado”. – “Ué, mas tia, ele falou que ia chamar a polícia, a gente vai ficar esperando a polícia, a gente não está fazendo nada demais”. – “Vem polícia nada menino, vai embora, vai embora, vem polícia nenhuma aí não”. Aí eles foram se esquivando, foram embora, aí teve uma menina falou assim: “é, tia é show, tia é show” e saiu andando (Nissa, 2017).⁵³

Entendendo um pouco o cenário de que falamos, o território exemplificado é o da Baixada Fluminense, envolvendo adolescentes (maioria pardos e negros) de uma escola da rede pública estadual. Levantamos algumas provocações para refletirmos um pouco: qual seria a atitude do senhor que mencionamos na entrevista, se estivéssemos nos referindo a um grupo de adolescentes de um bairro nobre da zona sul da cidade do Rio de Janeiro, pertencentes a uma escola particular de classe média/alta? Teria esse senhor a mesma avaliação e (pre)conceito sobre esses jovens, considerando-os vândalos e pichadores? Ou teria uma outra visão desses

⁵³ Entrevista realizada com Nissa, uma representante das organizações que compõem o Movimento das Mães dos Meninos do Degase, na presente pesquisa. Rio de Janeiro, julho de 2017.

adolescentes? Porque a sociedade possui essa prática de rotular e penalizar a população jovem, negra e empobrecida?

BATISTA, Vera Malaguti ressalta:

A grande mídia tem sido um obstáculo a uma discussão aprofundada sobre a questão criminal. É ela quem produz um senso comum que nós chamamos de *populismo criminológico*. Zaffaroni analisou como o declínio do público e a ascensão do privado fizeram com que restasse ao Estado o poder de polícia. Se a política não tem como reduzir a violência que o modelo econômico produz, ela precisa mais do que de um discurso, precisa de um espetáculo. E é nessa policização da política que a vítima (preferencialmente a rica e branca) vai para o centro do palco, é ela que vai produzir as identificações necessárias para a inculcação de uma subjetividade punitiva (BATISTA, Vera, 2011, p. 2).

A intervenção realizada por NISSA junto a situação em que os jovens estudantes estavam sendo apontados como pichadores e vândalos por um senhor da comunidade, exemplifica as situações do cotidiano que vivenciamos, onde são expressadas ações que fortalecem a criminalização dos jovens pobres e negros. A participação de NISSA, agindo na defesa dos jovens por perceber que se tratava de um caso de injustiça em relação aquele grupo, pode ser identificada como uma ação de resistência e enfrentamento a práticas de violência a pobreza e as condições de etnia, inibindo e neutralizando o que é caracterizado como “*populismo criminológico*” mencionado anteriormente (BATISTA, Vera Malaguti, 2011). A simples e pontual atuação de NISSA nesse episódio, como membro do Movimento de Mães dos Meninos do Degase, caracteriza uma resistência enquanto grupo organizativo e pertencente a “Movimentos Sociais” que lutam pelos direitos desses jovens estigmatizados e rotulados como “pessoas perigosas” e “criminosas”. Vistos como “possíveis adolescentes autores de atos infracionais”, nocivos a sociedade e elegíveis para serem inseridos no sistema socioeducativo, privados de liberdade; ora aumentando as estatísticas de extermínio de jovens, ora crescendo as estatísticas de encarceramento em nosso país.

Vera Malaguti Batista ainda complementa “[...] que Nilo Batista demonstra as relações entre mídia e sistema penal no capitalismo de barbárie, denunciando seu inédito protagonismo. Quem pauta as agências do sistema penal é o monopólio global da mídia no Brasil” (BATISTA, Vera Malaguti, 2011, p. 5).

Ao trabalharmos com os dados apresentados pelo Relatório Justiça em Números, elaborado pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)⁵⁴, verificamos que ocorreu um crescimento no Brasil, de 5% no número de processos

⁵⁴ <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/85352-processos-criminais-representam-14-das-acoes-na-justica-estadual>. Acesso em 06/10/2017.

pendentes de execução de pena privativa de liberdade no ano de 2016 ao ser comparado com o ano de 2015. De 2009 a 2016, o aumento de penas de encarceramento teve um crescimento na mesma casa do aumento de população carcerária, nos últimos 7 anos, aumentando 38%; passando de 474 mil para 654 mil presos. Os dados enviados pelos tribunais brasileiros ao CNJ revelaram a tendência dos magistrados na aplicação de penas que impliquem encarceramento: o ano de 2016 registrou 985 mil processos de cumprimento de pena privativa de liberdade, enquanto o ano de 2015 foram 939 mil casos. De 1,4 milhão de processos que tramitavam na Justiça Criminal, 984 mil envolveram penas privativas de liberdade. A população carcerária brasileira é a *quarta maior do mundo*⁵⁵, tendo crescido 267% nos últimos 14 anos.

No Brasil embora apenas 11,16% dos brasileiros tenham entre 18 e 24 anos, este grupo corresponde a quase um terço da população das prisões. Assim, nota-se que no país as pessoas estão concentradas na faixa de idade acima de 35 anos, enquanto a população prisional é majoritariamente jovem - 18 a 29 anos. Esse grupo compõe 55,07% da população carcerária contra 18,9% no Brasil⁵⁶.

Em relação ao Atlas da Violência 2017, temos as seguintes conclusões: 92% dos homicídios acometem os homens; enquanto a taxa de homicídios de jovens em 2015 era de 60,9 para cada grupo de 100 mil jovens, o mesmo indicador para os homens jovens alcançava neste ano a incrível marca de 113,6. “[...]O drama da juventude perdida possui duas faces. De um lado a perda de vidas humanas e do outro lado a falta de oportunidades educacionais e laborais que condenam os jovens a uma vida de restrição material e de anomia social, que terminam por impulsionar a criminalidade violenta”⁵⁷.

De cada 100 pessoas que sofrem homicídio no Brasil, 71 são negras. Jovens e negros do sexo masculino continuam sendo assassinados todos os anos como se vivessem em situação de guerra. Cerqueira e Coelho (2017), a partir de análises econométricas com base nos micros dados do Censo Demográfico do IBGE e do SIM/MS, mostraram que a tragédia que aflige a população negra não se restringe às causas socioeconômicas. Estes autores estimaram que o cidadão negro possui chances 23,5% maiores de sofrer assassinato em relação a cidadãos de outras raças/cores, já descontado o efeito da idade, sexo, escolaridade, estado civil e bairro de residência. Cerqueira e Coelho mostraram que, do ponto de vista de quem sofre a violência letal, a cidade do Rio de Janeiro é partida não apenas na dimensão econômica entre pobres e ricos, ou na dimensão geográfica, mas também pela cor da pele⁵⁸ (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2017, p. 30).

Mais especificamente em relação aos jovens do DEGASE:

⁵⁵ Grifo nosso.

⁵⁶ Fonte: INFOPEN, dez. /2014. PNAD, 2014.

⁵⁷ Fonte: Atlas da Violência, 2017.

⁵⁸ Fonte: Atlas da Violência, 2017.

Entre os jovens do DEGASE, 7,59% são analfabetos, um percentual muito mais alto que o geral do município (2,9% segundo o Censo Demográfico 2010) e o dos jovens na pesquisa nas comunidades⁵⁹ (1,7%). Entre os jovens de menos de 18 anos, 87,7% dos jovens das comunidades frequentam escola ou faculdade. Antes de serem internados, entre os jovens do DEGASE, apenas 47,5% o faziam. Enquanto a taxa de distorção idade-série dos jovens das comunidades é aproximadamente 50%, a dos jovens internos é 83,1%. [...] A integração ao mercado de trabalho dos jovens internos também é marcadamente diferente. Enquanto ao longo dos anos a proporção de jovens de comunidades economicamente ativos variou em torno dos 35%, entre os jovens no DEGASE quase 70% trabalhavam ou procuravam emprego antes de serem internados. E três quartos desses o faziam no mercado informal, trabalhando por conta própria ou sem carteira assinada. Entre os jovens das comunidades, os que trabalham informalmente são aproximadamente um terço dos que trabalham⁶⁰ (CADERNOS DA JUVENTUDE CARIOCA, 2016, p. 59).

Os dados apresentados reforçam os aspectos já evidenciados sobre a criminalização dos pobres, da pobreza, quando sinalizamos o crescimento do encarceramento de “jovens, negros e pobres” em nosso país. Jovens que apresentam uma baixa escolaridade, com pouca qualificação para o mundo do trabalho, com acesso precoce no mercado informal, consequentemente com baixa remuneração e maior vulnerabilidade social. Na tradução dos números, evidencia-se também o crescimento no de extermínios no Brasil, cabendo mais uma vez a esses jovens negros estarem a frente das maiores estatísticas:

Outro elemento que evidencia a criminalização dos pobres e da pobreza se refere à existência de policiais que integram “grupos de extermínio” ou “milícias”, cujo propósito é o extermínio de indivíduos não funcionais à sociedade do capital. Por outro lado, há evidências incontestáveis do envolvimento de policiais com “grupos de extermínio ou milícias”, além das sobejamente conhecidas práticas discriminatórias destes contra indivíduos e famílias (BRISOLA, Elisa, 2012, p. 15).

Para WACQUANT (2007) nas sociedades pós-industriais surge um novo regime de marginalidade que gera uma pobreza que não é residual, cíclica ou transitória, com um componente de culpabilização e desqualificação, com o “fracasso” relacionado a pobreza e a suas condições étnicas. Assim verificamos uma desqualificação dos pobres e negros quando relacionados a sua incapacidade para o trabalho ou quando associadas a pessoas preguiçosas.

Uma outra forma expressa de criminalização dos pobres e da pobreza é a ascensão do Estado penal, através da utilização da mídia para influenciar e produzir opinião pública de caráter imediatista, associando práticas de violência a pobreza, etnia e território, isto é, de acordo com WACQUANT, além dos jovens negros e pobres produzirem a violência, também

⁵⁹ Referente a pesquisa “Agentes da Transformação” que foi realizada em comunidades “pacificadas” do município do Rio de Janeiro. Detalharemos essa pesquisa no próximo bloco.

⁶⁰ Fonte: IPP – Rio. Agentes da Transformação – DEGASE 2016.

são responsáveis pela violência do território que residem; ou ainda, o fomento do medo, da insegurança, solicitando por parte do Estado respostas através de ações de emergência do Estado penal. De acordo com WACQUANT, além dos jovens negros e pobres produzirem a violência, também são responsáveis pelo território que residem.

As ações de resistência ocorrem em diversos níveis e diversos espaços. Entendemos que indivíduos e grupos se organizam de várias formas. O Movimento de Mães dos Meninos do Degase, apresenta-se de forma organizada pela luta de uma política socioeducativa pautada nos direitos humanos. A proposta desse grupo é de exercer o papel de controle social da execução da política socioeducativa, inclusive, fazendo acento em instâncias deliberativas, de controle e de monitoramento das ações executadas por esta política. E, algumas dessas mães participam dos conselhos de direito como forma a garantir a participação efetiva dos grupos por elas representados na construção das políticas públicas.

Mas, quem são essas mães que fazem parte desse grupo de resistência? Que lutam na garantia do acesso aos direitos humanos de seus filhos dentro do sistema socioeducativo? Que lutam pelos adolescentes rotulados e estigmatizados por uma sociedade que criminaliza a pobreza?

Tratamos isso no próximo bloco: falamos de mães, de famílias monoparentais, de mulheres negras, pobres e periféricas? É essa realidade que estamos estudando?

2.3 Famílias Monoparentais, Negras, Pobres e Periféricas

Quem são as famílias atendidas pelo Novo Degase? Será que são famílias monoparentais? Essas mulheres que se apresentam dentro de um movimento organizado são responsáveis por suas famílias? Estamos falando de famílias em sua maioria chefiadas por mulheres? De qual recorte racial falamos? São famílias que se encontram abaixo da linha da pobreza? Nosso estudo é referente as famílias atendidas pela política de assistência social? São famílias em sua maioria residentes em favelas do Estado do Rio de Janeiro?

O que você não entende você não percebe, você não sabe, né, então quando eu fui entender o que era, quando eu fui me ver enquanto uma mulher negra, que eu não me via enquanto uma mulher negra, então quando eu fui me

enxergar enquanto uma mulher negra... então assim... então eu fui abrindo meus horizontes, né, e aí o que acontece... (Mônica Cunha, 2017).⁶¹

Mulher, negra, chefe de família, são algumas das características que estão presentes na fala das representantes do *Movimento de Mães dos Meninos do Degase*, quando indagadas sobre suas histórias de vida. Suas compreensões identitárias congregam outras identificações, como mães de adolescentes autores de atos infracionais, mães que se organizam a partir da dor da perda de seus filhos. Outras identificações dão transparência em demais trechos das entrevistas como: gênero, referência de territórios de origem, histórias de perdas de seus filhos, etc. São marcadores importantes que permitem que essas mulheres se percebam enquanto grupo, com suas identidades próprias, com questões comuns que impulsionam suas organizações na luta por objetivos comuns.

Já expusemos nossa grande dificuldade em relação a fragilidade dos dados institucionais, considerando que o Novo Degase, apesar de seus vinte e quatro anos de existência, nunca desenvolveu uma pesquisa ou um dispositivo de controle e monitoramento que permitisse traçarmos o perfil das famílias por ele atendidas. Contudo, recentemente (agosto/2016) foi realizada uma pesquisa, através da parceria do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, do Instituto Pereira Passos – IPP e o Novo Degase (através da Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire), denominada “Agentes da Transformação”⁶².

A pesquisa que na edição de 2016 teve o objetivo traçar o perfil dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, isto é, com privação de liberdade. Foi aplicada em três unidades de socioeducação do Novo Degase no município do Rio de Janeiro: Educandário Santo Expedito (ESE) por amostragem, Escola João Luiz Alves (EJLA) por amostragem, e Centro de Socioeducação Professor Antônio Carlos Gomes da Costa (PACGC) na totalidade de adolescentes atendidas, sendo esta última unidade feminina e as outras duas, unidades para atendimento de meninos. “[...] Foram entrevistados, no total, 448 jovens internados: 202 no ESE, 189 na EJLA, e 57 no PACGC” (CADERNOS DA JUVENTUDE CARIOCA, 2016, p. 13).

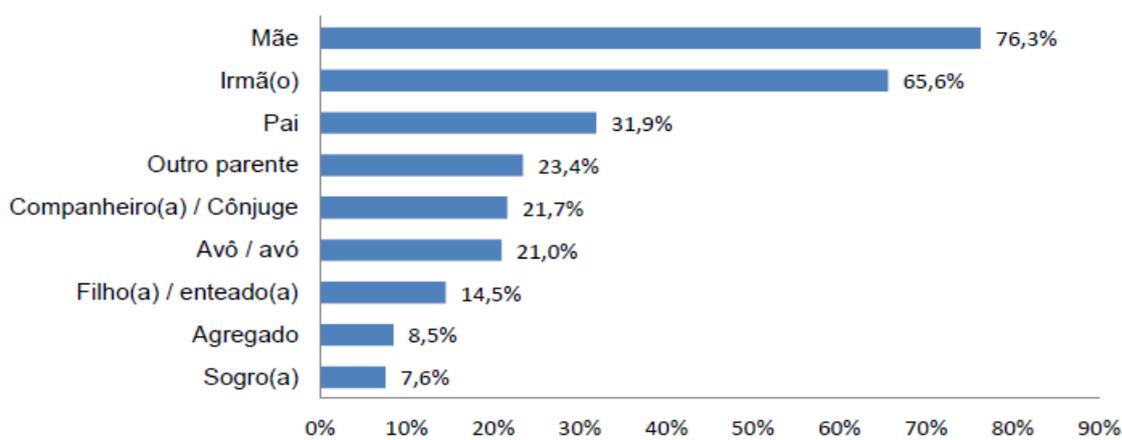
⁶¹ Entrevista realizada com Mônica Cunha, uma representante das organizações que compõem o *movimento das mães dos meninos do Degase*, na presente pesquisa. Rio de Janeiro, julho de 2017.

⁶² “[...]O projeto do IPP nasceu em 2013, com o foco de atuação junto a juventude carioca, buscando entender como esses jovens vivem, seus anseios, desejos e aspirações, assim como favorecer à cultura, esporte e lazer como mecanismos de integração e inclusão. [...] objetivo do Agentes é criar um modelo de capacitação e coleta de dados primários por meio de pesquisas de campo realizadas por jovens estudantes da rede de ensino médio de comunidades pacificadas no Rio de Janeiro. Este modelo atende tanto a demandas de qualificação profissional e inclusão produtiva em comunidades, quanto de dados de qualidade sobre juventude, para a construção de políticas efetivas de inclusão social e econômica (CADERNOS DA JUVENTUDE CARIOCA, 2016, p. 13).

A pesquisa Agentes da Transformação trouxe dados fundamentais que nos permitiram algumas análises sobre as famílias que são atendidas no Novo Degase.

No caso dos adolescentes que estão cumprindo medida socioeducativa, a estrutura familiar sugere maior participação da figura materna, uma vez que 76,3% reside no mesmo domicílio que a mãe, e destaca-se o fato de a unidade feminina ter um percentual menor do que as masculinas. Observamos, ainda, menor presença da figura paterna, pois 31,9% moram no mesmo domicílio que o pai (ARMAZÉM DE DADOS⁶³, 2016: 19).

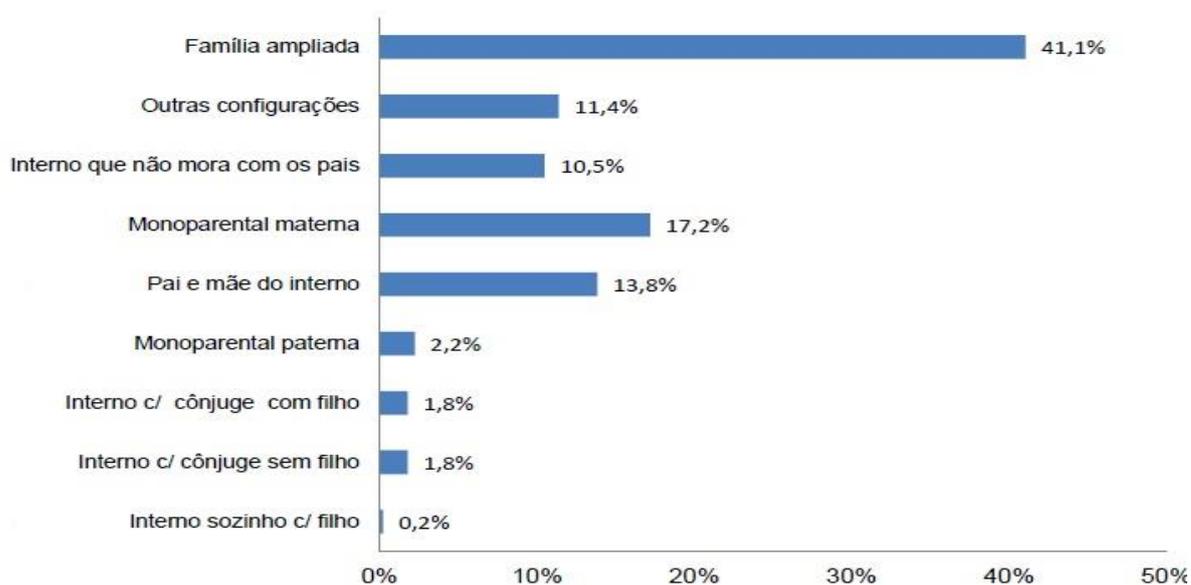
GRÁFICO 1 – Jovens segundo grau de parentesco/relação com moradores do domicílio



Fonte: IPP-Rio, Agentes da Transformação no DEGASE, 2016

Entre esses jovens internados, há uma pluralidade (41,1%) que vive com a família ampliada – ou seja, não somente com os pais e irmãos (caso tenham), mas também outros parentes próximos, como, por exemplo, avós e tios; ou com múltiplos núcleos familiares no mesmo domicílio, já que muitos dos jovens vivem também com filhos e cônjuges. [...]Dentre os domicílios que se configuram como nucleares, destaca-se o grande número caracterizado pelo modelo familiar “monoparental materno” – ou seja, pela presença apenas da mãe do jovem (e de eventuais irmãos) (ARMAZÉM DE DADOS, 2016, p. 20).

⁶³ Fonte: IPP – Rio. Agentes da Transformação – DEGASE, 2016.

GRÁFICO 2 – Jovens por arranjo familiar⁶⁴

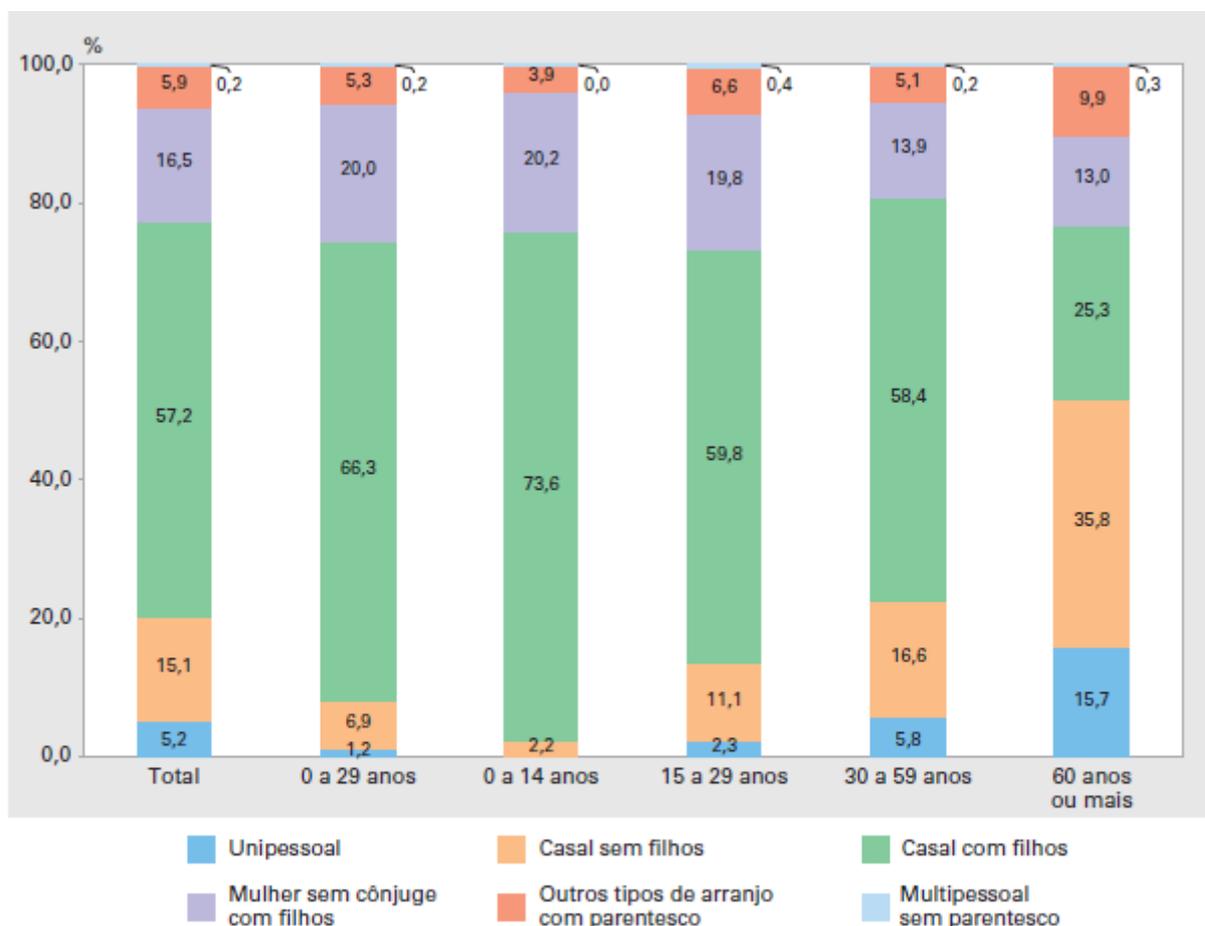
Fonte: IPP-Rio, Agentes da Transformação no DEGASE, 2016

Trabalhando com dados do CENSO Demográfico do IBGE de 2016, portanto, analisando os dados nacionais, temos:

Como dito, nos arranjos multipessoais com parentesco, o núcleo familiar mais comum no País era formado por casal com filhos, mas tem-se notado a queda da sua participação, que passou de 50,1% a 42,3% do total dos arranjos, de 2005 a 2015. Por outro lado, a proporção de famílias compostas por casal sem filho coabitando se tornou mais expressiva, de 15,2% chegou a 20,0% no mesmo período; enquanto o indicador para o núcleo familiar formado por mulher sem cônjuge e com filhos coabitando se manteve relativamente estável no período, passou de 18,2% para 16,3% (IBGE, 2016, p. 28).

⁶⁴ Destacamos o presente gráfico pelos dados relevantes do mesmo para o nosso estudo. Contudo, não em sua forma original, pois divergimos da delimitação de família nuclear contida no gráfico da pesquisa do IPP (monoparental materna, pai e mãe do interno, monoparental paterna, interno c/ cônjuge com filho, interno c/ cônjuge sem filho e interno sozinho com filho).

GRÁFICO 3 – Distribuição percentual das pessoas residentes em domicílios particulares, por tipo de arranjo e de núcleo familiar, segundo os grupos de idade – Brasil 2015



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Ainda, tendo como referência a “Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2016⁶⁵”, verificamos:

A queda da fecundidade, o aumento da escolaridade e da inserção das mulheres no mercado de trabalho são alguns fatores que produzem alterações nos arranjos familiares. Uma dessas mudanças foi o aumento da proporção de mulheres que se encontravam na condição de pessoa de referência da família⁶⁶, de 30,6% para 40,5% dos arranjos residentes em domicílios particulares, de 2005 a 2015. Ainda que o critério de seleção da pessoa de referência seja subjetivo para cada arranjo, notou-se uma tendência de crescimento na indicação da mulher como pessoa de referência na família, especialmente nos arranjos formados por casal. Nas famílias formadas por

⁶⁵ Fonte: IBGE, 2016.

⁶⁶ “[...] Na PNAD a definição da pessoa de referência era da pessoa assim considerada pelos demais membros na família. Esta definição na metodologia de coleta da informação não se alterou no período abordado”. (IBGE, 2016, p. 29).

casal com filhos a proporção de arranjos em que a mulher era a pessoa de referência passou de 6,8% para 22,5%, de 2005 para 2015. Nos arranjos de casal sem filhos a tendência foi a mesma, o percentual em que a mulher era a pessoa de referência passou de 8,4% para 22,0% no mesmo período (IBGE, 2016, p. 29).

A distribuição das pessoas por tipo de arranjo e de núcleo familiar varia de acordo com o grupo etário analisado. Para o total da população, independentemente do grupo etário analisado, a maioria (57,2%) das pessoas estavam inseridas em arranjos compostos por casal com filhos, em 2015, seguida pela participação do arranjo de mulher sem cônjuge com filho (16,5%) e do arranjo de casal sem filho (15,1%) (IBGE, 2016, p. 33).

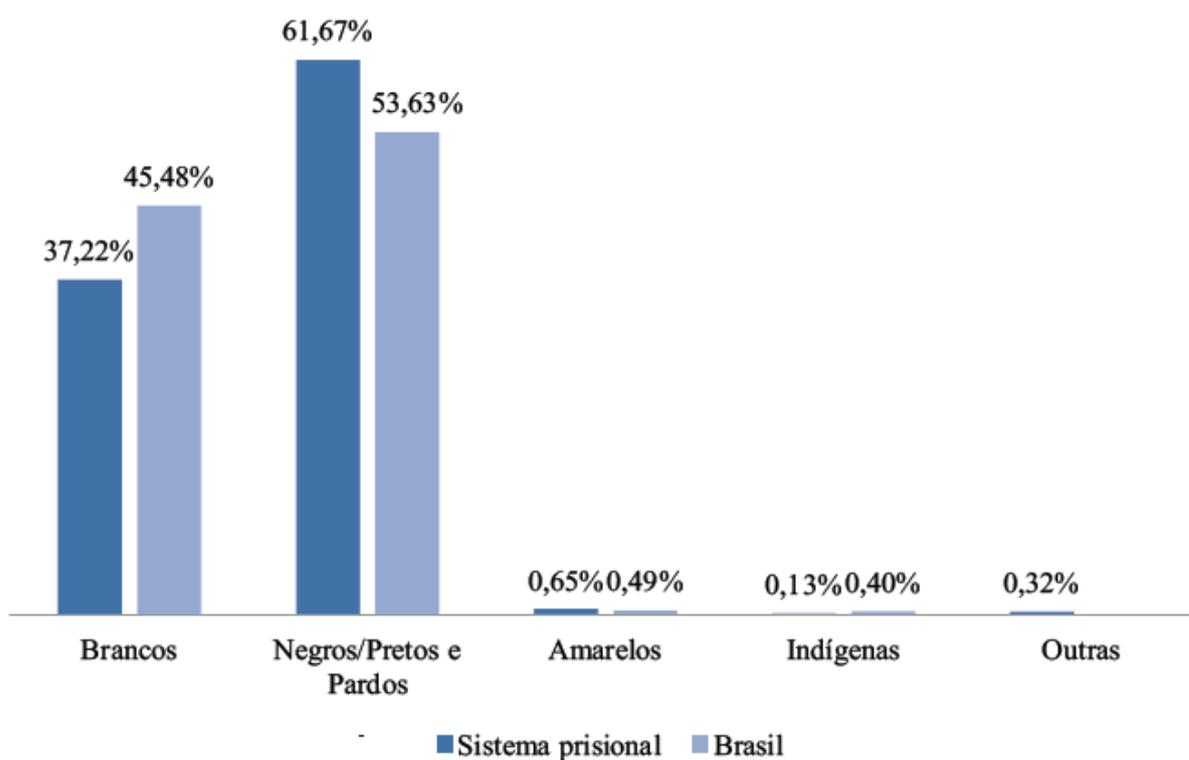
Frente aos dados evidenciados no documento produzido pelo IBGE, “Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2016”, é possível constatar um aumento significativo, à nível nacional, de famílias cuja a referência familiar é a mulher, tomando por base os anos de 2005 e 2015.

Em relação ao nosso cenário de estudo, não possuímos dados comparativos, contudo, os dados identificados reiteram a fala das mães entrevistadas na presente pesquisa de que falamos em sua grande maioria de famílias monoparentais femininas, onde a presença da mãe prevalece como a responsável pela família, dentro desse universo atendido pelo Novo Degase.

Não possuímos dados estatísticos em relação a cor e raça das famílias acompanhadas pelo sistema socioeducativo, contudo os dados dos adolescentes atendidos por esse sistema reproduzem o perfil racial⁶⁷ delineado pela população carcerária em nosso país. Desta forma, trabalhando com os dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN (2014):

⁶⁷ “[...] A comparação do perfil racial da população carcerária com a população brasileira em geral é pautada por uma diferença metodológica importante. Na PNAD, a raça/cor do entrevistado é autodeclarada, enquanto os questionários das prisões são respondidos pelos gestores das unidades, e não se sabe qual é o método de coleta dessa informação. Além disso, a análise bivariada de uma distribuição complexa como a de raça/cor pode omitir aspectos importantes da questão com outras variáveis socioeconômicas da população. A população prisional é contada a partir da informação por tipo de regime. Somam-se todas as pessoas presas em cada regime de cumprimento de pena e também presos provisórios. (INFOPEN, 2014, p. 38).

GRÁFICO 4 – Percentual da população por raça e cor no sistema prisional e na população geral



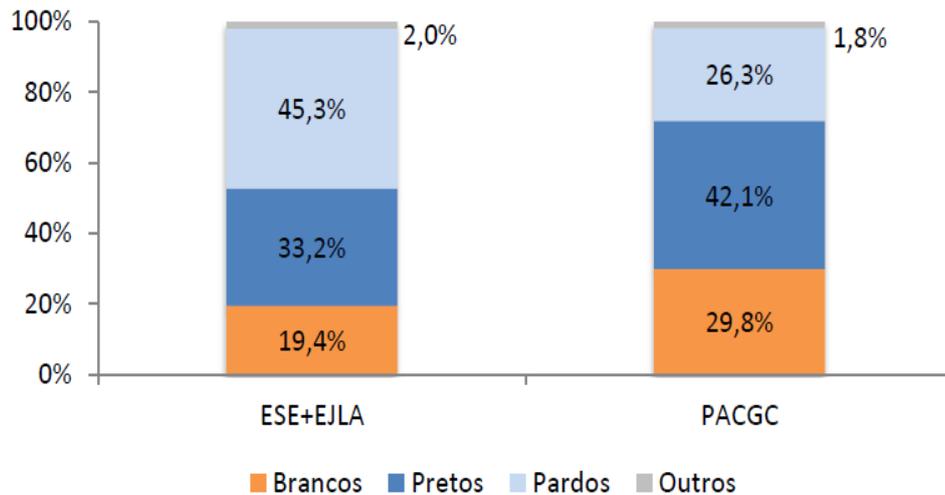
*Não é possível recortar o perfil racial da população brasileira por faixa etária na PNAD.

**O questionário preenchido pelas unidades penitenciárias trabalha com a categoria “Negros”, enquanto a PNAD usa “Pretos”. Para fins de comparação, intuiu-se que se trata da mesma categoria.

Fonte: INFOPEN, 2014.

Utilizando os dados da pesquisa do IPP, “Agentes da Transformação no DEGASE”:

Para identificação racial o critério usado é o de auto identificação por cor/raça, conforme as categorias do Censo Demográfico de 2010 – Amarela, Branca, Indígena, Parda e Preta. O perfil racial das unidades masculinas (ESE e EJLA) é muito similar, mas há diferenças em relação à unidade feminina (PACGC). Por exemplo, entre os meninos 45,3% se declaram pardos; entre as meninas esse percentual é de 26,3% (ARMAZÉM DE DADOS, 2016, p. 04).

GRÁFICO 5 – Jovens, por cor ou raça, segundo unidade de internação - 2016

Fonte: IPP – Rio. Agentes da Transformação no Degase, 2016

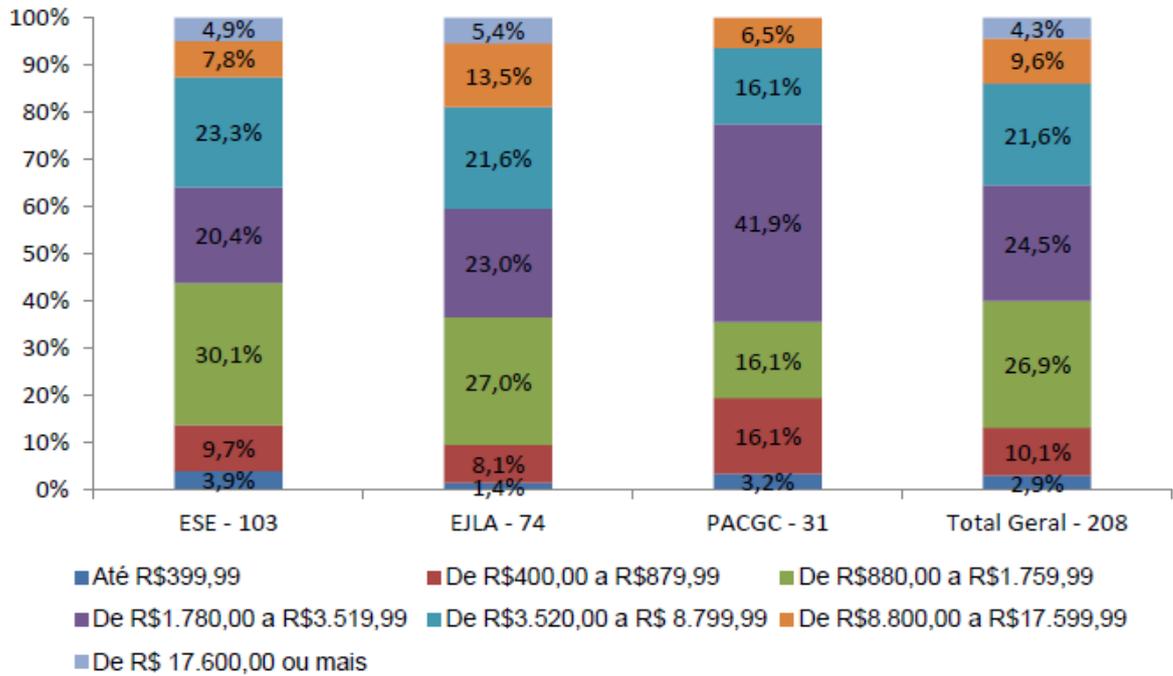
Os dados reiteram que a população encarcerada, seja ela do sistema penal ou do sistema socioeducativo, em sua grande maioria é negra/preta e parda, atingindo dentro do sistema socioeducativo 78,5% dos meninos e 68,4% das meninas.

Em relação a renda familiar podemos verificar junto ao gráfico abaixo que a faixa de renda domiciliar total mais comum nas unidades masculinas é a de R\$880,00 a R\$1.759,99, enquanto que na unidade feminina é de R\$1.780,00 a R\$3.519,99. Contudo, deve-se considerar que a taxa de resposta a esta indagação foi inferior à metade dos entrevistados em todas as unidades, isto é, do total de 53,6% dos jovens não informou a renda, sendo 48,5% informou desconhecer este dado (ARMAZEM DOS DADOS, 2016, p. 13).

Verificamos que as famílias do nosso objeto de estudo em sua grande maioria são famílias atendidas pela política de assistência social de seus municípios - 56,7% dos adolescentes possuem algum membro da família recebendo o benefício do Programa Bolsa Família, portanto, são famílias consideradas com alta vulnerabilidade social e são em sua grande maioria mulheres, negras, chefes de famílias e periféricas. Como elas mesmo se identificam:

[...] Um recorte racial profundamente, que essas famílias, como já falei no início, são famílias negras. Essas são famílias monoparentais, porque é por uma pessoa que é uma mulher, né, essa mulher negra. Mesmo que esse menino tenha tido pai no sentido do homem fazê-lo... porque muitas das vezes... a maioria delas tem o homem que fez o filho, mas não tem o pai nem o companheiro que ajudem elas nesse processo, né? (Mônica Cunha, 2017).⁶⁸

⁶⁸ Entrevista realizada com Mônica Cunha, uma representante das organizações que compõem o Movimento das Mães dos Meninos do Degase, na presente pesquisa. Rio de Janeiro, julho de 2017.

GRÁFICO 6 – Renda média domiciliar por unidade

Fonte: IPP-Rio, Agentes da Transformação no DEGASE, 2016

Outro dado significativo é de que a maioria dos jovens (69,4%) possui alguém no domicílio que recebe pelo menos um benefício, incluindo aposentadoria ou pensão. O Programa Bolsa Família (56,7%) e o Cartão Família Carioca (21,7%) apresentam maior número de famílias beneficiárias atendidas, permitindo concluirmos que a grande maioria dessas famílias também são acompanhadas pela política de assistência social de seus municípios, portanto, apresentam um perfil de alto índice de vulnerabilidade social e abaixo da linha da pobreza.

TABELA 1 – Jovens, por benefício, aposentadoria ou pensão recebido no domicílio - 2016

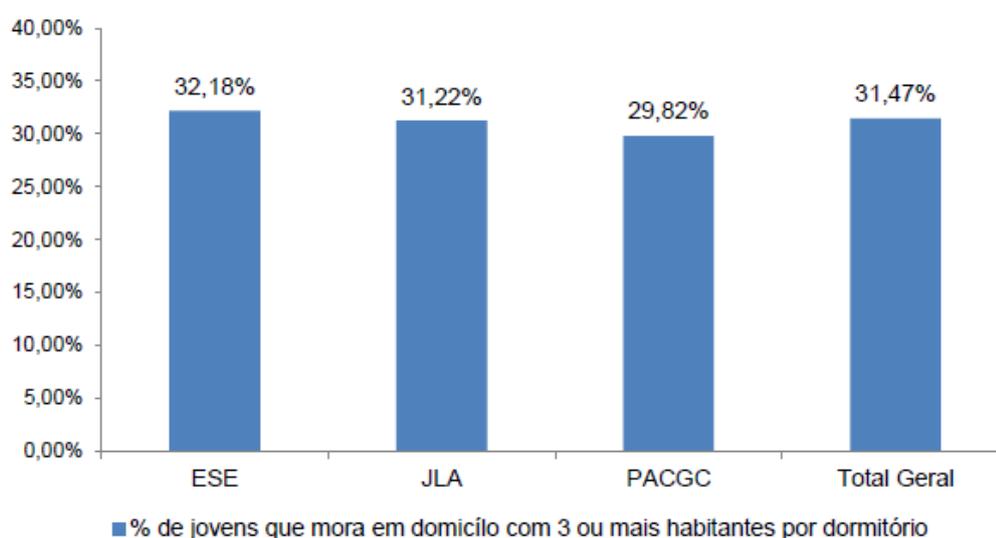
Alguém no domicílio recebe o seguinte benefício / aposentadoria / pensão	Jovens (%) (N= 448)
Bolsa Família	56,7
Aposentadoria e/ou pensão	33,3
Cartão Família Carioca	21,7
Benefício de Prestação Continuada (BPC / LOAS)	5,1
Renda Melhor Jovem	4,9
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)	2,5

Fonte: IPP-Rio, Agentes da Transformação no DEGASE, 2016

Quando analisadas as condições de moradia dos adolescentes atendidos pelo DEGASE, foi identificado que a maioria dos jovens (90,4%) tem como referência a casa ou apartamento de sua família, e mais da metade (52,9%) residem em domicílios com cinco ou mais pessoas, enquanto 22,1% residem em domicílios com quatro pessoas. “[...] Em média, os domicílios têm 5,17 cômodos e 2,3 dormitórios. A média geral de pessoas por domicílio é de 4,67 e por dormitório é de 1,95” (ARMAZEM DOS DADOS, 2016, p. 18).

De acordo com o Ministério das Cidades, um dos critérios relevantes para medir o adensamento domiciliar é a proporção de domicílios com média superior a três moradores por dormitório. No caso dos jovens pesquisados, 31,47% moram em domicílios nessa situação, e o gráfico 12 mostra essa informação por unidade (ARMAZEM DOS DADOS, 2016, p. 18).

GRÁFICO 7 – Jovens que moram em domicílios com média superior a três moradores por dormitório, por unidade - 2016



Fonte: IPP-Rio, Agentes da Transformação no DEGASE, 2016

Uma forma de classificar economicamente um domicílio em relação à renda é empregar o Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB). Esse critério, criado pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP), tem como objetivo estimar o poder de consumo de grandes grupos populacionais (classes econômicas), permitindo sua comparação intertemporal e inter-regional. O critério usa como insumos os bens duráveis de um domicílio e o nível de instrução da pessoa chefe do domicílio. A versão de 2015 do CCEB foi utilizada para o cálculo. Aproximadamente dois-terços dos jovens (63,9%) estão nas classes C, D e E (ARMAZEM DOS DADOS, 2016, p. 18).

TABELA 2 – Jovens, segundo Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB) – 2015

Critério de Classificação Econômica Brasil	ESE	JLA	PACGC	Total
A	9,00%	6,45%	8,77%	7,90%
B1	6,50%	8,60%	15,79%	8,58%
B2	21,50%	18,82%	15,79%	19,64%
C1	18,50%	22,58%	19,30%	20,32%
C2	16,50%	20,43%	17,54%	18,28%
D-E	28,00%	23,12%	22,81%	25,28%

Fonte: IPP-Rio, Agentes da Transformação no DEGASE, 2016

Portanto, pelos dados coletados na pesquisa Agentes da Transformação, os adolescentes do sistema socioeducativo, atendidos nas unidades de internação, apresentam o perfil de residirem em moradias onde o adensamento domiciliar encontra-se acima da média, isto é, “a proporção de domicílios com média superior a três moradores por dormitório”, atingindo um percentual de 31,47% de adolescentes que moram em domicílios com três ou mais pessoas por dormitório.

Verificamos que este percentual se altera de acordo com as unidades pesquisadas: 32,18% no Educandário Santo Expedito (ESE) que atende adolescentes masculinos na faixa etária de 16 a 18 anos; 31,22% na Escola João Luiz Alves (EJLA) que atende adolescentes masculinos na faixa etária de 12 a 15 anos; 29,82% no CENSE Professor Antônio Carlos Gomes da Costa (PACGC) que atende adolescentes femininas na faixa etária de 12 a 18 anos.

Considerando que 63,9 % dos jovens atendidos pelo Degase foram identificados como pertencentes as classes C, D e E (baseado no Critério de Classificação Econômica Brasil - CCEB), podemos concluir que dois-terços das famílias atendidas pelo Degase estão nas classes C, D e

E, e vivendo em moradias onde o adensamento domiciliar está acima da média, tendo em vista que 41,1% dos adolescentes vivem com sua família ampliada⁶⁹.

Assim sendo, elencamos no presente capítulo alguns os conceitos e bases teóricas com os quais trabalhamos as análises do estudo desenvolvido, entendendo que as Mães são as referências de famílias dos adolescentes atendidos pelo Novo Degase. Considerando essas Mães como sujeitos sociais, mulheres que apresentam uma história de luta, trazendo para o mundo público discussões que estavam fechadas no mundo doméstico, privado. Estabelecendo, desta forma, uma relação do debate sobre família com o de gênero. Trouxemos o conceito de proteção social, e contextualizamos, o modelo de proteção social onde a família é colocada como foco das ações.

Identificamos que o cenário de nosso objeto de estudo, apesar de se tratar do sistema socioeducativo, reproduz o sistema prisional onde o encarceramento é de jovens, negros e pobres: 78,5% dos meninos se consideraram pardos e pretos enquanto que as meninas 68,4% se consideraram; a faixa de renda domiciliar total mais comum nas unidades masculinas é a de R\$880,00 a R\$1,759,99, enquanto que na unidade feminina é de R\$1.780,00 a R\$3.519,99. Reforçando a discussão sobre a criminalização da pobreza, a questão do Estado penal e do encarceramento.

⁶⁹ Para a pesquisa é considerada família ampliada: pais e irmãos, parentes próximos (avós e tios, etc.), filhos e cônjuges, isto é, com múltiplos núcleos familiares no mesmo domicílio (Gráfico 2).

3 MÃES DOS MENINOS DO DEGASE – “MULHERES GUERREIRAS”

Trazemos neste capítulo a pesquisa realizada em nosso estudo. Buscamos detalhar todo o processo de construção desta pesquisa. Congregamos a análise das entrevistas realizadas com as lideranças dos diferentes movimentos de mães, registramos as histórias orais dessas lideranças, suas narrativas sobre o processo de organização que se constitui a própria memória coletiva desses grupos.

Assim, apresentamos o registro de nosso trabalho de campo, contextualizando as falas das mães entrevistadas, seus perfis, a situação jurídica atual dos seus filhos, bem como o panorama dessas representatividades no *Movimento de Mães dos Meninos do Degase*.

Retratamos como o movimento de organização dessas mães está delineado, desde o seu surgimento até os tempos atuais. Refletimos sobre os maiores entraves que esses movimentos vêm enfrentando ao longo desse período, as estratégias que estão sendo tomadas para o fortalecimento dessas organizações e como esses movimentos têm acompanhado a Política de Atendimento Socioeducativo no Estado do Rio de Janeiro.

3.1 A pesquisa desenvolvida

Ao realizarmos a presente pesquisa, identificamos a metodologia qualitativa como a melhor forma para trilhar esse caminho, tendo em vista que nos permitiu aprofundar a compreensão do nosso objeto de estudo – o *Movimento de Mães dos Meninos do Degase*, a partir de seu contexto social e de acordo com a perspectiva das próprias participantes do movimento de mães, sem, contudo, mascarar a nossa interpretação e considerações presente em todo processo, enquanto pesquisadora. Um fator relevante, neste sentido, foi o contato direto e prolongado com o campo de estudo que propiciou uma observação e captação dos significados inerentes ao objeto de estudo. Entretanto, não significa que desprezamos os dados quantitativos que serviram como base para a presente pesquisa.

Desta forma, inicialmente nos deparamos com o desafio de identificar com que referência de dados ou registros iríamos trabalhar, considerando que presumíamos não possuir estatísticas institucionais, referente ao atendimento de família/mães no Degase, pois ambos os

setores responsáveis⁷⁰ por informações e estatísticas não apresentavam dados e registros precisos sobre esse segmento.

Frente as dificuldades encontradas, buscamos no levantamento bibliográfico e documental algumas respostas para saná-las. Através do levantamento documental institucional realizado, confirmamos nossa hipótese inicial de que não há registro de pesquisa voltada para o perfil das famílias no Degase. Contudo, identificamos uma base de dados a partir da pesquisa do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos – IPP em parceria com a UNICEF e o DEGASE desenvolvida no ano de 2016, em três unidades de internação, que traçou o perfil do adolescente – Pesquisa Agentes de Transformação no Degase. Apresentamos no capítulo II do presente estudo, os registros dessa pesquisa através do Caderno da Juventude de 2016 e do Armazém de Dados do IPP. Trabalhamos também com informações do Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo – PASE, elaborado em 2014 e com demais dados estatísticos, como: as informações do Atlas da Violência (2017), dos Indicadores Sociais do IBGE (2016), do Instituto de Segurança Pública - Secretaria do Estado de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (2016), do Conselho Nacional de Justiça (2017) e do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN (2014).

Em relação a produções acadêmicas, nos debruçamos sobre os dados fornecidos pela Capes e encontramos um vasto acervo de dissertações e teses na área socioeducativa em nível nacional, como também do Estado do Rio de Janeiro, e especificamente do Degase. Entretanto, referente ao movimento de organização de mães, só identificamos alguns estudos datados da década de implantação desse movimento.

Buscamos também no campo das ciências humanas e no campo das ciências sociais, referências bibliográficas que pudessem demarcar a metodologia científica que melhor adequasse a presente pesquisa, assim como as fundamentações teóricas que subsidiassem as análises pertinentes ao nosso estudo.

Estudar os movimentos organizativos do “*Movimento de Mães dos Meninos do Degase*”, enquanto, além de pesquisadora, também profissional da instituição, requereu cuidados importantes para pensar nos caminhos metodológicos a serem realizados. O estudo etnográfico apresentou elementos significativos que fortaleceram a nossa inserção como pesquisadora no campo de pesquisa e, trabalhamos com o relato etnográfico como forma de aproximação do campo de estudo, na condição de pesquisadora.

⁷⁰ ASIGI/DEGASE e CEMSE/DEGASE.

Nesse sentido foi muito importante as considerações de Patrice Schuch (2009, p. 30) no artigo “‘O estrangeiro’ em ‘campo’: atritos e deslocamentos no trabalho antropológico” definiu perfeitamente os elementos trazidos por Simmel (1983) “[...] a distância significa que ele, que está próximo, está distante; e a condição de estrangeiro significa que ele que também está distante, na verdade está próximo, pois ser estrangeiro é naturalmente uma relação muito positiva: é a forma específica de interação”. Estivemos na condição de estrangeiro no campo do nosso objeto de estudo, e o relato etnográfico elaborado que compõe a presente pesquisa traz esta relação de proximidade e distanciamento estabelecida entre nós – a pesquisadora, e o campo do objeto de estudo - “*Movimento de Mães dos Meninos do Degase*”.

Desta forma, encontramos na etnografia uma importante dimensão metodológica, que além de propiciar a aproximação com nosso campo de pesquisa na condição de pesquisadora, permite o detalhamento intenso e reflexivo da realidade encontrada. Conforme explicitado por Claudia Fonseca (2006, p. 13) que traz em seu artigo “Classe e a Recusa Etnográfica” sua dupla preocupação em relação a Antropologia na sociedade contemporânea: por um lado se definindo como método etnográfico e por outro com um enfoque analítico: “[...] A perspectiva etnográfica traz para discussão de sociedades contemporâneas uma contribuição singular – a tentativa de entender outros modos de vida usando a subjetividade do pesquisador e sua confrontação com o “diferente”, como instrumento principal de conhecimento”.

Identificamos na perspectiva da metodologia da história oral o caminho para trilharmos este estudo; tomando por base a oralidade desses sujeitos, a “fala” dessas mulheres, escutando as histórias dessas mães, suas narrativas, de forma a reconstituir o processo de organização do “*Movimento de Mães dos Meninos do Degase*”. Portanto, falamos de ações que ultrapassam o recorte objetivo, concreto, palpável, de simples coleta de dados, e entramos pela subjetividade, pelas entrelinhas do que é observável ou explicitado pela narrativa dessas mulheres.

Temos a partir da história oral a metodologia que privilegia a memória coletiva, sinalizada por Michael Pollark (1989) sobre a análise de HALBWACHS (1968), de pertencimento a um determinado grupo, de uma adesão afetiva a esse grupo, a qual denomina “comunidade afetiva”. O movimento se instituiu a partir da organização de mães, de um pertencimento de grupo, na luta pela melhoria das condições de atendimento de seus filhos; um exemplo claro do que HALBWACHS (1968) define como adesão afetiva, “comunidade afetiva”. Portanto, entendemos a história oral como a metodologia que permitiu que essas mulheres pudessem contar suas histórias de organização, expusessem as dificuldades encontradas, narrassem suas experiências de construção enquanto “*Movimento de Mães*”, a

partir de suas memórias coletivas, do ponto de vista desses movimentos organizativos (HALBWACHS, 2006).

Walter Benjamin (1994, p. 201) fala de que a arte de narrar está em vias da extinção, de que raramente encontramos pessoas que efetivamente sabem narrar, de que a narração nos faculta “intercambiar experiências” “[...] O narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes”.

Muitas histórias foram construídas desde a implantação do Movimento de Mães e o registro dessas histórias não encontramos na pesquisa documental que realizamos e sim na memória dessas mães que se organizaram, que atuaram e atuam nesse movimento até os tempos atuais. É dessa fonte oral que nos alimentamos para realizar o presente estudo. Como diria o grande escritor italiano Ítalo Calvino (2006, p. 147) em seu artigo: “[...] no momento em que minha atenção vagueia da ordem estabelecida das linhas escritas para a complexidade mutável que nenhuma frase consegue apreender totalmente, chego quase a entender que além das palavras há algo que as palavras poderiam significar”.

Assim, visando construir a história oral desse movimento e entender esse “algo” que vai além das palavras escritas, estruturamos um roteiro de entrevista⁷¹ que foi aplicado às representantes dos movimentos organizativos. Esse roteiro é composto por perguntas que propiciaram o acesso ao conhecimento sobre a organização desse movimento, as possíveis ações desenvolvidas, as articulações ou não com o Departamento Geral de Ações Socioeducativas e os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e por fim, o controle social exercido por esses movimentos organizativos junto a Política de Atendimento Socioeducativo.

Importante destacar dois aspectos em relação as entrevistas: o primeiro, que só realizamos entrevistas com as mães representantes do movimento, frente a participação dessas no processo de construção do movimento; segundo, que identificamos essas representantes de acordo com o nome desejado por cada uma delas, respeitando os nomes estabelecidos por essas mulheres para serem identificadas. Totalizamos o número de quatro entrevistas: uma representante do Movimento Moleque (Mônica Cunha) e três representantes da AMAR RJ (Valéria, Nissa e Glória), considerando que não foi possível agendarmos com outros representantes do Movimento Moleque, na ocasião da realização das entrevistas.

⁷¹ Em anexo.

Utilizamos o diário de campo como uma importante ferramenta, a fim de registrarmos os dados mais descritivos observados, assim como as impressões subjetivas pertinentes ao olhar dessa pesquisadora, quando da realização das entrevistas. Para BONETTI, Alinne e FLEISCHER, Soraya (2007, p. 15) “[...] falar do trabalho de campo é falar, necessariamente, de como registramos nossos dados e nossa circulação pelo campo. É falar da produção e apropriação dos diários. Porque, refletir sobre as nossas experiências de campo é re/tomar o diário como nossa principal fonte”.

As entrevistas foram realizadas nos locais, dias e horários pré-estabelecidos pelas respectivas representantes do Movimento de Mães, a quem chamaremos de interlocutoras. Todas as entrevistas foram gravadas com o consentimento das interlocutoras que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE⁷², aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal Fluminense, tendo em vista que o presente estudo foi submetido para apreciação e teve aprovação por parte do mesmo.

Cabe ainda esclarecer que este estudo foi submetido ao Comitê de Ética da UFF⁷³ e à Banca de Qualificação da presente dissertação com o título de “Em nome do filho! Um estudo sobre o Movimento de Mães do Degase”. Entretanto, frente aos debates estabelecidos e as orientações da referida Banca de Qualificação, assim como as falas das interlocutoras ao serem indagadas (durante as entrevistas), sobre qual nome elas dariam ao Movimento de Mães, e a resposta unânime de que se trata de um movimento de Mulheres Guerreiras; alteramos o título deste estudo para: Em nome do filho! Um estudo sobre o Movimento de “Mulheres Guerreiras”: Mães dos Meninos do Degase.

Para melhor compreensão e análise das entrevistas, didaticamente dividimos esta etapa com dois subitens: 1- As Mulheres Guerreiras – onde descrevemos o perfil dessas Mulheres Guerreiras com seus históricos de vida e militância, entremeando-se os registros do diário de campo de pesquisa; 2- As Histórias Orais - onde desenvolvemos a análise e relacionamos os recortes das entrevistas com os eixos temáticos afins, assim elencados: *participação nos movimentos sociais, territórios segregados, criminalização da pobreza, extermínio, questão racial, maus tratos, garantia de direitos e política socioeducativa*.

Encerrando o processo de análise, traçamos uma relação entre as narrativas das entrevistas, com a história oral das mulheres do Movimento de Mães - *como esses grupos iniciaram suas ações dentro do sistema socioeducativo; as ações e projetos desenvolvidos*

⁷² O modelo do TCLE encontra-se em anexo.

⁷³ Cópia da aprovação em anexo.

atualmente por esses grupos organizativos; e, a articulação desses grupos com demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos – SGD.

Entendemos que o caminho trilhado para este estudo – a metodologia - deveria contemplar a captação da subjetividade contida nas narrativas dos sujeitos sociais que fazem parte do nosso objeto de estudo e encontramos na metodologia qualitativa, na história oral, no relato etnográfico, na ferramenta do diário de campo, a melhor “trilha” para consegui-lo.

3.2 Relatos, entrevistas e o diário de campo

No final do ano de 2016 nos aproximamos do nosso campo de pesquisa, que mesmo tão presente em nosso trabalho institucional, se fez novo, pois agora consistia em um novo olhar de pesquisadora. Alguns passos nesse novo processo continham a marca de quem desbrava novos horizontes. Por estar vivenciando novas experiências, apesar de inegável experiência profissional, abria-se novidade na ocupação desse outro olhar – o de pesquisadora. O novo se apresenta por não se estar falando da prática enquanto a assistente social e sim de um projeto de pesquisa, de um estudo acadêmico.

O “novo” traz alguns desconfortos e inseguranças, mas também nos potencializa, pois, movidos pelo desconhecido, nos enveredamos pelos desafios e passamos a não ter a dimensão do que somos capazes de fazer e buscar para atingirmos nossas metas. Foi assim que nos sentimos enquanto pesquisadora: na busca por embasamentos teóricos que sustentem a prática da profissional. Ou mais, a busca de ir além da relação teoria-prática – o aprofundamento das discussões no campo acadêmico, o alcançar do que muitos denominam de “densidade teórica”.

3.2.1 O relato etnográfico - aproximação com o campo de estudo

Na metodologia do presente projeto de pesquisa mencionamos a elaboração de um relato etnográfico que oportunamente desenvolvemos dentro de uma das disciplinas do Programa de Estudos de Pós-Graduação em Política Social - “Tópicos Especiais em Política Social – Processos de Pesquisa: história oral e produção de etnografias em trabalhos de campo”. Importante destacar o quanto este fato contribuiu para a evolução desta pesquisa, inclusive, subsidiando a delimitação de nosso objeto de estudo. Apresentamos na sequência o referido

relato, ao qual intitulamos - *Esse ensaio etnográfico sobre as “mães do sistema socioeducativo”, tem olhar profissional!*

3.2.1.1 A preparação para o encontro com as mães

Longe alguns anos das lideranças dos movimentos organizativos das “Mães do Sistema Socioeducativo”, experimentamos um primeiro contato com duas delas ainda no final do ano passado, mas estávamos em plena época natalina e não conseguimos êxito; dado o momento festivo, avaliamos que não cabia a insistência no contato telefônico. Somente no início desse ano (2017) conseguimos agendar um primeiro encontro com a representante da AMAR que se prontificou estar indo na Escola de Gestão, local onde atuo no Degase.

Tentamos ainda, por duas vezes agendar com a representante do Movimento Moleque, mas frente aos compromissos assumidos pela representante da entidade, ainda não havia sido possível o contato pessoal.

Insistimos em estar indo na sede da AMAR, mas Valéria, representante da entidade, disse que o espaço físico estava muito bagunçado por ter sofrido inundações com algumas chuvas de verão. Estávamos muito ansiosa, pois nossa intenção era começar imediatamente o contato com o campo, afinal, havia retardado muito em definir o nosso objeto de estudo e agora queríamos acelerar o processo.

Valéria compareceu acompanhada de “Nissa”, pessoa que eu não conhecia. Valéria fundou a AMÃES e posteriormente a AMAR do RJ; ela participou de algumas atividades que desenvolvemos no Centro de Capacitação do Degase e nosso último contato tinha sido naquela época.

Como iríamos recebê-las em meu espaço de trabalho, conversamos anteriormente com nossa diretora sobre o porquê de termos marcado na Escola de Gestão e ela não se opôs; ao contrário, assim que Valéria e “Nissa” chegaram na escola, por conhecer Valéria, rapidamente mostrou-se gentil pegando uma bandeja e colocando a garrafa térmica e as xícaras, deixando a bandeja na mesa da sala onde iríamos conversar, saindo do espaço e encostando a porta de forma que ficássemos bem à vontade.

Valéria nos apresentou “Nissa”, dizendo que a mesma iria assumir a AMAR e sentamos ao redor da mesa de reunião. Falou então que estava muito cansada, pois completavam dezesseis anos à frente da entidade. “Nissa” falou sobre o interesse em estar “tocando” a entidade, dizendo que seu filho tinha passado pelo Centro de Atendimento Intensivo – CAI

Belford Roxo e saído recentemente do Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente - Criaad. Sua fala denotava a preocupação que é própria desse momento bastante delicado - a passagem de uma medida socioeducativa de privação de liberdade para a semiliberdade. A fala de “Nissa” era impregnada de incertezas e inseguranças em relação a seu filho e parecia buscar na nossa conversa, respostas para suas indagações.

Valéria ao nos apresentar fala do trabalho que sempre desenvolvemos com as famílias, como que respaldando nossa ação profissional e reforçando que elas poderiam contar comigo. Foi quando percebemos nossa primeira dificuldade em estabelecer o nosso papel no trabalho de campo para desenvolver uma pesquisa: estava naquele momento como uma pesquisadora e não como a Assistente Social que trabalhava com famílias no Degase.

Nos reportamos ao que SIMMEL (1983) traz como elementos da condição de “estrangeiro”, sendo esse do próprio grupo, vivendo a ambiguidade de mesmo estando fora do grupo, se confronta com o mesmo.

Avaliamos rapidamente que seria prudente esclarecer o objetivo de nosso encontro e falamos sobre nosso objeto de estudo, focado no “*Movimento de Mães dos Meninos do Degase*”, que estava ali enquanto uma pesquisadora. Indaguei sobre as atividades que a AMAR vinha desenvolvendo junto a essas “Mães” e Valéria discorre sobre as dificuldades que a entidade vem tendo em relação a administração de sua sede e de recursos financeiros. Ela fala da importância em dar continuidade as ações voltadas para essas mulheres na porta dos Juizados da Infância e Juventude, bem como das unidades onde os adolescentes cumprem internação provisória e internação.

Resgata uma cartilha que foi elaborada pela AMAR em parceria com o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – Cedeca, contendo o “ABC DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO”, título da cartilha, dirigida aos responsáveis dos adolescentes do sistema socioeducativo do Rio de Janeiro; cartilha essa que tivemos acesso dentro do grupo de trabalho de famílias do qual participamos e que avaliamos estar muito bem elaborada. Relata as dificuldades em conseguir reproduzir essa cartilha, pois o Cedeca não está dispondo de recursos para tal. Retrata os caminhos que a entidade tem percorrido para conseguir a reprodução desse material, pois é um instrumental importante para o trabalho que elas precisam desenvolver junto às “Mães dos Meninos do Degase”. Valéria relata que tem tentando uma parceria com o próprio Ministério Público para o custeio dessas cartilhas, mas até a presente data, não tem a previsão de recursos para tal.

Fala que gostaria de pedir ajuda de minha chefe enquanto diretora da escola de gestão e nos indaga o que avaliávamos sobre isso. Percebemos então, que estávamos vivendo mais um

momento delicado nesse contato estabelecido, pois a pergunta estava sendo direcionada para a profissional que atuava na Escola de Gestão, nos colocando numa verdadeira “saia justa”.

MACHADO (Paula, 2007, p. 173) define bem esse momento, “[...] o trabalho de campo pode ser descrito...como um esforço de cuidadosas construções e reconstruções...necessário estar constantemente atenta a forma como as pessoas que eu entrava em contato iam me situando”.

Pensamos rápido e avaliamos que não deveríamos nos posicionar e sim devolver a indagação de forma a estimular que ela verificasse tal fato, junto a nossa diretora. Assim ela o fez posteriormente, pois tivemos a interrupção de nossa conversa quando a diretora bateu à porta, pedindo licença e convidando Valéria e “Nissa” a irem almoçar com ela no refeitório do Degase, provocando que finalizássemos nossa conversa rapidamente. Não antes de estabelecer uma previsão de participarmos de uma atividade que iriam desenvolver no Criad Bangu dentro de duas semanas, mais precisamente na última semana do mês de janeiro.

Os dias foram passando e nossa angústia aumentando, pois não recebíamos contato da AMAR para participação da atividade que havia planejado participar em janeiro. Enfim, tivemos contato por parte da Valéria solicitando apoio para confecção das cartilhas; foi quando soubemos que ela já havia recebido o sinal verde, por parte de minha diretora, em relação ao custeio do material que precisavam para o trabalho de sensibilização junto às famílias, sendo prometido que a reprodução dos exemplares sairia assim que houvesse recurso para tal. Na verdade, nesse contato, ela estava pedindo que a escola de gestão reproduzisse um pouco de cartilhas, através de xerox para que pudessem desenvolver as atividades planejadas junto às unidades fechadas, ao longo do mês de fevereiro. Ficamos um pouco receosa em intermediar esse pedido junto a minha chefe, mas avaliamos que seria uma importante contribuição para que o processo pudesse acontecer. Assim, conversamos com nossa diretora que autorizou a reprodução, contudo, pela falta de recursos que a escola também vinha enfrentando, solicitou que a AMAR levasse o papel necessário para reprodução de poucos exemplares através de xerox.

Várias reflexões tomavam conta de nossos pensamentos, pois enquanto pesquisadora, observava os limites estabelecidos pela ausência de recursos daquela entidade para desenvolver as ações que àquelas mães organizadas, apontavam como fundamentais para o conjunto das demais mães atendidas...

Nossos contatos telefônicos com Valéria e “Nissa” se intensificaram, pois estávamos de férias no trabalho e precisávamos monitorar a reprodução das cartilhas.

Nunca havíamos observado a sabedoria de Valéria, apesar de vários contatos anteriores. Ela trazia uma sabedoria construída pela experiência de vida, com um histórico de quem entrou nessa luta a partir da perda de seu filho; assumiu a “causa”, como ela chama, a partir de um pedido de seu filho, dias antes dele morrer, após passar pelo Degase. Ela é uma pessoa franzina, de pequeno porte e bem magra; aparentemente demonstrando muita fragilidade, mas ao lidar com ela, percebemos o quanto é uma pessoa forte e com grande sensibilidade. Apresenta um perfil de articulação e conhece todos os gestores do Departamento Geral, sendo bem recebida por sua maioria. Tínhamos, enquanto profissional, imagens pré-concebidas sobre Valéria!

DIAS (Mônica, 2007, p. 73) ressalta “[...] Todo trajeto de pesquisa constitui-se do conhecimento prévio que possuímos do campo, os adquiridos nele e conseqüentemente, as análises que seguem após o contato com o outro”.

Valéria providenciou uma condensação da cartilha de forma a poupar a quantidade de folhas a serem usadas e reproduziu uma quantidade suficiente que permitisse a abordagem da AMAR no fim de semana, no Educandário Santo Expedito – ESE, bem como no Criaad Bangu, agendada para a terceira sexta feira do mês de fevereiro.

Finalmente tínhamos a data definida e estávamos às vésperas da atividade, isto é, no dia anterior ao agendado. Nossa ansiedade era grande, pois íamos vivenciar nossa primeira experiência como pesquisadora; era uma sensação estranha, pois tínhamos uma larga experiência como profissional, mas não como pesquisadora. Como iríamos lidar com as diversas situações possíveis de acontecer? Conseguiríamos separar a profissional da pesquisadora? Como agir frente aos variados questionamentos que poderiam surgir?

Frente a tantas indagações começam a surgir os imprevistos: fomos novamente contatadas por Valéria informando que a atividade não aconteceria no Criaad Bangu e sim no Centro de Socioeducação Gelson Carvalho do Amaral – CENSE GCA, unidade de recepção e triagem do DEGASE, na Ilha do Governador.

Tivemos o cuidado em seguir os fluxos estabelecidos pela Escola de Gestão, mais precisamente da Divisão de Estudo, Pesquisa e Estágio – DEPE (equipe a qual pertencemos) em relação às pesquisas e visitas realizadas no Degase. Sendo assim, apresentamos o ofício expedido pela Universidade Federal Fluminense – UFF, através da professora responsável pela disciplina “Tópicos Especiais em Política Social – processos de pesquisa: história oral e produção de etnografias em trabalhos de campo”, na Escola de Gestão, provocando que a Escola encaminhasse uma comunicação interna à unidade em que seria desenvolvida a atividade da

AMAR. Com a alteração da unidade, foi necessário informar para Escola de Gestão de forma que garantisse o envio correto para o CENSE GCA e assim foi feito.

3.2.1.2 O primeiro encontro

A manhã daquela sexta feira já mostrava que se tratava de um dia radiante: acordamos cedo, isto é, despertamos de uma noite que podemos chamar de “mal dormida” entre a agitação e ansiedade que precedia a atividade que iria observar, as várias reflexões pensadas e até supostas situações idealizadas. Nosso pensamento era pura efervescência, mal conseguíamos tomar café e nos arrumar para a atividade.

Logo cedo recebemos uma ligação da Valéria, bastante ansiosa dizendo que estava com dificuldades em sair de casa, pois a comunidade onde residia estava com conflitos desde a madrugada, contando com a polícia militar no local; fato este que dificultava seu deslocamento para Ilha do Governador. Contudo, ela já havia feito contato com “Nissa” que já estava a caminho, saindo da Baixada Fluminense, local onde residia.

Valéria estava muito nervosa e tentamos tranquilizá-la, mas ela fez contato por três vezes, quando por fim, informou que tinha conseguido sair e já estava pegando o BRT para o bairro da Ilha.

Este fato do conflito na comunidade nos provocou pensar como é o dia a dia dessas mulheres, morando numa comunidade onde o direito de ir e vir está diretamente relacionado a tantos fatores externos que comandavam a vida delas; que por vezes ficavam sitiadas, aguardando um pequeno sinal verde para que tivessem o direito de sair de suas casas. Que cidadania era essa? Como deve ser viver dessa forma, sem direito de ir e vir?

Percebemos o quão diferente eram nossas vidas, pois vivemos numa mesma cidade e por não morarmos dentro de uma comunidade, temos supostamente a liberdade de sair de nossa casa e acessar nosso veículo particular ou coletivo e chegar onde precisamos estar; temos os mesmos direitos enquanto cidadãos, mas era nítida a diferença de acesso a esses direitos, nossas oportunidades eram imensamente maiores que Valéria e “Nissa”.

Conhecíamos a realidade que Valéria descrevia enquanto profissional que trabalhava com mães que vivenciavam aquele cotidiano, contudo, nossa condição se diferenciava dessas famílias. De que forma, como pesquisadora, conseguiríamos fazer esse exercício: não de estar no lugar dessas mães, mas de perceber o que elas trazem em sua bagagem de vida, vivenciar

outra condição de ser, experimentar a sua lógica (BONETTI, Aline; FLEISCHER, Soraya, 2006).

Com certeza não conseguimos estar no lugar dessas mães, mas pudemos vivenciar um pouco dos sentimentos que nutrem essas cidadãs e que as estimulam para que estejam na busca de seus filhos que foram apreendidos.

Chegamos na porta do CENSE GCA antes de Valéria e “Nissa”, pois nossa condição de meio de transporte era privilegiada, afinal, nos deslocamos através de veículo particular. Valéria chegou logo em seguida e aguardamos “Nissa” no mesmo local onde as famílias aguardam para serem identificadas. Tinham pelo menos uns seis familiares circulando entre a portaria oficial e a sala onde são acolhidos pela equipe técnica da unidade. Lembramos da situação que sempre nos indignou: as filas e aglomerações de mulheres nas portas das unidades, aguardando atendimento ou a hora da visita. Permanecemos por ali um longo período e pudemos compartilhar um pouco dessa condição das mães, esperando atendimento para ter acesso às informações sobre seus filhos. São momentos muito angustiantes, tensos, pois muitas estão sem ver os filhos por vários dias, não sabendo as condições físicas e emocionais que eles se encontram.

A portaria faz uma triagem sobre o setor que as pessoas pretendem acessar, pois além do CENSE GCA, naquele quarteirão também está instalada a sede do Degase, portanto, existe um movimento também dos funcionários do departamento.

Nosso objetivo era acompanhar a abordagem que seria realizada por Valéria e “Nissa” junto as mães que iriam ser atendidas naquela unidade pela equipe técnica.

Na portaria ficavam dois agentes socioeducadores que eram responsáveis em coordenar a entrada das mães, identificando-as, assim como seus filhos, registrando numa planilha os dados dos familiares e dos jovens. Logo em seguida, faziam o contato com a equipe de agentes do CENSE GCA, através de um rádio comunicador walk talk⁷⁴, confirmando a presença do adolescente na unidade.

Os familiares, em sua maioria mães, aguardavam numa sala organizada para o atendimento delas, com cadeiras e uma televisão; a sala tinha uma apresentação razoável: bastante iluminação, com ar refrigerado, cadeiras confortáveis, com boa aparência, chegando a comportar cerca de vinte pessoas. A passagem para essa sala era por dentro da própria portaria, tendo um caminho construído com balcão e divisórias; possuía um banheiro antes de chegar na

⁷⁴ Esse é o veículo de comunicação entre todos os agentes socioeducadores das unidades do complexo da Ilha do Governador.

sala e um grande filtro industrial com água gelada e uma bandeja com copos de vidro emborcados.

Após a confirmação de que o adolescente está no CENSE GCA, um dos agentes da portaria dá o retorno para o familiar e solicita que aguardem a equipe técnica que irá conversar com eles.

Quando entramos na sala tinham cerca de umas dez pessoas, dentre elas dois homens: um padrasto e um tio; as demais eram mães e avós (duas). Nos colocamos na última fileira de forma a poder observar todo o grupo, contudo, nos apresentamos rapidamente informando que era uma pesquisadora que estava acompanhando a entidade AMAR na atividade que iria ser desenvolvida por ela. Avaliamos que não deveria me identificar como sendo uma profissional do sistema para evitar situações delicadas, bem como confusão no papel de pesquisadora.

Naquele dia o movimento de famílias não era tão intenso, como explicou um dos agentes para Valéria, pois tratava-se de uma sexta feira; os dias de maior movimentação eram segundas e terças, assim como às quintas feiras, pois também era dia de visita para os adolescentes que estão acautelados no CENSE GCA do “módulo protetivo”⁷⁵.

Valéria iniciou a abordagem das famílias se apresentando e fazendo alusão de que “Nissa” era a nova coordenadora da AMAR no RJ. As famílias escutavam atentas a fala delas estarem representando a associação de mães dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Valéria discorreu estar nessa luta há cerca de dezesseis anos, dando seu depoimento e contando um pouco de sua história de vida, esclarecendo o que motivou a assumir a associação das mães. “Nissa” acompanhava a fala de Valéria e arrumava as cartilhas na mesa de forma que pudessem distribuí-las para todos. Elas levaram além da versão simplificada da cartilha “ABC do Sistema Socioeducativo”, outras cartilhas sobre Drogas da série POR DENTRO DO ASSUNTO da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça.

A fala de Valéria é simples e de fácil entendimento, sendo pausada e sempre direcionada com seu olhar para os familiares, ao mesmo tempo informando o passo a passo de todo o processo pelo qual irão passar e indagando das pessoas se elas possuem experiência no sistema socioeducativo. As mães aos poucos vão se colocando, transparecendo um misto de insegurança em se desnudar, como também vergonha em estar naquela condição de mãe de adolescente autor de ato infracional. “Nissa” entrega as cartilhas para cada familiar e logo em seguida um agente chama as mães e o pai para estarem entrando no CENSE GCA. O agente

⁷⁵ Adolescentes que não podem ficar no alojamento com os demais por questões de riscos.

explica que naquele dia o plantão não dispunha de muitos profissionais na equipe técnica, portanto, não seria possível ser realizada a abordagem em grupo que era feita antes das mães irem à unidade para terem contato com seus filhos. Anterior a saída das pessoas da sala, Valéria indaga cada mãe se elas não se incomodavam de fornecer seus contatos telefônicos, pois a AMAR tem como rotina retomar o contato com as mães para saberem onde estão sendo acompanhadas, isto é, para qual unidade seus filhos haviam sido encaminhados. Pudemos verificar que todas as mães forneceram seus contatos.

Ficamos acompanhando essa atividade em torno de umas três horas, entre a espera da chegada de Valéria e “Nissa” até a atividade com as mães em si. Após o término da mesma parecia que tínhamos estado por inúmeras horas naquele espaço, com um sentimento de ter vivenciado intensamente cada minuto transcorrido, não como uma mera espectadora, descrevendo a atividade desenvolvida; os fatos observados, os sentimentos gerados nas mães e em nós, enquanto pesquisadora, não conseguiríamos explicar minuciosamente; são indescritíveis, são o que Merleau-Ponty (1984) chama de polos de uma existência única. Acreditava conhecer aquela realidade, aquele cotidiano vivenciado por aquelas mães, contudo, os fatos observados e os sentimentos despertados, nos surpreendeu, nos fez entender que saímos daquela experiência completamente diferente da forma com que entramos. Percebendo ao finalizar o acompanhamento daquela simples atividade, o quanto foi importante nos aproximar do campo de pesquisa, a partir desse encontro etnográfico. Entendi que dessa forma conseguimos participar do *ethos* daquele grupo ao qual observamos (DIAS, Mônica, 2007).

Por fim, podemos afirmar que esse ensaio que teve como base o conhecimento prévio do campo de pesquisa, a partir do olhar profissional desta pesquisadora, aguçou novas análises, provocando outras hipóteses em torno do nosso objeto de estudo.

3.2.2 As Mulheres Guerreiras

Retomamos os primeiros registros de nosso “diário de campo” quando dos contatos com as representantes da AMAR, Valéria, Nissa e Glória, e posteriormente com a representante do Movimento Moleque, Mônica Cunha, visando a marcação das entrevistas com elas.

Não pensamos em transpor a íntegra desses registros, nem tão pouco temos a pretensão de apresentar esses registros com um formato de diário de campo, mas destacamos alguns conteúdos que avaliamos serem pertinentes para contextualizarmos como foi realizada a pesquisa em pauta e as dificuldades encontradas para o desenvolvimento da mesma.

Assim, transcrevemos parte desses registros, intercalando com aspectos importantes em relação as mães entrevistadas e suas histórias de vida:

Após a banca de qualificação, estava no início do mês de maio e já tinha tentado vários contatos com a representante do MOLEQUE, objetivando acompanhar alguma atividade desenvolvida, mas todas as tentativas tinham sido em vão. Resolvi não insistir porque os contatos haviam iniciado no final de 2016, período de festas natalinas, avaliando ser muito inconveniente a insistência frente a ocasião. Precisava agendar com a Mônica Cunha e sabia das dificuldades de horário que ela possuía, portanto, meu primeiro passo foi conseguir que ela me desse retorno com datas disponíveis, com horários e local de melhor acesso. (Extraído dos registros do diário de campo construído na presente pesquisa).

Mônica atualmente faz parte como Movimento Moleque, do Comitê de Prevenção e Combate a Tortura do Estado do Rio de Janeiro da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), e é uma referência na luta pelos direitos humanos dentro desse estado. Portanto, está engajada em várias atividades políticas e também partidárias, considerando que também faz parte do gabinete do Deputado Estadual Marcelo Freixo, coordenador da Comissão de Direitos Humanos da ALERJ. Participou ativamente da luta pela instituição da Semana de Familiares de Vítimas do Estado, sendo estabelecida a semana de 12 a 19 de maio (como em São Paulo pelas Mães de Maio), uma semana em que se debate e denuncia os casos de pessoas assassinadas pela ação do Estado. Também tem assento enquanto conselheira de direitos no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA, tendo assumido recentemente essa função no conselho de direitos, enquanto Movimento Moleque.

O Movimento também faz parte de uma rede chamada Rede Rio Criança, que é uma rede que trabalha com adolescente e crianças em situação de rua, considerando que esta condição – situação de rua - propicia o envolvimento dessas crianças e adolescentes em atos infracionais; atua também na entidade CRIOLA, na luta pelas questões raciais.

Havia agendado anteriormente, mas tive problemas de saúde que me impediu de comparecer ao encontro que foi desmarcado. Lamentei profundamente, pois o agendamento estava sendo tão difícil... consegui remarcar! Mônica agendou na Cinelândia, numa cafeteria ... para trocar ideias e tomar um café ou um lanche. (Extraído dos registros do diário de campo construído na presente pesquisa).

Mãe de três filhos homens, teve R.S.C, seu “filho do meio” que passou pelo Degase nos anos 2000, foi assassinado aos 21 anos de idade (hoje ele teria 31 anos!), após sua saída do sistema socioeducativo, onde deu entrada por três vezes, sempre recebendo a medida socioeducativa – MSE de internação, isto é, com privação de liberdade.

Finalmente chegou o dia agendado com Mônica Cunha para realizar a entrevista! Era a primeira entrevista da pesquisa e estava muito ansiosa, revi

o roteiro, preparei o gravador e o testei. Segui para Cinelândia, contudo, tive problemas no acesso ao metrô, acarretando um atraso. Mônica me ligou, pois havia chegado no horário, ao contrário do que havia imaginado. Pedi desculpas e informei que já estava descendo na estação de metrô da Cinelândia. Cheguei completamente sem graça por ter feito ela me esperar, mas Mônica me recebeu descontraída e bem objetiva, sugerindo que nos dirigíssemos para o segundo andar da cafeteria. (Extraído dos registros do diário de campo construído na presente pesquisa).

Mulher Guerreira, Mônica Cunha também se apresenta hoje como referência na luta das famílias vitimizadas pelas ações do Estado, participando de debates e encontros que discutem o encarceramento, a mortalidade dos jovens, negros e pobres, como também as questões raciais.

Enquanto subíamos as escadas da cafeteria era perceptível o quanto Mônica é uma pessoa conhecida naquele espaço, cumprimentando as pessoas que cruzávamos no caminho. Sempre sorridente e muito simpática, seu cumprimento passava ao mesmo tempo intimidade e um certo ar de respeito. Sentamos e percebi que ela também estava um pouco desconfortável inicialmente, chegando a estar nervosa; na verdade, eu também estava, afinal, nunca havia vivenciado esse tipo de experiência, como pesquisadora. Aos poucos fomos nos acalmando e a entrevista fluiu de uma forma incrível. As perguntas foram sendo feitas e por vezes, voltava em meu roteiro, como forma de aterrissar da viagem que fazia enquanto ela falava sobre sua vida. Outras vezes, me emocionava com as falas marcantes e cheias de sentimento.... Ao final da entrevista ela me perguntou se tudo o que havia falado tinha sido o suficiente, se tinha atingido meu objetivo com a entrevista. Mônica talvez não tenha percebido que estava atônita, totalmente sem palavras por ela ter compartilhado comigo um pouco de sua história de vida, marcada pela violência, pela perda de seu filho, pela discriminação e preconceito. Ela se descortinava de uma forma imensurável: um misto de Mulher Guerreira e de uma sensibilidade à flor da pele. (Extraído dos registros do diário de campo construído na presente pesquisa).

No início do ano de 2017 o contato com a representante na ocasião da AMAR, Valéria passou a ser constante, pois tivemos a oportunidade de acompanhar, por algumas vezes, as atividades desenvolvidas com as mães na porta de entrada do sistema socioeducativo, no Centro de Socioeducação Professor Gelso Carvalho do Amaral – CENSE GCA, localizado no bairro da Ilha do Governador.

Passados alguns dias de descanso, após a qualificação, retomei o contato com Valéria. Estávamos em maio, período delicado por se tratar de um mês de comemoração do dia das mães, principalmente para aquelas que tiveram seus filhos mortos, como era o caso de Valéria! Para ela, o mês era muito marcante, não só pela data do dia das Mães, como também pela data de falecimento de seu filho A.C. Entendi a dificuldade dela e aguardei para o agendamento de sua entrevista. Passei dois meses tentando os agendamentos das entrevistas, mas não tinha conseguido nenhuma evolução, tanto com a Mônica Cunha, quanto com Valéria. O contato com Nissa da AMAR era intermediado por Valéria. Assim, não tinha conseguido avançar em nada em relação as entrevistas. (Extraído dos registros do diário de campo construído na presente pesquisa).

O contato com as representantes da AMAR tinha sido retomado e agendamos as entrevistas na sede da entidade que fica situada no bairro de Benfica, no município do Rio de Janeiro: realizamos no final do mês de julho.

Era a última terça feira do mês de julho e o dia estava muito pesado e difícil para mim, enquanto pesquisadora, pois estava muito apreensiva como “mãe” : fui informada numa consulta médica de rotina que minha filha iria ser submetida a uma cirurgia reparadora de sua visão. Tinha agendado na tarde desse mesmo dia com Valéria, na sede da AMAR, e apesar de estar muito mexida com a situação da cirurgia, não podia perder esta oportunidade esperada há tanto tempo! Mesmo muito “mexida” emocionalmente, avaliei que manteria o combinado e agilizei o nosso deslocamento para garantir a realização das entrevistas. Contudo, estava saindo de casa quando Valéria fez contato informando que ainda não tinha condições emocionais para dar a entrevista, mas Nissa estaria na sede e poderia fazê-lo, então era possível dar sequência ao combinado, assim realizaria pelo menos a entrevista com ela, Nissa. Defini em manter a agenda e assim o fiz. (Extraído dos registros do diário de campo construído na presente pesquisa).

Nissa conheceu a AMAR durante uma visita a seu filho no Centro de Socioeducação Dom Bosco – CENSE Dom Bosco (antigo Instituto Padre Severino), há cerca de um ano e meio atrás, quando da internação provisória dele naquela unidade. Valéria, enquanto AMAR, estava desenvolvendo uma atividade com as mães durante o horário de visita e ao término da mesma, abordou Nissa, trocando telefone com a mesma. Desde então, Nissa aderiu as atividades da AMAR, passando a desenvolver abordagens com as famílias do sistema socioeducativo, nos fóruns da Baixada Fluminense, local onde reside.

Não tive dificuldade para encontrar a sede da AMAR, pois é localizada em avenida de fácil acesso no bairro de Benfica. Na parte inferior do prédio, cujo número coincidia com o fornecido por Valéria, está instalada uma loja de xerox e pequenos serviços de gráfica ... A sala da sede da AMAR ficava na parte superior do prédio. Na verdade, fiquei insegura e assustada pelo desconhecimento do local. Resolvi fazer contato com Nissa para indagar se ela estava chegando ao local e ela logo me indagou se Valéria não estava me esperando. Eu sabia que Valéria não estaria, pois ela havia me avisado. Percebi então que Nissa não sabia de que Valéria não estaria. Nissa confirmou que deveria ter alguém no local e pediu para que subisse novamente, pois tinha certeza que alguém estaria na sala. Fiz exatamente o que ela havia orientado: retornei para o local indicado e fui recebida por Glória que havia aberto a porta da sala para que eu pudesse entrar, pois Nissa havia feito contato telefônico com ela, avisando que eu estava ali. (Extraído dos registros do diário de campo construído na presente pesquisa).

Nissa tem desenvolvido também atividades como AMAR, na articulação com o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS de Belford Roxo, local onde seu filho encontra-se referenciado, para cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida – LA - em meio aberto. Também desenvolveu e ainda desenvolve atividades com o Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente – Criaad Bangu (unidade do

Degase); local por onde seu filho também esteve em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade. Atualmente tem se articulado com entidades da área da Baixada com objetivo de trabalhar com população de rua, pois entende que a AMAR também deve desenvolver ações de prevenção junto às famílias, nas escolas e nas ruas, de forma a minimizar os envolvimento de crianças adolescentes com atos infracionais.

Glória nos recebeu com um sorriso tímido, como alguém que não sabe, nem entende o que estamos fazendo ali. Lembrávamos dela e não sabíamos de onde, nos parecia muito familiar como se a conhecêssemos há muito tempo. Tudo simples e organizado, com um toque de limpeza, apesar da obra na outra sala, e um certo bom gosto na disposição das peças. (Extraído dos registros do diário de campo construído na presente pesquisa).

Nissa é natural de Queimados e atualmente reside em Belford Roxo; possui três filhos: dois já casados e vivendo com suas respectivas famílias, e seu filho caçula que foi apreendido e estava em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto – Liberdade Assistida (LA) no CREAS, quando realizamos a entrevista. Apresenta um perfil diferenciado das demais mulheres que entrevistamos: reside com seu companheiro, pai de seus filhos! Trabalha como masseira e pizzaoila, além das tarefas do lar. Intitula-se como uma “Mulher Guerreira” quando indagada de como se define; fato este que nos impressionou, pois apesar de sua humildade, Nissa transparece ter exatamente o perfil de uma “Guerreira”.

Nissa chegou aflita indagando sobre Valéria, se ela havia chegado. Percebi que não estava satisfeita das coisas terem sido conduzidas de forma que ela fosse dar a entrevista sem a presença de Valéria. Estava especialmente frágil naquele dia, mas acredito que isso tenha permitido que conduzisse de forma bastante leve essas questões afloradas. Nissa se colocou à disposição para dar a entrevista e fomos para uma sala separada do salão onde estávamos. Somente depois do início da entrevista tive a certeza do porquê evitou a mesma: ainda era muito doloroso falar sobre tudo aquilo, da aceitação do envolvimento de seu filho com o ato infracional, de como sua vida havia mudado, do quanto seu mundo estava alterado e amplo, e de que isso implicava nas relações tecidas dentro de sua família. (Extraído dos registros do diário de campo construído na presente pesquisa).

Nissa assumiu recentemente a presidência da AMAR RJ, sendo realizada sua posse no dia 06/09/2017. Aquela mulher que inicialmente se apresentou com certa timidez e receio em estar acertando nas ações desenvolvidas com as famílias havia se “descortinado”. Trata-se de uma mulher que efetivamente havia “saído” (PERROT, Michelle, 1999), pois ganhara o mundo público a partir do sofrimento, ao constatar seu filho envolvido com ato infracional. Entende hoje a importância, e deseja trabalhar junto às famílias de crianças e adolescentes que se apresentem vulneráveis socialmente, mesmo sendo questionada por seu companheiro de que não há necessidade dela se envolver nessas ações.

Enquanto aguardava Nissa chegar permaneci conversando com Glória que estava bastante interessada em entender o meu objetivo em estar ali. Não precisei me apresentar como profissional do DEGASE porque ela já sabia quem eu era. Ela estava com uma roupa na mão, descosturando a mesma. Indaguei sobre quem ela era e se apresentou como sendo da AMAR, informando que sua participação enquanto entidade, naquele momento, estava sendo voltada para as oficinas de costura que estavam tentando reativar. Explicou que aquele espaço já funcionou em pleno vapor com a cooperativa de costura das mulheres, mães dos meninos do DEGASE, há algum tempo atrás, mas devido a vários fatores e principalmente falta de investimento financeiro, as atividades pararam. (Extraído dos registros do diário de campo construído na presente pesquisa).

Glória faz parte da AMAR há cerca de cinco anos, inicialmente desenvolvia as atividades de abordagem das famílias nas portas das unidades de internação. Posteriormente, participou de um curso de qualificação em costura dentro do antigo Centro de Capacitação Profissional⁷⁶ do Degase – CECAP, local onde atuamos como Assistente Social. Após esta qualificação implantou junto com Valéria a cooperativa de mães dos meninos do Degase, na sede da AMAR, no bairro de Benfica (RJ).

Não sabia que entrevistaria Glória, logo após a entrevista de Nissa, e fiquei bastante empolgada em poder fazê-lo. Ela era uma pessoa bastante humilde e tinha um olhar que continha muita tristeza, aparentava um comportamento tranquilo e uma simplicidade incrível, bastante objetiva e concreta, respondendo às perguntas com muita precisão. (Extraído dos registros do diário de campo construído na presente pesquisa).

Dona de uma sabedoria de vida, Glória, mulher que sustentou seus cinco filhos como diarista, oriunda da Paraíba, representa o perfil identificado pelas Mães do Movimento de Mães dos Meninos do Degase: chefe de família, apesar de ter vivido por um longo tempo com o pai de seus filhos. Moradora do complexo da Cachoeirinha, qualificou o ofício da costura dentro de um centro profissional do Degase, enquanto mãe de um adolescente em cumprimento de medida socioeducativa.

Eu não conhecia a história de Glória e foi impossível conseguir ouvi-la sem me emocionar. Sua história de vida, marcada pela perda de três filhos que foram assassinados, não era fácil de ser escutada, imaginem de ter sido vivida! Entendi a tristeza que ela trazia no olhar e passei a olhá-la com muita admiração e respeito, mais ainda do que já tinha estabelecido ao conhecê-la. (Extraído dos registros do diário de campo construído na presente pesquisa).

Com a nova gestão recém empossada da AMAR RJ, Glória assumiu a vice-presidência da entidade. Sua história no sistema socioeducativo iniciou em 2004, quando da entrada de seu filho mais velho com a medida socioeducativa de internação no Educandário Santo Expedito – ESE, no complexo de Bangu. Posteriormente, retornou ao sistema enquanto mãe, pois seu

⁷⁶ Atualmente intitulado Divisão de Profissionalização – DIPRO.

segundo filho também tinha sido apreendido e também sido encaminhado para mesma unidade de internação. Sua história é permeada de violência, seja no convívio de um companheiro com histórico de abuso de drogas, seja na perda de seus três filhos assassinados. Quando indagada como ela se define, Glória se vê como: “[...] Mães que lutam, mães guerreiras, mães que fazem além do impossível. Simplesmente somos mães. Esteja onde ele estiver (leia-se: inclusive morto!⁷⁷), somos mães”.

Estava sendo um dia muito difícil para mim, como mãe, contudo minha história era tão ínfima diante daquela escutada da boca Glória! O que aquela mulher fazia para conseguir continuar a viver diante de tantas perdas? Como me contava sua vida com tanta fluidez e calma, sem chorar? Eu não era capaz de escutar sem ter os olhos regados à lágrimas! Entendi, aos poucos com sua fala mansa que ela possuía a tranquilidade e clareza que havia tentado tudo por eles e que mesmo assim, não tinha conseguido garantir a vida de seus filhos. Mas, tinha a consciência tranquila que havia tentado e que tinha sido uma boa referência de mãe para os três. (Extraído dos registros do diário de campo construído na presente pesquisa).

Após a perda de seu filho caçula há cerca de dois anos, retomou as atividades de militância na AMAR, não na abordagem das famílias dentro das unidades de internação e sim através de seu ofício da costura que funciona de uma forma terapêutica para Glória, e ela tem clareza desta função. Ela compreende sua inserção na AMAR como um compromisso a ser cumprido em relação às mães que possuem um histórico de vida difícil, por terem seus filhos atendidos pelo sistema socioeducativo.

Finalmente estava retornando na sede da AMAR, ao encontro de Valéria para entrevistá-la. Ao chegar lá, encontrei Glória as voltas com as costuras. O ambiente estava bem diferente: a pintura havia finalizado e a arrumação tinha deixado o espaço com excelente aspecto! Valéria ainda não havia chegado e soube por Glória que Nissa também estava a caminho. Permaneci conversando com Glória que falava sobre o investimento que estão fazendo no brechó, com uma faixa colocada na parte inferior do prédio, bem como pequenas confecções de roupas com tecidos doados. Glória fala sobre a costura com um certo encantamento. (Extraído dos registros do diário de campo construído na presente pesquisa).

Valéria está nesta militância desde 2001, inicialmente num trabalho com as famílias no ESE quando seu filho A.C. se encontrava internado na unidade. Posteriormente, junto com outras mães que militavam em outras unidades, constituíram a AMÃES que foi desfeita e parte de seus membros foram incorporados em outros movimentos – Movimento Moleque (Rute Sales) e AMAR RJ (Valéria Gomes). Ela implantou a AMAR no Rio de Janeiro!

Valéria chegou e em seguida Nissa também. Elas haviam marcado para discutirem os rumos da entidade. Só entendi isso depois de algum tempo, pois haviam marcado com duas outras mulheres que também eram militantes de

⁷⁷ A fala de Glória se refere a uma titularidade – ser Mãe – que permanece mesmo após a morte daquele filho.

uma entidade do morro da providência e estavam decidindo a parceria que iriam desenvolver com elas. (Extraído dos registros do diário de campo construído na presente pesquisa).

Mulher de porte franzino, esconde a fortaleza que é: Valéria está nesta luta há dezesseis anos. Apresenta uma imagem de fragilidade que não possui, tendo um perfil de articulação, sua figura tem passagem nas diversas instâncias ligadas à área da criança e do adolescente. Nascida na cidade do Rio de Janeiro, mora na Cidade de Deus, localidade onde é muito conhecida por essa trajetória de militância.

Pensava conhecer a história de vida de Valéria, mas estava enganada! Não tinha noção do quanto é marcada por perdas e violência. A luta travada pela garantia de vida e de liberdade de A.C., seu filho mais velho, e do quanto precisou fazer para defendê-lo e garantir seus direitos, por muitas vezes violados. Sua história assim como as outras também ouvidas representam efetivamente histórias de luta, pelos direitos, pela vida! (Extraído dos registros do diário de campo construído na presente pesquisa)

Teve dois filhos, A.C. que passou pelo sistema socioeducativo e sistema penal, sendo morto quando já se encontrava em liberdade, e seu filho caçula com quem reside. Sua permanência na militância do Movimento de Mães dos Meninos do Degase até os tempos atuais é justificada como último desejo de seu filho antes de morrer: “[...] Aí, mãe, não abandona a ‘menorzada’ não”.

“Mônicas”, “Nissas”, “Glórias”, “Valérias”. Cada qual com sua história de vida e de inserção no Movimento de Mães, e com muito em comum: a luta por seus filhos, a dor por suas perdas, e a força e garra pela vida. Verdadeiras, Mulheres Guerreiras!

3.2.3 As Histórias Orais

Muitas histórias foram colhidas tendo como referência um roteiro de entrevista semiestruturado: conhecemos as histórias de vida dessas “Mulheres Guerreiras” do *Movimento de Mães dos Meninos do Degase*, com base em suas falas e narrativas, bem como a memória coletiva desses grupos de mães, a partir desse lugar dos movimentos organizativos. Passamos agora a discorrer sobre as análises elaboradas tomando por base essas entrevistas realizadas. Para tanto, trabalhamos os recortes das diferentes entrevistas a partir dos eixos temáticos que eles possuem em comum.

Desta forma, o primeiro eixo temático que abordamos diz respeito a *participação em movimentos sociais*, isto é, como identificamos a forma como essa questão é expressada nas

narrativas colhidas das mulheres pertencentes ao *Movimento de Mães dos Meninos do Degase*.

Sendo assim, destacamos abaixo trechos das entrevistas feitas com Nissa e Mônica Cunha:

E quando eu encontrei essa instituição, a AMAR, eu tive pessoas comigo, entendeu? Pessoas que já tinham experiência passaram para mim, e então é por isso que eu digo, para mim foi assim o caminho da salvação. Eu acho que se eu não tivesse naquele momento encontrado aquela pessoa ali que me botou dentro dessa instituição, eu acho que eu... eu não sei se eu teria conseguido tudo que eu consegui... não sei se eu teria conseguido continuar o caminho... e eu consegui, pelo filho, né, porque a gente luta pelos nossos filhos, mas eu acho que ia ser muito mais sofrido, entendeu, porque eu não tinha pessoas para me falar nada e eu tinha medo de conversar com pessoas. Eu não sabia como... se eu comentasse alguma coisa na porta com alguma mãe em relação a minha vida, aquela mãe podia comentar com outras pessoas, entendeu? A gente não tem confiança em ninguém e a AMAR me trouxe essa confiança, eu passei a olhar as pessoas e ver assim: “não, eu tenho, aquela pessoa ali eu posso confiar nela que ela vai me orientar, ela vai me ajudar... eu tenho aquela outra pessoa ali que eu vou conversar com ela, ela tem experiências de tudo o que estou passando agora e ela vai me dizer qual vai ser o meu procedimento”. E assim eu fui caminhando, né, e eu acho que a pergunta foi essa, né? O que significa para mim a AMAR (Nissa, julho de 2017).

A minha área de atuação é toda... é todo o Estado do Rio de Janeiro. Porque eu atendo mães ou familiares, de todo o Estado. Eles vêm me procurar porque estão com adolescentes ou em cumprimento de medidas ou no descumprimento ou já foram assassinados. Então essa é a minha área de atuação, o que eu faço e qual é o público alvo com quem diretamente eu trabalho. [...] A Monica Cunha ela nasce... ela nasce dando vida ao Movimento Moleque... porque a Monica Cunha e o Movimento Moleque são duas coisas muito juntas. Elas nasceram juntos, eles foram criados juntos, essa é a realidade (Mônica Cunha, julho de 2017).

Podemos observar que as falas se apresentam de ângulos extremos: a de Nissa, enquanto mãe que avalia a importância do “movimento de mães” para as famílias, sendo este movimento uma referência importante para orientação e fortalecimento dessas famílias, ao entrarem para o atendimento do sistema socioeducativo, e a de Mônica Cunha, com uma narrativa enquanto entidade que é reconhecida pelas famílias como referência para as ações de orientação junto a essas famílias.

Ambos os trechos de entrevistas, independentes da posição exercida por essas interlocutoras, seja enquanto objeto de ação - família, ou seja, enquanto sujeito da ação - entidade militante, retratam a participação dessas mães em movimentos sociais. Ainda, ratificam a importância do acompanhamento e controle da execução da política socioeducativa, por parte do “movimento de mães”, como grupos organizativos de movimentos sociais.

Esses grupos organizativos - AMAR ou Movimento Moleque apresentam-se, enquanto “Movimento de Mães”, com ações que criam uma identidade coletiva para este movimento, a

partir dos interesses comuns, no princípio da solidariedade e com base em valores próprios do grupo, se utilizando, por vezes, de espaços coletivos alternativos, isto é, não institucionalizados.

O *Movimento de Mães dos Meninos do Degase* se caracteriza como um movimento de resistência e adensa o que GOHN (Maria da Glória, 1997) denomina de “campo de força social na sociedade civil” ao conceituar movimentos sociais, portanto, pode ser identificado enquanto movimento social.

Um outro eixo em comum que identificamos nas entrevistas é referente a *territórios segregados*, para tal, destacamos os conteúdos das entrevistas de Mônica Cunha, Glória, Nissa e Valéria:

Aí você vê que a situação é outra: que há desigualdade, que é difícil a situação na qual essas pessoas vivem dentro das favelas, sabe, essa fala que as pessoas, a sociedade em geral, elas se acham no direito de direcionar a vida dessas pessoas. Dizer o que é bom para essas pessoas. Só não pergunta a elas se elas querem isso. Então as pessoas acham que essas pessoas têm que sair da favela. As pessoas moram também porque querem. Tem alguns que querem sair como também quem mora lá não sei aonde quer se mudar, enfim, mudar é o gosto de cada um, mas tem uns que gostam de morar lá. Não queriam conviver com a violência que tem, mas querem morar no lugar que moram. A gente tem que respeitar. E essas pessoas não são respeitadas (Mônica Cunha, julho de 2017).

Porque eu nunca achei que ficar mudando de comunidade, de lugar (porque nunca gostei muito de morar na rua) iriam mudar a história, certo, deles, porque eu acho que quando você tem personalidade, você mora em qualquer lugar porque você não vai se envolver. Eu moro até hoje. Nunca me envolvi. E as irmãs a mesma coisa. A irmã mais nova terminou o Ensino Médio, vai fazer Enfermagem agora. Então, a mesma educação que dei para ela, eu dei para eles. A mais velha também, mora na Cidade de Deus, não me dá atualmente... começou a dar dor de cabeça... mas viu que a coisa começou a desmoronar, mudou, mudou, está lá, não me dá mais dor de cabeça (Glória, julho de 2017).

Aí depois que a gente passa por uma situação conforme eu passei, aí a gente passa a querer outras coisas, a gente passa a querer conhecer pessoas, saber o porquê que acontece as coisas na vida das pessoas, entendeu, então eu hoje eu vou em comunidade, eu vou conversar com pessoas de comunidade... coisa que eu nem conhecia, eu não entrava, eu não entrava, entendeu? Apesar de morar muito próximo a várias, pois lá a área que eu moro é cercada de comunidades, mas eu não tinha acesso a elas e depois de tudo o que eu passei eu comecei a me interessar por isso (Nissa, julho de 2017).

Meu filho estava dentro de casa e aí A.C. cisma de ir na Cidade de Deus. Nesse meio tempo eu tinha me mudado da Cidade de Deus porque para mim o mau passo que ele deu foi o lugar, a convivência, né? Eu vou morar na Baixada e A.C. vai parar lá na Cidade de Deus. E eu liguei: A.C., cadê você? – Não, mãe, eu vou me embora, eu vou me embora. Daqui há pouco quando

eu ligo lá para saber: Francinei, A.C. está aí? Você viu ele? Ela falou assim: Valeria, você está aonde neguinha? Eu falei assim: eu estou em casa. – Se eu fosse você, vinha para cá, que acho que A.C. rodou. Eu falei assim: como rodou? Rodou aonde? – Aqui. Eu falei assim: como? Ele nunca teve envolvimento com tráfico. Eu jamais ia imaginar dele ser preso dentro da favela, né? Que eu tinha medo dele andar na rua, mas com tráfico não tinha medo dele se envolver, que ele sempre foi contra essas coisas (Valéria, agosto de 2017).

As falas colhidas se apresentam a partir de visões diferenciadas, sendo a primeira narrativa – de uma pessoa que nunca residiu em comunidade - voltada para o direito da população residente desses territórios de serem respeitadas enquanto cidadãos de direitos; a segunda narrativa – de uma moradora de comunidade - apresenta uma análise que mesmo existindo pessoas envolvidas com a criminalidade dentro das favelas, cada indivíduo é capaz de traçar seu próprio destino, podendo ser cidadão respeitado, inclusive pelos criminosos moradores daquele espaço; a terceira fala - oriunda de uma pessoa que reside na periferia próxima de favela – exemplifica o preconceito existente em relação ao morador de favela, pois apesar da proximidade no espaço de moradia, o acesso à favela só se deu a partir da condição de se tornar mãe de um adolescente que cometeu ato infracional, isto é, somente a partir da interlocutora se ver na condição de igualdade com demais mães do sistema socioeducativo que residem em favelas; a quarta narrativa – de uma moradora de favela que alterou seu local de moradia em função da apreensão do filho – reforça o estigma existente na sociedade como um todo e também entre os próprios moradores de favela de que o convívio com a criminalidade induz o indivíduo a se tornar um criminoso.

Quando nos referimos a favelas e comunidades associamos imediatamente a ilegalidade, seja pela suposição de espaço de invasão e sem uma propriedade legal, seja por associarmos esses territórios a criminalidade de uma forma geral, inclusive relacionando-os com o tráfico de drogas. Esta leitura de que a favela/comunidade é o local de violência e que seus moradores são envolvidos com a criminalidade, justifica as ações repressivas policiais e se configura com o que WACQUANT (2001) define como a **criminalização da pobreza**, propiciando o controle policial junto ao segmento populacional mais vulnerável, isto é, o jovem, negro e pobre, morador de favela.

Os recortes apresentados das narrativas explicitam esta visão, inclusive de interlocutores residentes nesses *territórios segregados*. Essas narrativas refletem o estigma existente na sociedade de que estamos nos referindo a “classes perigosas”, existindo um preconceito entre os próprios moradores dessas localidades, exemplificando o que MALAGUTI (Vera, 2011) chama de “*populismo criminológico*”, isto é, a atuação da grande mídia propagando e

estimulando um senso comum junto à população que discrimina e segrega os moradores da favela, dificultando um debate mais aprofundado sobre a questão criminal.

Os territórios segregados refletem as ações do Estado Penal, como o encarceramento em massa, a criminalização da pobreza e demais ações focadas no *extermínio* e na contenção das referidas “classes perigosas”.

Extermínio que se apresenta dentro desse estudo de uma forma significativa nas narrativas das entrevistadas:

Eu tive três filhos homens. Atualmente o meu filho mais velho ele tem trinta e cinco (35) anos... ele é formado em Educação Física, é professor de jiu jitsu. Tive o R.S.C. que passou pelo sistema socioeducativo... quer dizer, foi cumprir medida socioeducativa, passou pelo DEGASE e veio ser assassinado aos vinte anos de idade, né, se ele tivesse vivo ele estaria... ia completar trinta e um (31) anos. E tenho um caçula. Ele tem vinte e três (23) anos atualmente (Mônica Cunha, julho de 2017).

Atualmente eu tenho duas filhas, mas na verdade eu tive cinco filhos. E perdi três... atualmente eu não tenho mais nenhum porque eu perdi os três. Mas dois passaram pelas Unidades do DEGASE, um não, mas se envolveram no tráfico... assim... se envolveram não diretamente, mas indiretamente, sabe aquela coisa que é e não é... e que faz pequenas... porque os meus filhos passaram nas Unidades Socioeducativas, no DEGASE, por pequenos furtos, essas coisas, envolvimento, essas coisas, essas foram as passagens dos meus filhos, mas se envolveram... foi até uma certa idade... depois que eles ficaram, pegaram a maior idade, então eles resolveram que começaram... apesar que eu moro na comunidade... eles começaram as amizade deles, eles começaram assim, amizades que não ia pôr um caminho certo e começaram a se envolver. Uma dor de cabeça. Então eles achavam que os meninos eram amigos deles e se envolveram. Se fosse preciso eles tiravam a roupa de casa para dar para o pessoal (Glória, julho de 2017).

No dia....A.C. morre no dia dezoito de maio... de dois mil e nove (2009). No dia dezessete ele ficou até tarde no computador. Ele já tinha saído em liberdade. Ele estava com vinte e quatro anos, e aí naquele dia parece que foi a despedida dele, ele tirou foto... Tirou foto a noite todinha e estava lendo o livro dele. Aí eu entrei e falei assim: vem cá, quem foi que mandou você mexer aí? ”. Eu estava escrevendo da vida dele. Contando tudinho. Passo a passo o que a gente passou. Meu filho foi para uma solitária. E aí aquilo ficou muito marcado. No dia dezoito sabe onde que eu estava? Entregando diploma do dia das mães no Padre Severino. Quando eu chego em casa, eu fico sabendo que ele foi para churrasco. Que um dia antes ele tinha pedido para mim não abandonar o trabalho com as famílias. Então aquilo ficou muito marcado. Por isso que eu não consigo abandonar (Valéria, agosto de 2017).

Vera Malaguti Batista (2003: 112) em estudo desenvolvido em sua dissertação de mestrado sobre drogas e criminalização da juventude pobre, identifica que os operadores do sistema penal e socioeducativo tinham uma visão de *apartheid* social das favelas, podendo ser vista como “[...] o locus do mal com os perigos decorrentes do transbordamento das suas

fronteiras se vincula à função da mídia de direcionar o público para o falso consenso”. Ainda, “[...] A polifonia dos discursos morais, dos discursos higiênicos, dos discursos que localizam o mal convergem para um único e grande objeto: a eliminação do mal, do sujo, do estranho, do portador do caos” (BATISTA, Vera, 2003, p. 117).

Vivemos um verdadeiro extermínio da juventude brasileira e os dados confirmam esta afirmativa: “[...] a taxa de homicídios de jovens⁷⁸ em 2015 era de 60,9 para cada grupo de 100 mil jovens, o mesmo indicador para os homens jovens alcançava neste ano a incrível marca de 113,6” (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2017, p. 26). Enquanto na década de 1980 o pico de homicídio era na casa dos 25 anos, atualmente é em torno dos 21 anos de idade⁷⁹. Confirma-se que a juventude está sendo exterminada cada vez mais jovem.

Realizamos quatro entrevistas as mães que hoje se encontram no *Movimento de Mães dos Meninos do Degase* e três dessas mães vivem as perdas de seus filhos; uma delas teve a perda de três filhos, desses, dois tiveram passagens pelo Degase. Todos foram assassinados posterior a passagem deles pelo sistema socioeducativo.

Portanto, essa juventude exterminada possui “cara”, seu perfil está bem delineado: é o morador dos territórios segregados, da periferia, das favelas, é o jovem do sexo masculino, pobre, negro. “[...] De cada 100 pessoas que sofrem homicídio no Brasil, 71 são negras. Jovens e negros do sexo masculino continuam sendo assassinados todos os anos como se vivessem em situação de guerra” (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2017, p. 30).

A **questão racial** também está presente nas histórias apresentadas, em especial por uma interlocutora com maior incidência, outras não destacam essa questão e há quem não identifique a questão racial como sendo um dado relevante no sistema socioeducativo:

[...] depois que eu conheci CRIOLA, aonde... é uma instituição de mulheres negras, aonde eu fui entender de fato todos esses preconceitos e o que era racismo que eu não sabia, eu nunca tinha sofrido, quer dizer, eu achava que nunca tinha sofrido, eu não entendia... O que você não entende você não percebe, você não sabe, então quando eu fui entender o que era, quando eu fui me ver enquanto uma mulher negra, que eu não me via enquanto uma mulher negra, então quando eu fui me enxergar enquanto uma mulher negra... então assim... então eu fui abrindo meus horizontes, e aí o que acontece [...] (Mônica Cunha, julho de 2017).

Então, o Degase, o que é que ele compõe? A maioria dele é de mulheres negras nas portas dessas Unidades e a maioria de internos são jovens, são adolescentes negros. Essa é a composição das Unidades socioeducativas do Estado do Rio de Janeiro. Então é sobre isso que a gente tem que falar. E foi

⁷⁸ Entre 15 a 29 anos. Grifo nosso.

⁷⁹ FONTE: ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2017.

sobre isso que eu me deparei, enxerguei e acordei (Mônica Cunha, julho de 2017).

Existe muita discriminação, entendeu? Eu nem falo tanto na cor. O pessoal que trabalha muito na cor, eu não trabalho. Sabe por que? Eu entro na Unidade, eu vejo meninos branquinhos, entendeu? Eu vejo sim, a discriminação por que? De quem mora em comunidades carentes (Valéria, agosto de 2017).

Apesar da questão racial não aparecer de forma incisiva nas falas colhidas, estatisticamente podemos afirmar que a maioria dos adolescentes atendidos pelo Degase se identificam como pardos ou negros⁸⁰, tomando por base a pesquisa do IPP abordada no capítulo II do presente estudo. Evidencia-se que esta questão se apresenta mais presente nas narrativas das representantes que se encontram há mais tempo no processo de militância do *Movimento de Mães dos Meninos do Degase*, não só pelo acúmulo histórico vivido no sistema socioeducativo, como também pela possibilidade de análise política constituída a partir da militância em variados grupos de movimentos sociais.

Também foram identificadas narrativas sobre a questão dos *maus tratos* dentro do sistema socioeducativo:

Hoje não estou dizendo que seja a maioria, mas ainda tem maus tratos. Da pessoa que vai fazer o serviço geral, que vai limpar o chão, para ser claro, até o diretor, é tudo a mesma coisa. Por que? Porque tristemente também... porque na hora que tinha alguma rebelião, na hora que acontecia alguma coisa grave, até as pessoas da limpeza se achavam no direito de bater, então eles não viam diferença, já que todo mundo era agressor...porque todo mundo quer bater, todo mundo quer brigar, ninguém fazia nada, por isso que eles botavam todo mundo num saco só e amarrava (Mônica Cunha, julho de 2017).

“Fulana” não tragava o Degase e, como até hoje ela não traga, e eu já entrei... já vendo...eu não sei... algumas pessoas... a “Fulana” me chamou de “capitã do mato”. Eu não sou capitã do mato. Simplesmente eu conhecia agente e o agente “sócio espancador”, entendeu? E eu conseguia ver também o lado social deles, entendeu? Alguns sofrem, sofrem com o adolescente. Só que é um sistema que adoece (Valéria, agosto de 2017).

Quando entraram dentro das Unidades... não vou dizer que as Unidades ... eu tenho uma visão das Unidades muito precária, sempre foi e como eu continuo acompanhando, eu tenho uma vaga impressão que no lugar dela melhorar, ela só piora em relação aos meninos. Existem casos...eu nunca acreditei que

⁸⁰ 78,5% dos meninos e 68,4% das meninas das unidades do Degase são negros/pretos ou pardos. (CADERNOS DA JUVENTUDE, 2016)

meus filhos estariam seguros dentro de uma Unidade, sempre tive muita preocupação[...] (Glória, julho de 2017).

Todos os problemas dentro das Unidades...tudo o que acontece lá dentro, coisas que até que...nem é bom comentar, mas o meu filho conseguiu [...] (Nissa, julho de 2017).

Observamos que as narrativas em relação aos maus tratos muitas vezes se apresentam escamoteadas e até veladas, nos induzindo a uma análise de que essa postura pode passar pelo receio de exposição das interlocutoras; fato este perfeitamente compreensível, pois apesar da maioria das entrevistadas não estarem na condição de famílias, sendo acompanhadas atualmente pelo sistema socioeducativo, encontram-se ocupando uma “posição política”, enquanto representantes das entidades do Movimento de Mães. Verificamos, ainda, que a fala mais explícita em relação a condição de maus tratos nas unidades do Degase é produzida por uma liderança que hoje possui assento em conselho de direito, enquanto entidade, bem como militância na Comissão de Direitos Humanos da ALERJ, apresentando um perfil mais politizado.

Importante destacar que a questão de maus tratos está diretamente vinculada a violação de direitos humanos e ratifica a permanência do caráter punitivo e coercitivo, de uma linha correcional, dentro do sistema socioeducativo no Estado do Rio de Janeiro. Poucos avanços têm sido identificados na prática, isto é, na operacionalização das ações efetivamente socioeducativas, com base em intervenções pautadas no acolhimento, num caráter mais individualizado e não “maciço”, e objetivando um atendimento mais articulado com os demais sistemas de proteção⁸¹ voltados para esse adolescente e sua família. Traduzindo, assim, o princípio norteador do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE: propiciar a articulação entre as políticas sociais básicas. Portanto, é evidente a interface da política socioeducativa com a política de assistência social e demais políticas sociais.

Em outras narrativas colhidas foram observadas a preocupação por parte das interlocutoras, enquanto representantes de grupos de movimentos sociais, com a **garantia de direitos** dos adolescentes que se encontram em cumprimento de medidas socioeducativas e suas famílias, isto é, a implementação efetiva de uma **política socioeducativa**:

Eu ficava em pé naquela pedra, com o ECA aberto, cedo; eu só lia o que era relacionado adolescente autor de ato infracional... só lia medida socioeducativa. Então, assim, eu ia lendo e ali foi inflamando... e aí esse próprio agente que me ajudou me dando o Estatuto, ele também já tinha uma

⁸¹ Sistema Educacional/Sistema Único de Saúde/Sistema Único de Assistência Social/Sistema de Justiça.

ligação com ONG, já fazia uns trabalhos, não só para aumentar sua renda, mas também porque gosta, porque quer fazer, enfim...porque acredita...E aí uma entidade nessa época estava com um projeto muito bom para trabalhar com essas famílias e adolescentes. E aí quando eles me conheceram através desse agente foi aonde eu fiquei sendo essa ponte de ligar... eu só fazia Santo Expedito porque foi ali que eu iniciei... Hoje o familiar sabe que é um defensor, ele muitas das vezes não está lá, mas os estagiários que está lá, e que tem muitos... “ah, o estagiário...” não, ele está lá trabalhando, ele é o braço do defensor ali, entendeu? A gente sabe hoje e aí quando você leva um familiar... que essa é uma das funções do Moleque... vamos conhecer o que é o CRESS.... Então, quando eu levo essas mães que eu levo sempre no CRESS quando tem algum Seminário, alguma reunião, é para entender qual é a função do Serviço Social (Mônica Cunha, julho de 2017).

[...] naquele tempo a gente sempre tinha uma atuação...estava inibindo alguma coisa, entendeu, dando algum conhecimento às famílias, entendeu, então eu acho importante sempre ter grupos trabalhando com familiares que automaticamente... antigamente, no meu tempo, a gente não tinha para onde correr, a gente não sabia. Foi através desses movimentos que as mães sabem, tem o conhecimento de uma Defensoria, de um Direitos Humanos, apesar de hoje quase ninguém acreditar, entendeu? Tem muita coisa que só tem só no papel, não acontece, mas a gente ainda encontra pessoas comprometidas com essa causa, entendeu, então é importante (Valéria, agosto de 2017).

Eu gosto de ver como os meninos estão porque eu e a Valeria, quando a gente está lá, a gente vê se eles estão sendo medicados, como é que está o processo deles. Tem mãe da primeira passagem que não sabe de nada e a gente senta nas mesas no dia da visita e começa a orientar elas a procurar um promotor, um defensor, CEDECA, alguns órgãos, que possam orientar elas melhor, então isso pra gente é muito bom, eu gosto de trabalhar dentro das Unidades, mas eu sinto que a AMAR, ela tá precisando agora de um empurrão, sabe, e que eu preciso ver o que a gente vai fazer... me ajuntar com alguém... então esse é o objetivo da AMAR agora: ensinar a mãe a fazer algumas coisas e encaminhar os filhos delas pra outros projetos (Glória, julho de 2017).

E depois eu consegui falar para ele que ele não estava cheio de ódio, que ele estava revoltado com ele esmo, mas que lá dentro tinha uma assistência social para ele conversar. Que ele procurasse essa assistente social e falasse dos sentimentos para ela porque para mim ele não podia falar porque a gente fica numa mesa, aonde a gente está vigiada, então a nossa conversa tem que ser muito assim, medida, a gente não pode falar de tudo que a gente sente, de tudo que a gente acha, de tudo que a gente quer (Nissa, julho de 2017).

As falas ora do lugar de movimento de mães, ora enquanto mãe atendida pelo sistema socioeducativo fortalece a importância do trabalho com as famílias desse sistema, como forma de garantia de direitos dessa família e como uma ação que deveria ser desenvolvida pela política socioeducativa; são exemplos da fragilidade que está posta em relação ao atendimento socioeducativo que deveria estar pautado em práticas sistemáticas que assegurassem esses direitos dos adolescentes e suas famílias. Entretanto, ao mesmo tempo são narrativas que

também exemplificam ações dessas mães, enquanto movimentos organizativos, que devem exercer o controle social dessa política social que está sendo implementada.

As histórias contadas e vividas por essas representantes do Movimento de Mães nos permitiram tecer essas análises, além de propiciar um resgate do processo de construção do movimento. Tal resgate só foi possível a partir da memória coletiva por parte de interlocutoras que fundaram o Movimento de Mães, podendo narrar a história de organização desse movimento a partir de suas visões enquanto grupo, e assim, nos permitindo entender as dificuldades encontradas para manutenção desse grupo organizativo até os tempos atuais.

Transcrevemos parte dessas narrativas, inicialmente em relação a motivação para implantação do Movimento de Mães nos anos 2000:

Eu iniciei, essa minha luta por direitos daqueles adolescentes e essas famílias, porque quando o R.S.C. entra aos quinze anos nos anos dois mil (2000 ... final de 2000, início de 2001... eu... sem entender nada, eu não conhecia, eu nem sabia que existia diferença de medida socioeducativa para sistema carcerário. Para mim você fazia alguma coisa errado você ia preso, então eu fui descobrir isso quando o meu filho foi cumprir. Mas a partir dessa descoberta, você não tem, pelo menos eu no meu tempo, não tive dentro do DEGASE na época, pelo menos na primeira entrada, eu só fui ter um apoio na terceira entrada dele, eu digo, um apoio que foi um agente mesmo que foi me localizar um pouco o que que era aquilo porque nas duas primeiras entradas eu não tive ninguém que me falasse de fato o que era aquilo, se aquilo era um lugar que cumprisse medidas socioeducativas ou se era para piorar. Não tive essa explicação (Mônica Cunha, julho de 2017).

E aí a gente foi indo assim. Primeiro era um par, eu e ele (agente socioeducativo) nessa troca sobre o Estatuto (ECA), aí eu comecei a perceber - a necessidade de falar isso para outras mães. Eu não sei porquê... eu sempre ficava na fila e ... eu via elas falando, as mães e os familiares muito assim...elas tinham uma fala ali naquela fila, quando eu ficava junto com elas, que era falando de outros filhos que estavam dentro do sistema penal, elas falando da vida dentro de casa, elas falando daquela semana que tinham passado até aquele dia chegar, enfim...e eu ficava assim meio que boiando porque essa não era a minha realidade, eu não tinha outros familiares dentro de sistema nenhum, aquela era a minha primeira vez a ter um filho numa situação dessa... é... eu não tinha histórias pra contar de favela porque eu nunca morei na favela, não nasci na favela, não tenho a menor ideia. Até eu ser acometida nessa situação, não no ESE, sem estar com um filho nesse sistema, então assim, eu não tinha muito assuntos para falar com aquelas pessoas da fila então eu acho que foi por isso, que eu não tinha muito como dialogar com elas, que eu resolvi mostrar o Estatuto que o rapaz (agente socioeducativo) estava mostrando para mim, mostrar para elas. E foi daí que o Movimento Moleque começou a nascer, mas não que eu estava entendendo isso (Mônica Cunha, julho de 2017).

E aí ele deu internação. Aí acabou. Aí foi parar no ESE. E dali eu comecei o trabalho. Quando eu cheguei no ESE, cheguei revolucionando aí. Eu chego

lá em dois mil e um (2001) e conheci o diretor da unidade, SR. A... ele me fez crescer bastante. É ... algumas pessoas dizem que ele queria as mães do ESE ali, né, mas eu sempre falava com ele assim: eu preciso... eu não nasci para ser presa, eu tenho que sair. Foi uma época tão ruim: o. DEGASE não tinha nada. Eram pilhas e pilhas de processo e eu justamente... Sr. A ... criou uma Comissão de Mães. Era eu, uma menina aqui da Mangueira – M., J. e tem uma outra que andava comigo, mas menina, eu não me recordo o nome dela (Valéria, agosto 2017).

Ambas narrativas reiteram que o *Movimento de Mães dos Meninos do Degase* surge a partir de demandas pessoais de mães que vivenciam a história de apreensão e privação de liberdade de seus filhos, e a luta das mesmas pelas condições precárias dentro das unidades de internação e a garantia de direitos dos mesmos dentro do sistema socioeducativo.

Identificamos falas que nos levam a algumas constatações sobre como esses grupos iniciaram suas ações dentro do sistema socioeducativo:

Quando foi na terceira entrada do R.S.C. eu lembro que um agente... E aí ele me apresentou o Estatuto da Criança e do Adolescente. Ele na época era agente socioeducativo do ESE que é o famoso Educandário Santo Expedito, que é o terror desse sistema até hoje... E aí a gente foi indo assim. Primeiro era um par, eu e ele (agente socioeducativo) nessa troca sobre o Estatuto (ECA), aí eu comecei a perceber - a necessidade de falar isso para outras mães. Eu não sei porquê... eu sempre ficava na fila e ... eu via elas falando, as mães e os familiares muito assim...elas tinham uma fala ali naquela fila, quando eu ficava junto com elas, que era falando de outros filhos que estavam dentro do sistema penal, elas falando da vida dentro de casa, elas falando daquela semana que tinham passado até aquele dia chegar, enfim...e eu ficava assim meio que boiando porque essa não era a minha realidade, eu não tinha outros familiares dentro de sistema nenhum, aquela era a minha primeira vez a ter um filho numa situação dessa... é... eu não tinha histórias pra contar de favela porque eu nunca morei na favela, não nasci na favela, não tenho a menor ideia. Até eu ser acometida nessa situação, não no ESE, sem estar com um filho nesse sistema, então assim, eu não tinha muito assuntos para falar com aquelas pessoas da fila então eu acho que foi por isso, que eu não tinha muito como dialogar com elas, que eu resolvi mostrar o Estatuto que o rapaz (agente socioeducativo) estava mostrando para mim, mostrar para elas. E foi daí que o Movimento Moleque começou a nascer, mas não que eu estava entendendo isso (Mônica Cunha, julho de 2017).

Havia sido criada a Secretaria de Direitos Humanos e alguns dessa secretaria estava visitando o ESE. Era festa do dia das Mães! E aí, um agente (não recordo o nome!) pegou o microfone e falou que tinha uma mãe que atuava ali dentro do ESE e que a Secretária tinha que escutar. Aí eu fui falar. Aí nisso ele, o I. (da secretaria), se comprometeu a fazer eu conhecer a R.S. que estava com um filho, lá no EJLA e também fazia o mesmo trabalho, só que a gente não se conhecia. E aí teve um encontro lá na Lapa, eu e R. E aí a gente se comprometeu: eu fiquei com a responsabilidade de visitar todas as unidades e colher mãe que quisesse fazer esse trabalho. Nessa época a direção que estava no DEGASE abriu as portas das Unidades. (Valéria, julho de 2017).

Essas narrativas resgatam a memória coletiva do grupo e confirmam o histórico de que os grupos organizativos do Movimento de Mães surgiram inicialmente com ações pontuais nas diversas unidades de privação de liberdade, lideradas por diferentes mães que possuíam seus filhos nessas respectivas unidades. Posteriormente, o movimento foi se adensando com a articulação entre essas lideranças formatando-se os grupos organizativos do Movimento de Mães. Consideramos alguns fatores importantes nesta composição dos grupos: a capacidade de articulação de cada representante, possuindo algumas delas um perfil mais político; e, a proposta a ser desenvolvida e conseqüentemente o objetivo de atuação desses grupos. Importante ressaltar que a conjuntura daquela época propiciou um nível de interferência na política de atendimento socioeducativo, considerando que os diversos atores envolvidos no sistema de garantia dos direitos tiveram que dialogar por ações de resistência dos movimentos sociais ligados a proteção da criança e do adolescente (MOREIRA, 2015). Outro dado importante é que o Estado do Rio de Janeiro havia vivenciado históricos de massacre de crianças e adolescentes na década de 1990⁸².

É relevante destacar o contexto institucional em que esses grupos foram implantados: a gestão do Degase por um agente socioeducador⁸³ que possuía uma trajetória voltada para o Movimento de Meninos e Meninas de Rua, “... tinha pretensões de gerenciar o sistema socioeducativo retomando a lógica dos CRIAMs⁸⁴ do final dos anos de 1980” (MOREIRA, Celeste, 2015, p. 07).

Transcrevemos ainda, trechos das narrativas que apontam as ações e projetos desenvolvidos atualmente por esses grupos organizativos, visando propiciar o entendimento de como esse Movimento de Mães se apresenta no contexto de realização da presente pesquisa:

Hoje o maior foco são os familiares de adolescente autor de ato infracional, só que nós temos dois recortes. Um recorte racial profundamente, que essas famílias, como já falei no início, são famílias negras, monoparentais porque é por uma pessoa que é uma mulher, essa mulher negra. Então tem esse recorte racial grande e tem hoje também o recorte, dos jovens, adolescentes e jovens que tão sendo assassinados (Mônica Cunha, julho de 2017).

[...] a AMAR já teve num estágio muito avançado... nós tínhamos curso de costura aqui. Aqui na sede mesmo... Costureira...o espaço apresentável... aí eu tive uma depressão... através desse trabalho com famílias. Uma decepção muito grande que eu tive. E aí eu não só me afastei das Unidades como me afastei também do espaço. E aí agora nesse momento, vem a P. (liderança do Morro da Providência) e eu retorno chamando a Gloria. Nissa, mamãe que...ela estava muito pra baixo... eu pego ela na porta do Padre Severino...

⁸² Chacina da Candelária em 1993 e Chacina de Acari em 1990.

⁸³ Sidney Teles em 2002.

⁸⁴ Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor – CRIAM.

ela se une a gente. Nissa é mais recente. E aí está se iniciando de novo. É, retomando a história do curso de costura aqui na sede e eu estou criando forças, para refazer de novo a cartilha porque isso é um troféu que eu tenho, aquela cartilha. Essa cartilha foi... ficou muito marcada na minha vida. Foi uma cartilha feita em parceria com o CEDECA, a AMAR. À princípio, aquela cartilha eu digitava ela e imprimia em folhas. Como a gente sempre teve o apoio do P., sempre me acompanhou... o P. era da São Martinho. Agora ele é do CEDECA. Aí a entidade compra a ideia. Essa cartilha foi feita em dois mil e quinze (2015). Fizemos uma condensação dela e que foi essa que foi impressa recentemente... poucas tiragens... para gente poder fazer o trabalho... para fazermos o trabalho com as famílias no GCA, no Criaad Bangu, na porta dos fóruns, [...] (Valéria, agosto de 2017).

[...] eu gosto muito de estar dentro da AMAR, eu queria botar esses projetos para funcionar. Os projetos de costura porque a gente pretende trazer algumas mães para ensinar elas a modelar, costurar, para elas poderem ter alguma renda também. Tem também artesanato porque eu acho que quando elas ocupam o tempo delas com alguma coisa e estão juntas de outras mulheres, isso aí desenvolve a mente delas, traz mais fortalecimento. Mas eu não quero ficar só aqui dentro, na AMAR, presa aqui não. Eu ainda quero voltar para dentro das Unidades porque eu gosto de trabalhar dentro das Unidades também. Eu gosto de entrar, de conversar com os meninos, eu gosto de conversar com eles, eu gosto de saber porque eles estão insistindo em estar ali e mostrar para eles o que já passei, o que os meus já passaram, eu tenho uma história que eu quero passar para eles: “olha, meu filho já passou por aqui” - e eu quero passar para eles. Que tudo aquilo que eles tão vivendo, que essas ilusões que estão na vida deles é tudo passageiro, e mais, que pode acabar com eles, com a vida deles e é uma escolha que eles têm que olhar (Glória, julho de 2017).

[...] a ideia agora é investir um pouco nas escolas. Fazer a prevenção. Levar assim, para esses meninos... porque a palavra deles, é assim: “nada vai acontecer comigo, sou de menor”. Então eles acham... na cabeça deles eles acham que por eles serem de menor, nada vai acontecer. Vai passar uma noite na delegacia, no dia seguinte estão em casa, não é assim que funciona, a gente vê que não é assim que funciona. E essa uma noite na delegacia... nossa... isso pode... isso pode vir a acarretar uma modificação de vidas, do jeito deles pensarem, porque não é uma noite de lazer dentro de uma delegacia. Eles ficam num lugar pequeno, úmido, com fome e às vezes sofrem até agressão física lá dentro e fora a agressão verbal (Nissa, julho de 2017).

Destacamos também como esses grupos se apresentam nos tempos atuais em relação a articulação com demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos – SGD, conforme explicitado nos recortes das narrativas:

Hoje o Movimento Moleque é conselheiro do CEDCA, que abrange o Estado todo... tem uma conceituação... tem todo um entendimento das políticas que rege... a política do DEGASE ela tem que passar pelo Conselho, pelo CEDCA, mas hoje a Monica Cunha que também é coordenadora do Movimento Moleque, ela trabalha, ela é funcionária da Comissão de Direitos Humanos da ALERJ. E também trabalha dentro da Instituição CRIOLA. Trabalho articulado com a política de assistência, os CRAS e CREAS e também com os

conselhos profissionais: CRP e CRESS. Tenho feito palestras junto ao Ministério Público. Tenho assento dentro do Comitê dentro da Rede Rio Criança (Mônica Cunha, julho de 2017).

A AMAR além das parcerias com CEDECA, Ministério Público, possui parceria com a ANCED e a RENADE...já participei de seminários na RENADE. A AMAR é a nível nacional e possui várias parcerias. Atua em dezesseis estados do Brasil. A primeira AMAR foi em São Paulo depois veio o RJ. Eu implantei no Rio (Valéria, agosto de 2017).

Identificamos alguns entraves em relação a sustentabilidade desses grupos, como podemos destacar nos trechos das narrativas em destaque:

Então eu estou preparando duas mães para estarem trabalhando comigo, estarem correndo as sete freguesias... coisa que eu já fiz há um tempo atrás, mas o tempo vai... quer dizer... já diz o Movimento, já diz o nome, é um movimento, então você sempre se modificando e as pessoas foram saindo e o movimento precisa continuar, você precisa ter gente tá dentro de todas essas articulações políticas e garantia de direitos, então tem que ter as pessoas dentro das reuniões, dentro das atuações, então assim... coisa que eu não posso hoje estar dentro de tudo [...] (Mônica Cunha, julho de 2017).

Eu pretendo voltar ainda nas Unidades, mas para gente voltar dentro das Unidades, a gente tem que estar bem, bem psicologicamente, para poder conversar com os meninos e até uns dias atrás eu não estava me sentindo porque quando eu entrava lá dentro eu ainda estava assim, sentia assim, o choque de ver os meus filhos lá, você entende? Por exemplo, se eu for dentro do Degase, quando eu entrar naquele portão, para mim eu estou indo visitar P.R., que é um dos meus filhos falecidos, esse último, então eu ainda tenho que tirar isso. Ele não está lá. Eu não posso entrar lá pensando nisso. Eu tenho que entrar lá sabendo exatamente o que é que eu vou fazer, então eu preciso melhorar nisso, mas eu gosto de trabalhar dentro das Unidades (Glória, julho de 2017).

[...] A AMAR tem este prédio onde está a sede que foi cedido para gente. Para sobreviver a gente subloca o espaço, mas os aluguéis nem sempre estão sendo pagos, inclusive o galpão aqui ao lado [...] (Valéria, agosto de 2017).

[...] quando as instituições tinham bastante projetos que elas escreviam e ganhavam, tanto daqui próprio do Brasil, como do exterior... então o que acontece...eu sempre gostei de trabalhar nesse perfil... elas escreviam... eu até sentava junto, escrevia com elas, elas mandavam, conseguiam o recurso e depois a gente trabalhava junto. Mas isso acabou porque ninguém ganha dinheiro para nada, então tem algumas instituições como o Fundo Brasil... algumas outras que aí o Movimento Moleque vai...que... por exemplo, o da FASE, eu consegui mas tem o CNPJ... aí quem é esse guarda chuva? É a Justiça Global que recebe o dinheiro e me repassa (Mônica Cunha, julho de 2017).

Constatamos a partir das transcrições destacadas, em relação as ações e projetos desenvolvidos atualmente por esses grupos organizativos, a articulação com demais órgãos do

Sistema de Garantia de Direitos – SGD e os principais entraves em relação a sustentabilidade desses grupos, que o *Movimento de Mães dos Meninos do Degase*, ainda se apresenta como referência de resistência, enquanto movimento social, acompanhando as ações e a execução da política socioeducativa. Contudo, apresenta fragilidades de sustentabilidade como movimento por não possuir um aporte financeiro, bem como uma sistemática no desenvolvimento de suas ações, tanto pela rotatividade de seus membros militantes, e ainda, das dificuldades de cunho subjetivo e emocional a que estão sujeitos esses representantes do movimento.

As entrevistas, as narrativas e as falas realizadas propiciaram que as representantes do Movimento de Mães pudessem construir as histórias orais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos anos 2000 se inicia o processo de organização de mães a partir do sistema socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro, objetivando denunciar os maus-tratos que seus filhos vivenciavam, e na luta por melhores condições no atendimento desses adolescentes que se encontravam privados de liberdade; tínhamos um contexto de implantação de novos paradigmas norteados por marcos legais como o Estatuto da Criança e do Adolescente. A garantia dos direitos humanos e a Doutrina da Proteção Integral estavam sendo apregoadas. Apresentava-se uma conjuntura favorável para construção e implementação de grupos organizativos de movimentos sociais. De acordo com o MOREIRA (Celeste Anunciata):

Em vista das denúncias apresentadas pelas entidades de direitos humanos foi aberto um canal de negociações entre o governo do estado e as famílias dos adolescentes. Ainda que sua duração tenha sido apenas por um curto espaço de tempo, tal processo parece ter sido influenciado por uma conjuntura política favorável às pressões populares. Se não ocorreu a transformação de uma estrutura punitiva em uma instituição educativa, a presença da sociedade civil modificou, em algum nível, as relações de poder estabelecidas, de modo a responder às demandas sociais apresentadas. Na ocasião, o DEGASE estava vinculado à Secretaria de Estado da Infância e Juventude, que teve como titular da pasta Evandro Barbosa Steele durante o período entre 2005 e 2006. O Secretário, um procurador de justiça do Estado e professor de Criminologia, facilitou o contato entre os profissionais do sistema socioeducativo e os movimentos sociais de defesa de direitos da criança e do adolescente. Aquele momento pode ser ilustrado pelo contato entre o governo do estado e o Grupo Moleque - uma entidade organizada por mães de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no estado. Na mesma época o grupo também produziu um relatório intitulado “O Sistema Socioeducativo na Visão das Mães: Documento Diagnóstico e Propostas 2005” (MOREIRA, Celeste Anunciata, 2015, p. 08).

Década em que surgiram sucessivamente as entidades AMÃES, AMAR RJ e o Movimento Moleque, dentro de um contexto político que propiciou e estimulou a organização desses variados grupos de resistência que tiveram na mulher, mais precisamente na figura materna, o elo para luta de seus direitos. Exatamente o que FREITAS (2000) denominou como “Mães em Luta”, configurando a politização da maternidade, onde a figura materna se destaca como o ator principal das lutas políticas.

O Movimento de Mães dos Meninos do Degase que nasce a partir da iniciativa de algumas mães, por estarem com seus filhos no sistema socioeducativo, hoje se configura de forma diferenciada em sua composição enquanto grupo, apresentando antigas militantes que implantaram esse movimento, como também novas mães que se somaram a esses grupos ao longo do tempo. Importante observar que ao falarmos das militantes que implantaram o

movimento, devemos destacar dois aspectos importantes: primeiro o tempo decorrido entre a implantação e o momento atual, perfazendo cerca de dezesseis anos no caso da representante da AMAR RJ e quatorze anos a do Movimento Moleque; segundo, e mais tênue é que o principal motivo que provocou o processo de organização dessas mães, isto é, os filhos que estiveram no sistema socioeducativo, foram assassinados há cerca de dez anos; o que nos levaria a concluir que hipoteticamente não haveria mais motivo óbvios ou razão plausível, para que essas representantes ainda permanecessem por esse longo período no processo de resistência política.

Mas então, o que motivaria essas Mães a continuidade nesse processo de militância por tanto tempo, após a morte de seus filhos?

Pelas histórias orais narradas por essas mulheres, as razões pela continuidade na luta se distinguem: para uma delas, pelo pedido feito pelo filho antes da morte, sendo este uma justificativa para sua permanência nesse processo; para outras representantes é a forma de continuar lutando para que demais famílias não passem pela mesma história de perda; para outra representante, porque se identificou com a organização política, encontrando na militância a sua razão de ser e de viver.

Quando ele foi assassinado, ali eu tive a oportunidade de sair fora disso porque o foco principal tinha acabado. Está bom... ficou todo o conhecimento, ficou o querer e a sensibilidade pelos outros? Sim, mas o foco principal tinha acabado. Então quando eu decido ficar com ajuda das outras, dos outros familiares que já compunham o Movimento Moleque, aí é que eu pude escolher. Então hoje eu digo para você: eu estou porque eu gosto. Eu estou porque me identifiquei. Então assim, eu não conheço e eu não sei se falar para mim: “ Monica, volta, para de fazer o que você faz e volta”. Volta para onde? Eu não sei voltar. Está, claro, eu esqueci quem eu era? Não. Porque quem eu fui é que compôs quem eu sou hoje e que me ajuda a melhorar cada dia mais para o amanhã, entendeu, então assim, essa é a Monica Cunha (risos) (Mônica Cunha, julho de 2017).

Entretanto, chamamos a atenção para o aspecto anteriormente levantado, frente a uma das fragilidades que identificamos na sustentabilidade desses grupos, enquanto movimentos de resistência: a rotatividade de seus membros, considerando a razão pela qual ocorre a adesão de militantes ao movimento – filhos internados no sistema socioeducativo. Hipoteticamente entendemos que a vinculação dessas famílias com o sistema socioeducativo deveria ser apenas por um período, sendo encaminhadas posteriormente para política de assistência social de seu município, seja pelo acompanhamento a ser realizado pela aplicação de medida socioeducativa em meio aberto, ou ainda, por fatores de vulnerabilidade social que essas famílias possam apresentar. Desta forma, as militâncias nesses grupos podem estar sujeitas a contextos de maior esvaziamento, podendo até deixar de existir em determinadas conjunturas.

Atualmente, identificamos a AMAR RJ e o Movimento Moleque como os grupos de resistência que ainda são referências do Movimento de Mães dos Meninos do DEGASE. Apresentam características diferenciadas, bem como vínculos políticos também diferenciados. Ambos se caracterizam com um perfil de grande articulação política, e estreitamente próximos a outros órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos, como o Ministério Público, a Defensoria Pública, o CEDCA, entre outros. Podemos afirmar pelas narrativas colhidas que ambos possuem uma boa relação com o Degase, contudo, passando pelo viés pessoal, não havendo canais, nem fóruns sistemáticos instituídos, visando fluxo de informações entre as representantes dos grupos e a direção geral do Departamento.

Quanto ao papel de controle social da política socioeducativa, verificamos que ambos os grupos acompanham os fóruns oficiais do CEDCA e que um deles, o Movimento Moleque tem assento nesse Conselho Estadual. Portanto, concluímos que ambos, apesar de inserções diferenciadas junto ao conselho de direito, podem garantir a participação social nas instâncias de deliberação da política estadual socioeducativa.

Acabou de ganhar agora. É conselheiro do CEDCA o Movimento Moleque, que o CEDCA abrange o Estado todo... tem uma conceituação... tem todo um entendimento das políticas que rege... a política do Degase ela tem que passar pelo Conselho, pelo CEDCA.... É a instância que você acompanha tudo. Até porque é aonde também se vota recursos para determinadas políticas. Então os familiares têm que estar lá. Quando eu digo Movimento Moleque – que você está entendendo claramente – é isso... é colocar... e ir lá... aí eu estou falando para você, desde lá de trás. Eu estou falando para você lá do início, que eu disse que... que eu te falei que o Movimento Moleque também... Um dos motivos do Movimento Moleque também era fazer com que a sociedade conhecesse esses familiares (Mônica Cunha, julho de 2017).

Dentre as fragilidades identificadas em ambos grupos organizativos, o aporte financeiro se destaca, porque tanto a AMAR RJ quanto o Movimento Moleque só possuem recursos pontuais, de acordo com a narrativas de suas representantes, não possuindo o fortalecimento financeiro necessário para sustentabilidade de suas ações. Pudemos constatar este fato, a partir da dificuldade da AMAR na produção da cartilha que é usada nas atividades de abordagem das famílias, nas portas das unidades do Degase e dos fóruns judiciais. A descontinuidade das ações provocadas pela ausência de recursos financeiros, fragiliza a imagem desses grupos. Provoca uma falta de credibilidade, não permitindo a legitimação dos mesmos, pois não há uma visibilidade de suas ações de forma a garantir suas intervenções, enquanto grupos de resistência e monitoramento da política socioeducativa.

O *Movimento de mães dos meninos do Degase* se caracteriza enquanto grupos organizativos de Movimentos Sociais. Apesar de apresentarem dificuldades na sustentabilidade

de suas ações, por serem grupos autônomos e sem aportes financeiros e, por vezes ocorrendo descontinuidade nas atividades desenvolvidas, são ações que propiciam um processo social criando uma identidade coletiva para o movimento, com base nos interesses comuns. São grupos que adensam o campo de força social na sociedade civil, pois constituem uma instância de resistência a política socioeducativa estabelecida, na busca pelo controle social e monitoramento das ações dessa política.

Apesar de todas vulnerabilidades apresentadas, identificamos na AMAR RJ e no Movimento Moleque um alicerce de sustentação como movimento de resistência: o lugar que essas Mulheres Guerreiras assumiram enquanto Mães e que mesmo após a morte de seus filhos, continuam lutando por outras famílias, levando as vozes daqueles que já partiram e para que outras mães não vivenciem a mesma dor, com a perda de seus filhos.

[...] somos mães, apenas mães, pretas, pardas, brancas, amarelas, gordas, magras, apenas Mães. (Glória, julho de 2017).

Este é um lugar de pertencimento que mesmo com toda dor que traz, permite que essas mulheres se identifiquem e se vejam enquanto grupo, com anseios próprios de grupos, construindo suas histórias orais.

REFERÊNCIAS

ÁLVAREZ, Sonia. La (trans)formación del (los) feminismo(s) y la política de género em la democratización del Brasil. In: LEON, M. (Org.). **Mujeres y participación política**. Avances y desafíos en América Latina. Bogotá: Tercer Mundo, 1994.

AFONSO, Maria Lúcia Miranda; FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. **A centralidade da figura materna nas políticas sociais dirigidas a famílias**: um argumento pela equidade. *Paper* apresentado no XXI Encontro Anual da ANPOCS, 1995.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2ª ed., Rio de Janeiro: ED. Guanabara, 1981.

ARMAZEM DOS DADOS. Pesquisa sobre Jovens Cumprindo Medida Socioeducativa de Internação em Unidades do Degase no Município do Rio de Janeiro. **Agentes da Transformação**. Instituto Pereira Passos, 2016.

BADINTER, Elisabeth. **Um Amor conquistado**: o mito do amor materno; tradução de Waltensir Dutra. — Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARROS, Nivia Valença et. al. **Juventude e Criminalização da Pobreza**. Educere et Educare. Revista em Educação, v. 3, n. 5, jan.-jun./2008.

BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro**: Dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003, 2ª reimpressão, outubro de 2014.

_____, Vera Malaguti. **Introdução Crítica à Criminologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

_____, Vera Malaguti. Adesão subjetiva à barbárie. In **Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

_____, Vera Malaguti. “**O Realismo Marginal**: criminologia, sociologia e história na periferia do capitalismo”, Rio de Janeiro, mimeo.

BENJAMIM, Walter. **Obras Escolhidas I**: Magia e técnica, arte e política, 7ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação; tradução Mariza Correa - São Paulo: Papyrus, 1996.

BONETTI, Aline; FLEISCHER, Soraya. “Diário de campo: (Sempre) um experimento etnográfico-literário?” (Org. Alinne Schuch e Soraya Fleischer), **Entre saias justas e jogos de cintura**. Florianópolis, Ed. Mulheres: Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

BRASIL. **Atlas da Violência 2017**. Ministério de Planejamento Desenvolvimento e Gestão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (Título VIII – Da Ordem Social).

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: **Secretaria de Estado dos Direitos Humanos**, Departamento da Criança e do Adolescente, 2002.

BRISOLA, Elisa. **Estado penal, criminalização da pobreza e Serviço Social** /Penal State, criminalization of poverty and social work. *SER Social*, Brasília, v. 14, n. 30, jan./jun. 2012.

CADERNO DA JUVENTUDE CARIOCA. **Agentes da Transformação**, IPP, 2016.

CARLOTO, Cássia Maria; CASTILHO, Cleide de Maria Viana. **O familismo na política de Assistência Social**: um reforço à desigualdade de gênero? Trabalho apresentado no Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas. Universidade Estadual de Londrina, junho de 2010.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**, São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CALVINO, Ítalo. A palavra escrita e a não-escrita (org. Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado). **Usos & Abusos da História oral** - 8ª edição - Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Disponível em <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/85352-processos-criminais-representam-14-das-aco-es-na-justica-estadual>. Acesso em 06/10/2017.

COSTA, Suely Gomes. **Proteção Social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva**, Revista Estudos Feministas, v. 10, n. 2, Florianópolis, 2002.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O Movimento Feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção Política (org. Hildete Pereira de Melo, Adriana Piscitelli, Sônia Weidner Maluf, Vera Lucia Puga). **Olhares Feministas** – Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2006.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão/ UFSC. Florianópolis, Santa Catarina, v.7, n.12, 2002.

DIAS, Mônica. " A pesquisa tem 'mironga': notas etnográficas sobre o fazer etnográfico" (org. Alinne Schuch e Soraya Fleischer), **Entre saias justas e jogos de cintura**. Florianópolis, Ed. Mulheres: Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

FERREIRA, Aurélio B. de H. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. São Paulo: Nova Fronteira, 1995.

FONSECA, Cláudia. Classe e a recusa etnográfica, **Etnografias da Participação** (org.: Claudia Fonseca e Jurema Brites). Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

_____, Cláudia. **Crianças em circulação**, *Ciência Hoje*, nº 66, vol. 11, São Paulo: Cortez, 1990.

_____, Cláudia. **Mãe é uma só?** Reflexões em torno de alguns casos brasileiros, *Revista Psicologia USP*, vol. 13, n 2, São Paulo, 2002.

FREITAS, Rita de Cássia Santos. **Mães de Acari preparando a tinta e revirando a praça: um estudo sobre mães que lutam**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Doutorado em Serviço Social/UFRJ. Rio de Janeiro: 2000.

_____, Rita de Cássia Santos et al. **Maternidades e Espaço Público**: diferentes espaços, diferentes respostas. Texto apresentado a IX Reunião de Antropologia do MERCOSUL, Argentina, 2009.

_____, Rita de Cássia Santos et al. Famílias e Serviço social – Algumas Reflexões para o Debate (org. Marco José de Oliveira Duarte e Mônica Maria Torres de Alencar). **Família e Famílias: Práticas Sociais e Conversações Contemporâneas**, Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais paradigmas Clássicos e contemporâneos**, São Paulo: Edições Loyola, 1997.

_____, Maria da Glória. **Movimentos Sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais (org. Maria da Glória Gohn), 3ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

_____, Maria da Glória. **Teorias sobre os movimentos sociais**: o debate contemporâneo, São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura, **A interpretação das culturas**, Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas, 2ª ed. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1993.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**, São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guarara Lopes Louro – 11ª edição - Rio de Janeiro: DP&A ed., 2006.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Disponível em <http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=108>. Acesso em 03/03/2017.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos (org. Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado). **Usos & Abusos da História oral**, Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN – Dezembro 2014. Disponível em http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/documentos/infopen_dez14.pdf. Acesso em 06/10/2017.

LIMA, Ana Nery Correia. **Mulheres Militantes Negras**: a interseccionalidade de gênero e raça na produção das identidades contemporâneas. Artigo apresentado no II CONINTER - Congresso Internacional em Sociais e Humanidades. Pós-graduação em Ciências Sociais. Departamento de Ciências Sociais. Universidade Federal do Maranhão, São Luiz 2013.

LIRA, Vilnia Batista de. **Mães em luta**: a experiência do movimento de mães com filhos em conflito com a lei. Niterói 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói 2004.

LOBO, Elizabeth de Souza. **Mulheres, feminismo e novas práticas sociais**. Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 1, n. 2, 1987.

LOPES, Elis Regina C. L. A inserção familiar no sistema socioeducativo de privação de liberdade e restrição de liberdade no Estado do Rio de Janeiro in **Diversidade, Violência e Direitos Humanos**, Rio de Janeiro: DEGASE, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MACHADO, Paula Sadrine. Entre homens: Espaços de gênero em uma pesquisa antropológica sobre masculinidade e decisões sexuais e reprodutivas (org. Alinne Schuch e Soraya Fleischer) in **Entre saias justas e jogos de cintura**. Florianópolis, Ed. Mulheres: Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

MERLEAU-PONTY. **Vida e Obra**. Coleção: Os Pensadores. São Paulo: abril, 1984.

MIOTO, Regina Célia T. Família e políticas sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete et.al (Orgs.). **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

MOTTA, Ida Cristina R.; GONÇALVES, Tania Mara T. Unidade de Reinserção Social (verbete) in **Dicionário do Sistema Socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro**. Janaina de Fátima Abdalla, Bianca Ribeiro Veloso, Paula Werneck Vargens (orgs.). Rio de Janeiro: Novo DEGASE, 2016.

MOREIRA, Celeste Anunciata B. D. **A construção de um Sistema Socioeducativo no Rio de Janeiro e as lutas sociais**. Trabalho apresentado no XXVIII Simpósio Nacional de História. Santa Catarina, Florianópolis, julho de 2015.

NORMA OPERACIONAL BÁSICA- NOB/SUAS/2005, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº27, de 24 de fevereiro de 2005.

PARADIS, Clarice. A luta política feminista para despatriarcalizar o Estado e construir as bases para a igualdade in **Feminismo, economia e política**: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres / Renata Moreno (Org.). São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2014.

PERROT, Michelle. **“Sair”, História das Mulheres no Ocidente**, (org.: Michelle Perrot e Georges Duby), Porto: Ed. Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1999.

PEREIRA, Potyara A. P. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: MIONE, Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de Leal, Maria Cristina (Orgs). **Política social, família e juventude**: uma questão de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____, Potyara A. P. **Política social: temas & questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

PLANO DECENAL SOCIOEDUCATIVO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Disponível em http://arquivos.proderj.rj.gov.br/cedca_imagens/Admin/Uploads/planodecenalsocioeducativo.pdf. Acesso em 03/03/2017.

PINTO, Célia Regina J. Participação (representação?). Política da mulher no Brasil: limites e perspectivas. In: SAFFIOTI, H.; MUÑOZ-VARGAS, M. (Org.). **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Brasília: Unicef, 1994.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras, **Sociedade e Cultura**, vol. 11, núm. 2, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio, **Estudos Históricos**, vol. 2, n° 3, Rio de Janeiro: Ed. Revista dos Tribunais, 1989.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, e publicada no Diário Oficial da União- DOU do dia 28 de outubro de 2004.

RIBEIRO, Sílvia Maria. **Não vou perder meu filho**: um estudo sobre a importância da família no tratamento de adolescentes em conflito com a lei na visão da equipe multidisciplinar do CITUAD – Ambulatório Nossa Casa. Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social. Centro Universitário Augusto Motta, Rio de Janeiro, 2007.

RUSCHE, George; KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e estrutura social**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia (ICC), 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. **Conceituando gênero**. In: SAFFIOTI, H.; VARGAS, Muñoz N. *Mulher brasileira é assim*. UNICEF: Rosa dos Tempos, 1994. p. 271-283.

SARACENO, Chiara. **Sociologia da família**. Rio de Janeiro: Artes Gráficas, 1997.

SCHUCH, Patrice. “‘O estrangeiro’ em ‘campo’: atritos e deslocamentos no trabalho antropológico” (org. Claudia Fonseca e Patrice Schuch), **Políticas de proteção à infância**: um olhar antropológico, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação & Realidade**. Porto Alegre, jul/dez, 1990.

SIMMEL, Georg. **Sociologia**. São Paulo: 1983.

SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2016 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

SUNKEL, Guillermo. **El papel de La familia em La protección social em América Latina**. Série CEPAL 120. Santiago de Chile, 2006.

TERENCE, Ana Cláudia F.; FILHO, Edmundo E. **Abordagem quantitativa e qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais**. XXVI ENGEPE, Ceará, 2006.

ZAFFARONI, Eugenio R. A criminologia como instrumento de intervenção na realidade. In: **1º FÓRUM DE DEBATES SOBRE O PROCESSO DE PRISIONIZAÇÃO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO**, Escola de Serviço Penitenciário do Rio Grande do Sul e Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre: PUC/RS, 21/24/03/1990.

_____, Eugenio R. **Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal**. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

_____, Eugenio R. La estigmatización territorial en la edad de la marginalidad avanzada. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 37, n. 158. São Leopoldo: Universidade Vale Rio dos Sinos, jan.-jun./ 2001.

WACQUANT, Löic. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Coleção Pensamento Criminológico. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001. Revan, 2003.

ANEXOS

Anexo A - Roteiro da entrevista

SEXO: _____ GÊNERO: _____

ORIENTAÇÃO SEXUAL: _____

IDADE: _____ ESCOLARIDADE: _____

PROFISSÃO: _____ RELIGIÃO: _____

NATURALIDADE: _____

ÁREA DE ATUAÇÃO: _____

- 1) Você possui quantos filhos? Algum de seus filhos encontra-se em unidade do DEGASE atualmente?
- 2) Quando e em que contexto surgiu esse movimento de organização de mães? De que forma foi processada sua organização na época? Com que objetivo?
- 3) Como se deu o seu engajamento no movimento na época? Porquê?
- 4) Por quanto tempo você está engajada nesse movimento? Porquê?
- 5) Quais as ações desenvolvidas inicialmente? E agora, que ações estão acontecendo? Como se aproximam das famílias?
- 6) A entidade recebe algum recurso para se manter?
- 7) Possui uma sede própria ou referência de espaço físico?
- 8) Apresenta ações articuladas com os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos?
- 9) Como se dá a relação da entidade junto ao DEGASE?
- 10) Como é o diálogo com as famílias acompanhadas hoje pelo sistema socioeducativo?
- 11) Possuem articulação com as unidades da política de assistência – CREAS e CRAS? E outras instituições?
- 12) A entidade possui documentos, projetos ou relatórios já produzidos?

Anexo B - Termo de consentimento livre e esclarecido

Título do Projeto: EM NOME DO FILHO! UM ESTUDO SOBRE O “MOVIMENTO DE MÃES DO DEGASE”

Pesquisador Responsável: IDA CRISTINA REBELLO MOTTA

Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE -

Telefones para contato: (021) 2629-2752

Nome do voluntário: _____

Idade: _____ anos R.G. _____

O (A) Sr. (a) está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa “EM NOME DO FILHO! UM ESTUDO SOBRE O “MOVIMENTO DE MÃES DO DEGASE”, em virtude de sua importante participação na organização desse “movimento”. A pesquisa é coordenada pela estudante de mestrado em Política Social do curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense IDA CRISTINA REBELLO MOTTA, e orientada pela **Prof.^a Dr.^a Nívia de Valença Barros**, docente do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFF.

A sua participação não é obrigatória, sendo que, a qualquer momento da pesquisa, você poderá desistir e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo para sua relação com o pesquisador, com a UFF ou com o Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFF.

Este estudo se justifica porque passaram-se cerca de dezesseis anos da implantação de alguns grupos organizativos das “Mães do DEGASE”, sendo fundamental verificarmos como está sendo processada o movimento de organização desses grupos nos tempos atuais. Portanto, objetiva conhecer e compreender os movimentos organizativos das “Mães do DEGASE”. Busca-se identificar as ações desenvolvidas por esses movimentos para as famílias atendidas no Departamento Geral de Ações Socioeducativas – NOVO DEGASE, bem como verificar o processo de articulação desses movimentos organizativos em relação a esse Departamento e a participação social dos mesmos junto a Política de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro. Para tanto, trabalharemos com o relato etnográfico como forma de aproximação com o nosso campo de pesquisa e a perspectiva metodológica de história oral. As entrevistas serão realizadas com mães representantes desses movimentos, a partir da aplicação de um roteiro previamente organizado.

Caso você aceite o convite, será submetido (a) ao (s) seguinte (s) procedimentos: será entrevistado pela pesquisadora e responderá a um roteiro de perguntas anexado a este documento, optando pela gravação ou não das respostas dadas à pesquisadora. Você tem total liberdade de não responder a qualquer pergunta que compreenda que possa lhe causar constrangimento de qualquer ordem. O tempo previsto para a sua participação é de aproximadamente 1 (uma) hora de entrevista, em média.

Os riscos relacionados com sua participação são: o da não confidencialidade sobre alguma fala durante a entrevista e o constrangimento em relação a alguma pergunta durante a entrevista. Tais riscos serão minimizados pelos seguintes procedimentos: a pesquisadora se compromete, sob pena de sofrer as devidas consequências legais caso não se comprometa com o sigilo frente as respostas obtidas. Quanto ao constrangimento em alguma pergunta, conforme dissemos anteriormente, o entrevistado tem total liberdade de não responder a qualquer pergunta que considere constrangedora. Os benefícios relacionados com a sua participação poderão ser uma contribuição nos seguintes termos: suas informações contribuirão para um conhecimento por parte dos usuários da Política de Atendimento Socioeducativo; ajudará nos dados para o registro público da história destes movimentos organizativos de mães e sua

relevância social; acrescentará informações para a publicação de um estudo que ajude demais estudiosos e militantes do movimento de mães em suas pesquisas futuras.

Os resultados desta pesquisa poderão ser apresentados em seminários, congressos e similares, entretanto, os dados/informações obtidos por meio da sua participação serão confidenciais e sigilosos, não possibilitando sua identificação. Caso haja necessidade de se identificar o nome de algum participante entrevistado em nossa pesquisa, isto só será feito com a autorização por escrito do entrevistado, concordando o mesmo com os termos desta publicação de seu nome, estando o mesmo ciente das razões que justificam a apresentação pública de seu nome. Somente com a autorização por escrito seu nome aparecerá no corpo deste trabalho. A sua participação bem como a de todas as partes envolvidas será voluntária, não havendo remuneração para tal.

Você receberá uma cópia deste termo onde constam o telefone e o endereço da pesquisadora, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sobre sua participação agora ou em qualquer momento.

Orientadora do Projeto
Prof.^a Dr.^a Nívia Valença de Barros

Pesquisadora Ida Cristina Rebello Motta

Eu, _____,
RG nº _____ declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Testemunha: _____

CPF/RG: _____

Pesquisador _____

Niterói, ____ de _____ de 2017.

— DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: EM NOME DO FILHO! UM ESTUDO SOBRE O MOVIMENTO DE MÃES DO DEGASE
Pesquisador Responsável: IDA MOTTA
Área Temática:
Versão: 2
CAAE: 73680217.8.0000.5243
Submetido em: 26/09/2017
Instituição Proponente: Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social
Situação da Versão do Projeto: Aprovado
Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável
Patrocinador Principal: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF



Comprovante de Recepção:  PB_COMPROVANTE_RECEPCAO_924897

— DOCUMENTOS DO PROJETO DE PESQUISA

Tipo de Documento	Situação	Arquivo	Postagem	Ações
<ul style="list-style-type: none"> ↳ Versão Atual Aprovada (PO) - Versão 2 <ul style="list-style-type: none"> ↳ Pendência de Parecer (PO) - Versão 2 <ul style="list-style-type: none"> ↳ Documentos do Projeto <ul style="list-style-type: none"> ↳ Comprovante de Recepção - Submissã ↳ Folha de Rosto - Submissão 3 ↳ Informações Básicas do Projeto - Subm ↳ Outros - Submissão 3 ↳ Projeto Detalhado / Brochura Investigaç 				

quisar